

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**Rafael Silveira Gloria**

**O JORNALISMO ALTERNATIVO À LUZ DO CIRCUITO DAS COMUNICAÇÕES:  
UMA HISTÓRIA CULTURAL DO *COOJORNAL* (1975-1983), PUBLICAÇÃO DA  
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2019

**Rafael Silveira Gloria**

**O JORNALISMO ALTERNATIVO À LUZ DO CIRCUITO DAS COMUNICAÇÕES:  
UMA HISTÓRIA CULTURAL DO *COOJORNAL* (1975-1983), PUBLICAÇÃO DA  
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de mestre

**Orientadora: Profa. Dra. Cida Golin**  
**Coorientadora: Profa. Dra. Aline Strelow**

Porto Alegre

2019

*Para todas e todos jornalistas que  
lutaram, lutam e vão lutar pela  
liberdade de informação.*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde fiz a minha graduação em Jornalismo e agora o Mestrado em Comunicação. O ensino público deve continuar sendo um espaço que busque a qualidade, a diversidade e a liberdade de pensamento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa que me possibilitou à dedicação exclusiva ao mestrado no segundo ano.

Às orientadoras Dr.<sup>a</sup> Cida Golin e Dr.<sup>a</sup> Aline Strelow pelo apoio e incentivo durante toda a minha trajetória. Pela generosidade, atenção e seriedade que orientaram o processo.

Aos colegas do Laboratório de Edição, Cultura e Design (LEAD) que, de alguma forma, deixaram-me ensinamentos a partir da troca de ideias. São eles: Anna Cavalcanti, Daniel Marcílio, Babiana Mugnol, Gabrielle Paula, Calvin Cousin e Luísa Rizzatti.

Ao *Coojournal*. O jornal de uma cooperativa de jornalistas que prezava por sua independência acima de tudo e que é inspiração para aqueles que se aventuram em fazer jornalismo e ter o próprio veículo. Nominalmente agradeço aqui também aos entrevistados que cederam um tempo para rememorar o passado e, assim, fornecer material para essa dissertação. São eles: Elmar Bones, Rafael Guimaraens, Jorge Polydoro, Edgar Vasques, André Pereira e Clarice Aquistapace.

Aos professores Antônio Hohlfeldt e Virgínia Fonseca pelas observações e contribuições realizadas na banca de qualificação.

Ao Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que faz um trabalho essencial ao digitalizar vários jornais e manter viva essa memória. A coletânea completa do *Coojournal* utilizada nesta dissertação encontra-se lá.

Aos companheiros de *Nonada - Jornalismo Travessia*, um coletivo de jornalismo cultural que acredita no poder do jornalismo como transformação social. Minha trajetória em comunicação independente me inspirou a estudar esse veículo que foi o *Coojournal*.

Aos melhores amigos do mundo e que foram fundamentais nessa trajetória de apoio ao mestrado, porque a vida não para: Thaís Seganfredo, Leonardo Loeck, Marco Kubiack, Hiro Okido, Juliano de Leon, Stefan Bender, Leila Ghiorzi, Jaimar Monteiro e Sthefany Sellhorst.

À minha família por proporcionarem e incentivarem o estudo e a minha formação.

*“O segredo da verdade: não existem fatos, só existem histórias”*

João Ubaldo Ribeiro

## RESUMO

Esta dissertação busca investigar a trajetória do mensário *Coojournal* (1975-1983), importante periódico da imprensa alternativa brasileira derivado da primeira cooperativa de jornalistas do País, criada em agosto de 1974 em Porto Alegre. O empreendimento se consolidou editando publicações para terceiros e, assim que alcançou uma situação financeira favorável, lançou um boletim mensal. Menos de um ano depois, o boletim, homônimo à cooperativa, foi transformado em jornal voltado ao grande público. Logo, alcançou circulação e reconhecimento nacional. Também contextualizamos o período em que o objeto está inserido, marcado pela ditadura civil-militar, um momento de repressão e de censura à liberdade de expressão. A pesquisa parte dos pressupostos da História Cultural, realizando uma aproximação com o campo da Comunicação, principalmente a partir dos estudos da pesquisadora Marialva Barbosa, para então construir os fundamentos que permitem traçar uma trajetória do periódico. Juntamente a isso, trabalhamos com uma adaptação do Circuito das Comunicações, de Robert Darnton, para o jornalismo impresso, de onde vieram as perguntas que orientaram o modo como lidamos com o material a ser organizado. Esse material foi composto por todas as matérias oriundas das chamadas das setenta e oito capas do *Coojournal*, totalizando 302 textos. Utilizamos a metodologia da análise de conteúdo para uma catalogação temática em onze áreas diferentes. Soma-se a isso também o aporte da História Oral Temática a partir da realização de seis entrevistas com jornalistas que tiveram papel importante dentro do mensário e que possuem visões diferentes sobre acontecimentos cruciais dentro da cooperativa. A pesquisa, então, teve como objetivo principal traçar uma história cultural do periódico *Coojournal*, procurando abarcar a complexidade da publicação ao analisar os vestígios do passado, os textos e as entrevistas, e a partir deles averiguar os processos comunicacionais calcados na adaptação do Circuito das Comunicações que demarcaram momentos desta trajetória. Dividimos a análise em dois momentos, sendo o primeiro o boletim. Constatamos que foi um laboratório voltado para profissionais e interessados da área da comunicação, muito mais restrito em sua temática, voltada quase que em sua totalidade para questões de imprensa e de abrangência local durante suas oito edições. O sucesso do boletim serviu para impulsionar a criação do mensário *Coojournal*, nosso segundo momento da análise, que cresceu alcançando diferentes assuntos, apostando em reportagens de cunho histórico e político a fim de preencher os “buracos da história” deixados pela Ditadura. Aprofundamos também outros vieses pouco explorados nas pesquisas realizadas anteriormente, muito devido a uma leitura aprofundada e às entrevistas realizadas com diferentes agentes, que ainda não haviam sido escutados, como André Pereira e Clarice Aquistapace. Identificamos como o periódico tentou mudar sua postura editorial ampliando os assuntos, a partir também da troca do editor-chefe, no período de pré-redemocratização para tentar se reestruturar editorialmente. Outra das resoluções foi possibilitar um maior esclarecimento do episódio central que foi a assembleia das eleições de 1978, relacionada diretamente também com o final melancólico da cooperativa, que ocasionou a perda de bens e imóveis de financiadores do empreendimento.

Palavras-chave: **História do Jornalismo, Imprensa Alternativa, Jornalismo Alternativo no Rio Grande do Sul, *Coojournal***

## ABSTRACT

This dissertation intends to investigate the trajectory of the *Coojournal* (1975-1983), an important newspaper of the alternative press derived from the first Cooperative of Brazilian Journalists, created in August of 1974 in Porto Alegre. The venture was consolidated by editing publications for third parties and as soon as it reached a favorable financial situation it released a monthly newsletter. Less than a year later, the newsletter, the same name for the cooperative, was turned into a newspaper aimed at the general public. Soon, it achieved national circulation and recognition. We also contextualise the period in which the object is inserted, marked by the civil-military dictatorship, a moment of repression and censorship of freedom of expression. The research starts from the assumptions of Cultural History, making an approximation with the field of Communication, mainly from the studies of the researcher Marialva Barbosa, to build the foundations that allow us to trace a trajectory of the journal. Along with this, we worked with an adaptation of the Robert Darnton Communications Circuit for print journalism, which provided the questions that guided how we deal with the material to be organized. This material was composed of all the journalistic article coming from the calls of the seventy-eight *Coojournal* covers, totaling 302 texts. We use the methodology of content analysis for a thematic cataloging in eleven different areas. Added to this is also the contribution of Thematic Oral History from the realization of six interviews with journalists who played an important role within the journal and who have different visions about crucial events within the cooperative. The main objective of the research was to draw a cultural history from the journal *Coojournal*, seeking to cover the complexity of the publication by analyzing the vestiges of the past, the texts and the interviews, and from them to investigate the communication processes based on the adaptation of the Communications Circuit that demarcated moments of this trajectory. We verified through the analysis that the newsletter was a laboratory aimed at professionals and stakeholders in the area of communication, much more restricted in its theme, focused almost entirely on press issues, and local coverage. The success of the bulletin served to boost the creation of the monthly *Coojournal*, which grew up reaching different subjects, betting on historical and political reports to fill the "holes of history" left by the Dictatorship. We also explored other biases that had not been explored in previous researches, due to an in-depth reading and the interviews with different agents that had not yet been heard, such as André Pereira and Clarice Aquistapace. We identified how the journal tried to change its editorial posture by broadening the issues, also starting with the editor-in-chief's exchange, in the period of pre-redemocratization to try to restructure editorially. Another of the resolutions was to provide further clarification of the central episode of the 1978 election assembly, which was also directly related to the melancholic end of the cooperative, which caused the loss of assets and real estate of financiers of the project.

**Keywords: History of Journalism, Alternative Press, Alternative Journalism in Rio Grande do Sul, *Coojournal***

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - O Circuito das Comunicações de Robert Darnton.....	27
<b>Figura 2</b> - Proposta de um Circuito das Comunicações para o jornalismo impresso.....	28
<b>Figura 3</b> - Recorte de página interna da 1ª edição do Boletim.....	55
<b>Figura 4</b> - Recorte de página interna da 4ª edição do Boletim.....	58
<b>Figura 5</b> - Capa da 1ª edição do Boletim.....	67
<b>Figura 6</b> - Capa da 3ª edição do Boletim.....	68
<b>Figura 7</b> - Capa da 2ª edição do Boletim.....	71
<b>Figura 8</b> - Capa da 5ª edição do Boletim.....	73
<b>Figura 9</b> - Capa da 7ª edição do Boletim.....	74
<b>Figura 10</b> - Capa da 8ª edição Boletim.....	75
<b>Figura 11</b> - Página interna da 2ª edição do Boletim.....	77
<b>Figura 12</b> - Capa da 9ª edição do mensário.....	81
<b>Figura 13</b> - Capa da 12ª edição do mensário.....	82
<b>Figura 14</b> - Página interna da 12ª edição do mensário.....	85
<b>Figura 15</b> - Página interna da 46ª edição do mensário.....	87
<b>Figura 16</b> - Capa da 42ª edição do mensário.....	91
<b>Figura 17</b> - Página interna da 19ª edição do mensário.....	92
<b>Figura 18</b> - Página interna da 21ª edição do mensário.....	93
<b>Figura 19</b> - Capa da 33ª edição do mensário.....	99
<b>Figura 20</b> - Capa da 44ª edição do mensário.....	101
<b>Figura 21</b> - Recorte de página interna da 53ª edição do mensário.....	112
<b>Figura 22</b> - Capa da 52ª edição do mensário.....	114
<b>Figura 23</b> - Capa da 53ª edição do mensário.....	115
<b>Figura 24</b> - Página Interna da 71ª edição do mensário.....	120
<b>Figura 25</b> - Capa da 77ª edição do mensário.....	122
<b>Figura 26</b> - Capa da 65ª edição do mensário.....	124
<b>Figura 27</b> - Capa da 78ª edição do mensário.....	125



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Número total dos temas do <i>Coojournal</i> .....	39
<b>Gráfico 2</b> - Número dos principais temas do Boletim da <i>Coojournal</i> .....	52
<b>Gráfico 3</b> - Número dos principais temas do Mensário da <i>Coojournal</i> .....	80
<b>Gráfico 4</b> - Número dos principais temas do <i>Coojournal</i> após troca de editor.....	111

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA CULTURAL DE UM PERIÓDICO ALTERNATIVO</b> .....	16
<b>2.1 Por que uma História Cultural?</b> .....	17
<b>2.2 Aproximações entre Comunicação e História</b> .....	21
<b>2.3 Em busca do circuito das comunicações</b> .....	25
<b>3. PROPOSTA METODOLÓGICA: ENTREVISTAS E ESTUDO DOS TEXTOS</b> .....	30
<b>3.1 A produção da memória por meio da história oral</b> .....	30
<b>3.2 Análise de conteúdo: O primeiro olhar sobre o objeto</b> .....	38
<b>4 CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DA COOJORNAL E SEU BOLETIM</b> .....	41
<b>4.1 A década de 1970 na ditadura civil-militar</b> .....	41
<b>4.2 A imprensa nos anos de censura e autoritarismo</b> .....	45
<b>4.3 Cooperativismo como uma alternativa de organização jornalística</b> .....	50
<b>5 AS ORIGENS DE UM JORNAL ALTERNATIVO: O BOLETIM DA COOJORNAL</b> .....	52
<b>5.1 O espírito de uma Cooperativa</b> .....	54
<b>5.2 O leitor como parâmetro de qualidade</b> .....	61
<b>5.3 O jornalismo em discussão central</b> .....	65
<b>6 O MENSÁRIO COOJORNAL: CONSOLIDAÇÃO E OCASO DE UM PROJETO COLETIVO</b> .....	79
<b>6.1 Comportamento e polêmicas locais na pauta do jornal</b> .....	80
<b>6.2 O investimento no jornalismo de contexto histórico</b> .....	88
6.2.1 Complexas facetas da cobertura política .....	90
6.2.2 As emblemáticas reportagens no apogeu da cooperativa .....	95
<b>6.3 O racha nas eleições de setembro de 1978: diferentes visões em conflito</b> .....	104
6.3.1 A promessa <i>O Rio Grande</i> .....	108
<b>6.4 As dificuldades impostas pelo contexto pré-redemocratização</b> .....	110
<b>6.5 Mudanças na direção da cooperativa e alterações no projeto editorial</b> .....	116
<b>6.6 O fim sem despedida do <i>Coojornal</i></b> .....	125
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135
<b>APÊNDICES</b> .....	139

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 15 de novembro de 1975, circulava de forma limitada em redação de jornais, agências de publicidade e faculdades de jornalismo um boletim com informações sobre o mercado da comunicação e com uma cobertura crítica sobre a imprensa, principalmente do Rio Grande do Sul. Era a primeira edição do *Coojournal*, ainda em formato inicial, e destinada a um público mais seletivo. Cerca de um ano depois, em outubro de 1976, graças ao crescimento do interesse dos leitores devido ao ineditismo e à qualidade do conteúdo, a publicação chegou às bancas, ganhou mais páginas ao expandir os assuntos abordados e se tornou o mensário responsável por algumas das reportagens de cunho histórico que marcaram a imprensa nacional na época da ditadura civil-militar.

Trata-se de um dos veículos alternativos mais importantes do Brasil e seu protagonismo se deve a uma série de fatores, mas merece destaque o grupo que o produziu: a Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre criada no dia 22 de agosto de 1974 como uma alternativa para enfrentar a competitividade do mercado e que acabou inspirando projetos parecidos Brasil afora. Apesar de surgir como uma forma de superar o desemprego, uma das metas também era a criação do jornal próprio.

A presente pesquisa, então, se debruça sobre o *Coojournal*, o periódico que resistiu até quando pôde às adversidades do seu tempo, circulando por oito anos, de 1975 a 1983, com 78 edições, o que não é pouco para um alternativo - a maioria teve vida efêmera, alguns, inclusive, com menos de dez números. Apesar de ser criado na metade final da década de 1970, no governo de Ernesto Geisel, logo mais próximo da abertura política, o periódico também foi marcado por pressão dos militares, principalmente devido a suas reportagens de denúncia. Os jornais alternativos cobravam a restauração da democracia e o respeito pelos direitos humanos, até mesmo na época do milagre econômico, em que o discurso do governo triunfava e era ecoado pelos grandes jornais (KUCINSKI, 1991).

A motivação inicial deste trabalho surgiu do meu interesse na história do mensário e na possibilidade de se fazer jornalismo independente mesmo em uma época de perseguição política e de censura à liberdade de informação. Desse modo, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre ainda se mantém como uma ideia visionária e uma espécie de inspiração para o trabalho dos profissionais de imprensa que procuram se arriscar no campo independente. Soma-se a isso o conhecimento da obra *Coojournal - Um jornal de jornalistas sob o regime*

*militar*, da editora Libretos, que foi responsável pelo meu primeiro contato mais aprofundado com algumas das reportagens lançadas pelo periódico. Trata-se de um livro com matérias selecionadas por participantes do próprio empreendimento. Além disso, sou fundador do Coletivo *Nonada - Jornalismo Travessia*, que surgiu em 2010 na cidade de Porto Alegre. Um veículo ligado ao jornalismo independente na cobertura da área cultural que realiza grandes reportagens, entrevistas e resenhas-críticas sempre a partir da troca de ideias coletiva e democrática entre os seus membros. Então, estudar um veículo histórico e que reflete a ideia de jornalismo que acredito, calcado na independência editorial, é inspirador.

É motivadora também a possibilidade de aprofundamento na visão histórica de um objeto jornalístico da década de 1970, um momento no qual se redefiniram os contornos da profissão e se criaram novas possibilidades de trabalhos coletivos. Neste sentido, o *Coojournal* foi um dos periódicos marcantes no período, pois renovou o jornalismo realizado no Estado e instigou uma geração. No mapeamento das pesquisas realizadas sobre a Cooperativa e o mensário no artigo *Coojournal como objeto de pesquisa: mapeamento dos estudos realizados sobre o jornal*<sup>1</sup>, percebemos que ambos despertam interesse no campo acadêmico, já que mais de uma dezena de pesquisas científicas foram desenvolvidas especificamente a respeito do tema, o que não é pouco se lembrarmos que se trata de uma experiência alternativa. Trata-se, assim, de tema e objeto relevantes, que têm sua importância reconhecida na área. Entretanto, notamos a ausência de uma pesquisa abrangente especificamente sobre o periódico *Coojournal* e que contemplasse a sua história através do estudo das edições publicadas e da história oral, por meio do cruzamento de diferentes olhares e versões que circulam sobre esse alternativo. Junto a isso, há também o trabalho realizado pela Famecos/PUCRS de digitalização do *Coojournal*<sup>2</sup>, que dá um maior alcance ao objeto podendo ser conhecido e pesquisado por novas gerações.

Destacamos ainda, como alicerce à justificativa, a importância do investimento em trabalhos de história oral sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. Acreditamos que os depoimentos podem ampliar a percepção histórica acerca dos processos de criação do mensário *Coojournal* e de suas diversas facetas. Contar uma história desse periódico é também uma tentativa de manter viva a memória de um tempo nebuloso de nossa história para que os erros do passado não se repitam.

---

<sup>1</sup> O trabalho foi apresentado no XI Encontro Nacional de Pesquisadores da História da Mídia, dentro do GT de História da Mídia Alternativa, que foi realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo, de 8 a 10 de junho, de 2017.

<sup>2</sup> A coleção digitalizada do acervo do Nupecc pode ser visualizada no link: <http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/coojournal/>. É possível encontrar digitalizadas 24 edições do *Coojournal*.

Nossa investigação parte dos pressupostos e dos fundamentos da História Cultural apoiada em uma aproximação com a área da Comunicação para localizar o trabalho dentro do segmento da História da Imprensa. Sabe-se que a mídia deixa vestígios significativos da sociedade que pretendeu retratar, por isso é crucial também saber interpretar os sinais que chegam até o presente a partir da nossa visão subjetiva como pesquisador. Nesse sentido, fizemos uma adaptação do Circuito das Comunicações, de Robert Darnton, para jornais impressos, enfocando questões do mensário, assim como em diferentes decisões editoriais a fim de trazer à tona a história do jornal e também de quem o fez. Do Circuito, vieram perguntas que nos orientaram na lida com o material de estudo a fim de que contemplasse o objeto de forma ampla. São elas: Quais são os agentes do *Coojournal* envolvidos nas decisões editoriais? Como era a circulação do jornal? Quais eram seus leitores? Quais foram os principais avanços tecnológicos que influenciaram no impresso? Como a conjuntura econômica e social acabou influenciando em sua existência?

O objetivo geral da pesquisa foi, portanto, traçar uma história cultural do periódico *Coojournal*, procurando abarcar a complexidade do jornal ao analisar os vestígios do seu passado a partir de todas as matérias de capa das setenta e oito edições, relacionando-as com os depoimentos de jornalistas que trabalharam na publicação. Delineamos também os objetivos específicos, que são os seguintes: apontar os principais temas destacados pela capa ao longo dos oito anos de publicação do *Coojournal*; entrevistar jornalistas que ocuparam distintas funções na produção do mensário ao longo de sua existência; verificar por meio dos depoimentos e das páginas do *Coojournal* mudanças nas posturas editoriais ao longo da trajetória do periódico; e relacionar os dados obtidos com elementos do circuito das comunicações.

Para dar conta desses intentos, realizamos inicialmente uma discussão no primeiro capítulo sobre o porquê da escolha da fundamentação teórica baseada nos preceitos da História Cultural e um histórico para situar a mudança paradigmática sobre o conceito de história no século XX a partir de autores como Peter Burke e Sandra Pesavento. Após isso, refletimos sobre aproximação entre Comunicação e História e a possibilidade de se produzir uma história cultural da imprensa, com perspectivas e ideias principalmente do trabalho da pesquisadora Marialva Barbosa, referência desse tipo de estudo no Brasil. Em seguida, propomos uma adaptação do Circuito das Comunicações, de Robert Darnton, para contemplar o objetivo da dissertação.

No capítulo seguinte, apresentamos a metodologia do trabalho, calcada em um cruzamento entre a História Oral e a Análise de Conteúdo. Decidimos entrevistar seis

jornalistas que trabalharam e foram decisivos em momentos importantes no *Coojournal*, foram eles: Elmar Bones, Jorge Polydoro Rafael Guimaraens, André Pereira, Edgar Vasques e Clarice Aquistapace. Consideramos também as questões sobre entrevista e memória em história oral e a criação de documento histórico a partir dos depoimentos, baseando-nos em estudos de Marieta de Moraes Ferreira e José Carlos Sebe Bom Meihy. Junto a isso também utilizamos a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), aliando o seu caráter quantitativo às suas possibilidades de leitura qualitativa. A amostra foi composta por 302 textos, que correspondem às chamadas das matérias de capa de todas as setenta e oito edições do *Coojournal*. Os textos foram localizados no site do Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que digitalizou todas as edições do mensário. A partir disso, então, categorizamos os textos em onze áreas temáticas diferentes que englobam Política, Jornalismo, Cultura, Conflitos Sociais, Economia, Religião, Meio Ambiente, Comportamento, Esporte, Cooperativismo e Defesa do Consumidor.

Já no terceiro capítulo, trazemos informações sobre a conjuntura histórica e social em que se desenvolveu a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. O empreendimento nasceu em um momento de perseguição política durante os anos 1970, época em que vigorava a ditadura civil-militar. Abordamos alguns dos acontecimentos determinantes e que deram condições para o processo ditatorial, como o AI-5, o chamado milagre econômico, mas também atos de resistência como o movimento estudantil. Contextualizamos a atuação da imprensa a partir das questões como censura e autocensura, e trazendo a trajetória de veículos importantes do período, tanto da imprensa hegemônica, como da alternativa. Além disso, a questão do cooperativismo também foi abordada, uma vez que o *Coojournal* era o principal veículo jornalístico derivado de uma organização desse segmento. O estado do Rio Grande do Sul sempre teve uma trajetória pioneira neste setor, com diversas entidades principalmente na agricultura.

A análise da nossa amostra está concentrada no quinto e sexto capítulo desta dissertação. Optamos pela divisão, pois situam dois momentos distintos no sentido editorial: enquanto o boletim circula de forma restrita destinado a profissionais e a interessados na área da Comunicação - servindo também como uma espécie de laboratório para o que viria -, o mensário é um jornal de conteúdo aprofundado com temáticas e informações muito mais variadas, voltado para um público geral, com circulação ampla e a possibilidade também de assinaturas.

O fio condutor da organização da análise foi alicerçado no cruzamento dos depoimentos realizados a partir das entrevistas com a análise de conteúdo das matérias de capa de todas as edições. Traçamos, assim, uma narrativa que girou sobre a mescla das temáticas e das questões teóricas da história cultural, a partir da nossa adaptação do Circuito das Comunicações. Essas espécies de senhas, de traços, de outros tempos, de afetos e desafetos encontrados nas páginas do *Coojournal* também são válidas para se entender as emoções, o espírito de uma época já passada e que muitas vezes costumam ainda se perpetuar e ecoar até o momento em que vivemos. Valorizamos também as lembranças dos entrevistados, literalmente o ato de “avivar” uma lembrança, essa espécie de espelho torto que o caos nos dá de presente.

Em relação aos trabalhos já realizados sobre o objeto em questão e com os quais dialogamos, está o livro *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinski, em que há um capítulo especial dedicado à história mesclada da Cooperativa e do *Coojournal*. Assim como também a monografia *A História da Coojournal*, de Danilo Ucha, que foi cooperativado. Mais recentemente foi realizada a dissertação de mestrado *A experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojournal) como alternativa de organização da categoria profissional*, de Rozana Ellwanger, em 2011. O trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul. A ideia era examinar a experiência como alternativa de organização cooperativada para os jornalistas. A dissertação faz uso da metodologia da história oral, a partir de oito entrevistas com jornalistas que trabalharam e formaram a cooperativa, sendo eles Ayrton Centeno, Edgar Vasques, Elaine Lerner, Elmar Bones da Costa, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Rafael Guimaraens e Silvio Corrêa.

Já a dissertação *Exemplar, Pato Macho e Coojournal: trajetórias alternativas*, de Susel Oliveira da Rosa, de 2002, faz uma análise considerando as especificidades de cada um desses periódicos e as relações com o Estado autoritário e a censura do período. Na seção sobre o *Coojournal*, uma de suas conclusões sobre a análise do material é que ele nunca foi libertário no sentido de crítica aos costumes, à moral. A mudança pela qual lutava era uma mudança em nível político, na medida em que defendia o retorno ao estado de direito constitucional. Soma-se também o artigo *Coojournal, um novo olhar sobre uma história conhecida*, do jornalista e participante da Cooperativa André Pereira, de 2015. Nele, o jornalista traz uma interpretação diversa, que contesta a trajetória mais conhecida da *Coojournal*, fixada por fontes ligadas à chapa que saiu vitoriosa nas eleições de 1978. Mais recentemente, em 2017, foi realizado o trabalho de conclusão de curso *Gênero nas páginas do Coojournal: uma análise dos debates*

*sobre o papel da mulher brasileira na década de 1970 a partir da imprensa alternativa*, de Iara Freitas Ruschel, também no curso de História da UFRGS. A autora teve como objetivo no trabalho analisar qual espaço as mulheres tiveram no *Coojournal*, que assuntos as jornalistas que trabalharam no jornal abordaram e como as mulheres, de modo geral, foram representadas nas matérias, o que também evidencia que o *Coojournal* continua sendo um tema de novos olhares de pesquisa.

Aprofundar a história desse periódico importante para a imprensa alternativa brasileira, explorando os seus diferentes aspectos temáticos é também se enveredar na história dos tempos sombrios da ditadura civil-militar brasileira. Apoiado nas páginas do mensário e nos depoimentos, é possível compreender, então, a conjuntura de um tempo, o espírito de uma época que se reflete nas páginas do *Coojournal*, e agora também neste trabalho, que deseja ser mais um instrumento de pesquisa que sirva de apoio aos estudos de todos aqueles que se interessarem pelo tema.



## 2. FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA CULTURAL DE UM PERIÓDICO ALTERNATIVO

É necessário discutir a relação entre Comunicação e História, uma vez que a partir dessa reflexão teremos embasamento para analisarmos a trajetória do periódico *Coojournal* à luz da história cultural e assim reconstituir a sua trajetória. Para isso, vamos trazer ideias que dão suporte e fomentam o estudo do campo, principalmente a partir de autores como Marialva Barbosa, Peter Burke, Sandra Pesavento, Roger Chartier e Robert Darnton.

Sendo o objeto de pesquisa o *Coojournal*, um jornal impresso, torna-se importante localizá-lo como uma materialidade do passado. Em suas páginas, desenvolveram-se narrativas, registraram-se discursos e abrigaram-se acontecimentos de determinado lugar e tempo. E não qualquer discurso, uma vez que o *Coojournal* é fruto de um momento de censura no País. Trata-se de uma ideia pioneira de Cooperativa comandada por jornalistas durante o período da ditadura civil-militar brasileira, logo, atravessada por todas as peripécias do seu tempo. Dentro dessa história a ser contada há diferentes visões sobre o fim da Cooperativa, que acabou sendo melancólico o suficiente para marcar a vida das pessoas envolvidas. O estudo das suas páginas, vestígios de um passado que chega ao presente sob novos olhares, juntamente com a entrevista a partir da História Oral, completam-se para contar essa história.

Nesse sentido, como memória e construção de narrativas estão intrinsecamente vinculadas, pode-se estabelecer uma relação entre a construção da memória e a mídia. Conforme explicado por Marialva Barbosa, os meios de comunicação podem ser vistos como “lugar fundador da memória contemporânea” e, em função do registro textual, também “transformam-se em uma espécie de documento de época [...] - monumentos de memória” (BARBOSA, 2007, p. 51). A autora lembra também do papel dos meios de comunicação enquanto “senhores da memória” (BARBOSA, 2007) e, a respeito da fixação de acontecimentos, afirma:

Percebendo-a como seleção e como construção é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder: tornar-se senhor dos lugares e das agências da memória é ser senhor da memória e também do esquecimento. Eternizar um dado momento é domesticar e selecionar a memória (BARBOSA, 2007, p. 51).

Para seguirmos, faremos nossa discussão teórica a partir de três eixos: primeiramente o porquê da escolha da História Cultural e como ela pode auxiliar na construção dessa história sobre o objeto *Coojournal*; a aproximação entre Comunicação e História; e uma discussão

sobre o modelo proposto por Robert Darnton para uma história cultural da comunicação impressa.

## 2.1 Por que uma História Cultural?

Uma ascensão da história cultural está ligada a uma virada cultural mais ampla no que concerne à ciência política, geografia, economia, psicologia e antropologia principalmente ao longo do século XX. Para Burke, houve um deslocamento nessas disciplinas, entre alguns acadêmicos que passaram da suposição de uma racionalidade imutável para um interesse crescente nos valores defendidos por grupos em locais e períodos específicos. O termo, entretanto, é mais antigo.

O termo "história cultural" remonta a fins do século XVIII, pelo menos na Alemanha. Johan Christoph Adelung publicou um "Ensaio de uma história da cultura da raça humana", *Versuch einer Geschichte der Kulture des menschlichen Geschlechts* (1782), e Johan Gottfried Eichhorn uma "História geral da cultura", *Allgemeine Geschichte der Kultur* (1796-51), apresentada como introdução às "histórias especiais" (*Spezialgeschichte*) das diferentes artes e ciências. A ideia de que a literatura, a filosofia e as artes têm histórias é muito mais antiga. Essa tradição merece ser lembrada. A dificuldade é fazer isso sem incorrer no erro de imaginar que o que definimos como "tema" ou "subdisciplina" existia nessa forma no passado (BURKE, 2004, p. 18).

A história cultural clássica seria o período que compreende em torno de 1800 a 1950, em que está implícita a ideia de que o historiador pinta o "retrato de uma época". Ganhou essa denominação, pois a grande preocupação estava justamente na história dos grandes clássicos, as obras-primas da artes, literatura e filosofia. Os historiadores culturais discutiam essas conexões em termos da relação entre as diferentes artes e o que foi muitas vezes chamado, segundo Hegel e outros filósofos, de "espírito da época", ou *Zeitgeist* (BURKE, 2004).

Entre os principais historiadores culturais do período estão Jacob Burckhardt e Johan Huizinga. Em ensaio publicado em 1929, Huizinga declarava que o principal objetivo do historiador cultural era retratar padrões de cultura, em outras palavras, descrever os pensamentos e sentimentos característicos do período e suas expressões nas obras de literatura e arte. O historiador, sugere ele, descobre esses padrões de cultura estudando temas, símbolos, sentimentos e formas. Uma das críticas a esse período é que o historiador cultural não deveria tratar os textos e imagens de um certo momento como reflexos não problemáticos do seu tempo.

Em *A escrita da história: novas perspectivas*, Burke propõe um balanço das relações entre a Nova História e a História tradicional. E isso passaria pela Escola dos Annales, um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Eles se levantaram contra uma corrente de história que, até então, hegemonicamente priorizava o estudo dos eventos de um determinado conceito de política. Dessa forma, no fim da década de 1920 e no começo dos anos 1930, a ideia era combater a história política que se fazia. Esse embate priorizou o social em detrimento do político. Nessa perspectiva, organizava-se naquele momento uma nova ideia de história, que se contrapunha a uma velha história política, a qual via o passado como um quadro que reproduzia fielmente os fatos acontecidos. Foi contra essa visão que se levantaram os profissionais da área que ambicionavam uma narrativa histórica para além dos grandes eventos políticos - sendo que por política entendia-se aquela fundamentalmente ligada ao Estado (BURKE, 2004).

Sandra Pesavento (2003) afirma que a terminologia Nova História Cultural (NHC) se situa a partir das mudanças no âmbito da História com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento de uma nova esquerda, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz do mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes em diversos campos de pensamento (PESAVENTO, 2003).

A dinâmica social se tomava mais complexa com a entrada de novos grupos, com novas questões e novos interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de se fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo, da aparente escapada de determinadas instâncias da realidade - como a cultura, ou os meios de comunicação de massa - aos marcos racionais e de logicidade. Os historiadores reagiram, de maneira consciente ou inconsciente, às mudanças no mundo como um todo, inclusive à perda de fé no progresso e à ascensão do anticolonialismo e do feminismo (BURKE, 2004). O mais influente dos estudos feitos na década de 1960 foi *A formação da classe operária inglesa*, de 1963, por Edward Thompson. Ele não se limita a analisar o papel desempenhado pelas mudanças econômicas e políticas na formação de classe, mas examina o lugar da cultura popular nesse processo. Seu livro inclui descrições vigorosas dos rituais de iniciação de artesãos, do lugar das feiras na “vida cultural dos pobres”, do simbolismo dos alimentos e da iconografia das agitações sociais. Mas por que uma preocupação com a história da cultura popular surgiu nesse momento?

Existem como sempre duas explicações principais: a interna e a externa. Os que estão dentro se veem reagindo às deficiências de abordagens anteriores. Elas também tendem a se ver, e à sua rede, como os únicos inovadores, e raramente percebem as tendências paralelas em outras partes da disciplina, quanto mais em outras disciplinas ou no mundo exterior à academia. Os de fora tendem a ver um quadro mais amplo, a observar que na Grã-Bretanha a ascensão da história da cultura popular na década de 1960 coincidiu com a ascensão dos estudos culturais, seguindo o modelo do Centro dos Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, dirigido por Stuart Hall (BURKE, 2004, p. 30).

Para Wienstein (1998), a principal diferença para os fundadores dos *Annales* e a Nova História Cultural (NHC), como ficou conhecida a partir da década de 1960, seria o fato de que para a NHC a grande questão está nos modos de representação e na construção discursiva das identidades e das subjetividades, que se constituem em reflexos daquilo que se conhece por virada linguística. O ponto de partida para a Nova História Social dos *Annales* teria sido a noção de experiência, enquanto para a NHC o ponto é a noção de discurso. A autora diz que o historiador social, quando fala de trabalho, está se referindo à experiência dos operários em relação ao processo de trabalho. Já o historiador cultural, quando fala em trabalho, estaria se referindo à construção de diferentes noções de trabalho e da linguagem usada para isso, portanto, é o discurso sobre o trabalho e não a experiência de trabalho (WEINSTEIN, 1998). Já para Burke, existem ainda outras questões a serem observadas, tais como o problema do individual e do coletivo. Uma das novidades da NHC seria a proposição de uma história vista de baixo, em contraposição a outra vista de cima, e que está relacionada ao problema do papel dos sujeitos coletivos ou individuais da história.

Segundo Burke (2004), marcas deixadas pela antropologia em geral e pelo antropólogo Clifford Geertz em particular ainda são visíveis, mas a chamada História Cultural tem mais de uma fonte de inspiração. Para ele, quatro teóricos foram importantes para a corrente: Mikhail Bakhtin, um dos teóricos culturais do século XX, que trouxe conceitos como dialogismo e carnavalização; Norbert Elias, sociólogo que sempre se interessou por história e se preocupou com a cultura e a civilização; Michael Foucault, que chamava a atenção para o controle exercido pelas autoridades no campo da história social; e Pierre Bourdieu: os conceitos e teorias que produziu em seus estudos, como o de campo, reprodução cultural e teoria da prática são de grande relevância para os historiadores culturais.

Para Chartier, a História Cultural, sobretudo, tem como objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Nesse sentido, ele acredita que uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos, e o primeiro diria respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam

a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. “Variáveis consoantes a classes sociais ou aos meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17). A representação é a capacidade de decifrar a realidade do passado por meio do simbólico, de modo que se tenta chegar àquelas formas discursivas e imagéticas pelas quais homens e mulheres expressaram a si e ao mundo. Trata-se de processo complexo, uma vez que se lida com a leitura de códigos de outro tempo.

Não se trata mais de certezas normativas ou da busca de verdades definitivas. Uma era de dúvidas e quebra de paradigmas confere a possibilidade de diferentes versões narrativas. Tudo o que foi um dia contado de uma forma pode vir a ser contado de outra forma, a partir de novos olhares e novas percepções sobre a história. Seja como for, ou pelo caminho de uma história dos de cima ou dos de baixo, dos sujeitos individuais ou coletivos ou pela ideia de uma história consciente ou inconsciente, racional ou irracional, o que é provável é que aconteça um caminho do meio, como diria Chartier (1990, p. 97), “uma história social do cultural ou uma história cultural do social”, encaminhando para uma escrita da história que apresente formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa.

Nesse sentido, é o historiador da cultura que a constrói se voltando para um tempo já transcorrido e do qual ele recolhe as representações da época, sejam elas de escritores, de poetas, jornalistas arquitetos, ou mesmo historiadores e tem a tarefa extensa e laboriosa de recolher, cruzar, comparar e relacionar as variáveis e registros a fim de construir uma narrativa que tenha um efeito de real. E que dê uma versão mais próxima possível do que teria verdadeiramente acontecido. Ou seja, mesmo admitindo que a “representação não atinge ou revela uma verdade única e absoluta e que constrói algo de análogo e semelhante ao que efetivamente ocorreu um dia, o historiador não se vê livre do fantasma da verdade buscada nem das sujeições do método científico” (PESAVENTO, 2002, p.11).

O objetivo de traçar uma história cultural do mensário *Coojournal* passa por buscar entender novas facetas deste objeto conhecido da imprensa alternativa brasileira, analisando esses diferentes discursos sobre as particularidades do passado em suas páginas e nos depoimentos coletados de diferentes entrevistados que foram responsáveis pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. Utilizar uma fundamentação teórica como a História Cultural que com foco nos discursos e, portanto, em diferentes representações de um passado, é crucial para alcançar essa proposta.

## 2.2 Aproximações entre Comunicação e História

Na introdução de *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*, livro que será um dos balizadores para o nosso trabalho e que traça uma trajetória da imprensa no século datado, Marialva Barbosa se pergunta qual a razão do adjetivo cultural. No campo da história, quando se fala em História Cultural, se tem como premissa principal a questão interpretativa, possibilitada pela construção textual, que reconstrói, no presente, uma dada realidade passada. É também a interpretação que permite visualizar como pessoas do passado consideravam as múltiplas representações da imprensa. A expressão dos indivíduos, nesse tipo de abordagem, ocorre sempre dentro de um idioma geral fornecido pela cultura. Cabe ao historiador descobrir a dimensão social do pensamento e extrair significados do documento.

Portanto, não estamos usando cultura como sinônimo de mentalidade, mas considerando aquilo que chamamos de realidade (e, neste caso, a “realidade histórica” são os meios de comunicação do século XIX) que se transformam em texto, construído, pensado e dado a ler, pela interpretação que fazemos do passado, sempre, a partir do presente. São as representações do mundo social que particularmente interessa ao historiador cultural. (BARBOSA, 2010, p.16).

Uma história cultural do mensário *Coojournal* implica também uma interpretação e análise do “espírito da época” que abrigou o jornal. Não há, obviamente, como dar conta de toda a multiplicidade de aspectos e significados que envolvem a questão histórica na relação com o nosso objeto, por isso é importante interpretar os sinais que chegam até o presente a partir de perguntas subjetivas e da visão do pesquisador ao olhar para as materialidades do passado. Nesse sentido, para que esse campo se configurasse como tal, foram necessárias mudanças epistemológicas que fundamentam esse novo olhar da História. Entre as transformações mais importantes está a já citada representação, que não é uma simples cópia do real, mas uma construção feita a partir dele.

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. Decorre daí, portanto, a assertiva de Pierre Bourdieu, ao definir o real como um campo de forças para definir o que é o real. As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças (PESAVENTO, 2003, p. 41).

A imprensa é uma grande fonte de interpretação, pois deixa traços significativos da sociedade que pretendeu retratar. Além disso, ela também produz textos que falam do seu cotidiano, que se autorreferem, deixando pistas sobre as suas diversas relações, inclusive com as instâncias do poder. “Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia esses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que, gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre desconhecido” (BARBOSA, 2010, p. 11).

Para a autora, jornais, revistas, periódicos de diversas naturezas são frequentemente referenciados atualmente porque o olhar dos historiadores multiplicou a possibilidade de enxergar nos mais variados vestígios do passado aberturas em relação aos tempos idos para atestar a existência de múltiplos processos.

Nos anos de convivência com a história, aprendi que há mais correlações entre ela e a imprensa, ou, para ser mais ampla, entre os meios de comunicação e o seu estudo, do que inicialmente supunha. Exacerbando essa constatação, posso afirmar que fazer história é recolocar em cena atos comunicacionais do passado. O que buscamos, ao nos referir aos velhos tempos, é remontar as ações narrativas dos homens e mulheres que viveram em momentos particulares e que, aparentemente, são estranhos ao nosso olhar de hoje (BARBOSA, 2010, p. 17).

Ribeiro (2003) destaca que os meios de comunicação foram ganhando importância como fontes de pesquisa. Com a inserção das tecnologias da comunicação nas sociedades industriais, a História foi perdendo o papel central de constituição e formalização da memória oficial. Pesavento (2002, p. 13) nomeia de “sensibilidades de uma época esses documentos, como a imprensa, os livros literários, que estariam no modo de pensar, sentir, agir, e, sobretudo, de representar o mundo”. A mensagem jornalística, quando considerada como o registro histórico por excelência, acaba por também impor aos historiadores um modo de recordação do passado. Os meios de comunicação, destaca Ribeiro (2003, p.101), não à toa, “têm sido cada vez mais utilizados em pesquisas históricas, principalmente naqueles cujos recortes temporais enfocam o século XX”.

O jornalismo e a sua decisão sobre os acontecimentos que ficam marcados em suas páginas exercem um papel crucial na produção de uma ideia de História, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade devem ser memoráveis no futuro, mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros do seu tempo. A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social. “O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as

registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a testemunha ocular da História” (RIBEIRO, 2003, p. 100).

O discurso jornalístico cristaliza os acontecimentos e os fatos sociais, organizando-os em dois tópicos: naquele que relaciona o indivíduo com as transformações do seu cotidiano (a atualidade) e naquele mais generalizado, da ideia da sua relação com o passado. Barbosa acredita que é fundamental considerar histórico tudo aquilo que do passado chegou ao presente, os textos ficcionais, cenas esmaecidas de filmes e de fotografias amareladas pelo tempo, e também as ressignificações que os meios de comunicação, por exemplo, produzem do passado, como as edições comemorativas e as emissões televisivas de caráter histórico. Mesmo os textos que não têm valor de documento oficial e que estão dispersos sob a forma de diferentes sinais são fontes inesgotáveis para as perguntas que do presente lançamos em direção ao passado.

A relação entre Comunicação e História, então, tenciona duas questões fundamentais: a primeira diz respeito ao fato de a comunicação se referir a ações e processos envolvendo atores sociais que colocaram em prevalência atos comunicacionais. São justamente esses atos realizados no passado que chegam sob a forma de indícios e vestígios nos dando pistas sobre aquele passado. O outro ponto está ligado ao estatuto narrativo da Comunicação e da História, visto que em uma espécie de dupla relação ambas percorrem caminhos semelhantes: é sempre uma escritura, um texto, que descreve e reflete sobre processos sociais, interpretando atos e ações de um tempo considerado próximo ou distante.

Nesse sentido, nos processos comunicacionais há sempre uma seleção memorável produzida no presente, ou seja, no ato mesmo de construir as histórias transvestidas em acontecimentos jornalísticos. Foi a partir de um olhar particular, ou seja, daquele que foi chamado periodista, editor, redator, repórter e, por último, de maneira indiferenciada, jornalista, que os fatos foram agrupados, produzindo uma espécie de atestado do que ocorreu naquele presente que a passagem do tempo transforma em passado. As notícias são construídas não apenas para o presente, mas também para o futuro (BARBOSA; RIBEIRO, 2011).

Sabe-se que há nelas uma configuração narrativa, por exemplo, nas estratégias de edição, nas quais se destacam na capa aqueles que seriam os acontecimentos mais duradouros, no qual se produzem textos para os leitores do presente e do futuro, incluídos nesse universo os que procuram por informações sobre um passado próximo ou distante.

Desse modo, produzimos uma história a partir de um espaço social e que interpreta os sinais que chegam até o presente a partir do olhar subjetivo, que se pode lançar ao passado.



Como objeto empírico, analisamos sempre vestígios. São os vestígios significantes que chegam até nós que serão objetos de interpretação. Nesta dissertação, os principais vestígios são as matérias de capas das 78 edições do *Coojournal*, analisadas e mescladas com os depoimentos de diferentes vozes de participantes da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Construir a história da imprensa é fazer o mesmo movimento da “escrita da história”, pois é “perceber esse processo como complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos” (BARBOSA, 2010, p. 16). Quais seriam os definidores metodológicos para a construção de uma história do jornalismo? Marialva Barbosa apresenta alguns pressupostos no artigo *O Método e a Análise História do Jornalismo*, elegendo a demarcação temporal como o mais essencial de qualquer análise a ser realizada. A preocupação em uma história que se ocupa de processos comunicacionais é sempre de relacioná-los aos diferentes contextos de produção desse universo específico. “Uma narrativa que mistura materialidades, mediações e plataformas, produzindo um território, no qual o jornalismo ocupa o cerne da descrição, mas que é antes de tudo um território de práticas humanas” (BARBOSA, 2013, p. 7). A autora enfatiza, então, o que aqui assumimos como também importante para essa dissertação: o papel das pessoas envolvidas no processo analisado.

Uma das possibilidades que facilitariam a construção dessa narrativa é eleger, no período recortado, momentos importantes desse processo jornalístico colocando em evidência, por exemplo, a questão das transformações tecnológicas ou relacionar os modos jornalísticos às características dos contextos que estudamos. Barbosa frisa que o que vale para um espaço certamente não valerá para outro, e que seria preciso pensar no jornalismo em múltiplas dimensões: como uma prática, como um modo profissional, como um campo de estudos, como um lugar de saber e poder e como parte de um diálogo com o público. Há que se considerar as épocas, os meios (e as materialidades), os processos e as relações humanas. Mais do que uma história que se sucede no tempo e nas tecnologias que colocam em cena outros processos, há que se identificar o jornalismo como processo social no qual estão envolvidas múltiplas práticas humanas.

Assim, ao invés de nos determos exclusivamente nas materialidades (as páginas dos jornais), nas gramáticas (o discurso que profere) e na organicidade (as estruturas empresariais, gerenciais e processos produtivos) há que visualizar, sobretudo, os sujeitos envolvidos diretamente nessa história. A história do jornalismo deve ser também uma história das ações humanas. Como se dá o processo de produção jornalística no tempo e num universo cultural específico? Quais são os seus atores

centrais? Como se constitui a dimensão interna das empresas? Qual a relação dessa dinâmica interna com o mundo exterior? Ou seja, como se dão as trocas entre um universo e o outro e qual o mundo que está em torno? Como o jornalismo é percebido? (BARBOSA, 2013, p.7)

Essas questões são algumas das provocações que podem ser realizadas para a construção de uma narrativa coerente relativa à história do jornalismo, com o propósito de distinguir e articular as diferentes camadas sobre o objeto. É fundamental também visualizar essa história como integrante de um processo comunicacional, na qual ganha importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos pelos impressos. Procura-se, enfim, destacar a dimensão histórica de um mundo pleno de significados, no qual se localizam os meios de comunicação.

### **2.3 Em busca do circuito das comunicações**

Para analisarmos a trajetória do periódico *Coojournal* à luz da história cultural, teremos como inspiração o modelo proposto por Robert Darnton para a construção de uma história cultural da comunicação impressa. Em 1982, o jornalista e historiador norte-americano elaborou o modelo do circuito das comunicações para entender os modos como os livros surgem e se espalham na sociedade: do autor ao leitor, passando pelo editor, pela gráfica, pelo distribuidor, pela transportadora, pelo livreiro, chegando ao leitor. Nessa concepção, a história do livro diz respeito a cada fase do processo e ao processo como um todo, em todas as suas variações no espaço e no tempo e em suas relações com outros sistemas: o econômico, o social, o político, e o cultural.

No texto, o autor revela que para interpretar os processos comunicacionais de pessoas do passado que elaboraram, pelas práticas, uma história dos impressos, é fundamental recuperar o sistema de comunicação no qual estavam envolvidos. Para isso, havia que se responder a algumas perguntas fundamentais: não bastava reconhecer e descobrir as materialidades, era preciso descortinar a face dos atores envolvidos na produção desses impressos e os seus propósitos. O autor avisa que a finalidade é entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade.

Darnton (1995) afirma que os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida - aqui, trabalhamos também essa proposta de ciclo, mas adequada à realidade dos jornais impressos. “Este pode ser descrito como um circuito de comunicação, que vai do

autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição” (DARNTON, 1995, p. 112). É preciso desvendar quem escrevia nesses periódicos, quais estratégias esses impressos empregavam para buscar um público mais amplo, como funcionavam essas empresas e de que forma os textos chegavam ao público. Percorrido esse caminho, é fundamental ver ainda como os leitores entendiam os sinais na página impressa, quais eram os efeitos sociais daquela experiência. As inovações devem ser pensadas como circunstâncias de natureza política, econômica ou tecnológica e, sobretudo, na relação direta com o público.

Para Barbosa, o modelo proposto por Darnton coloca em evidência as práticas culturais de sujeitos que vivem num mundo sempre de natureza histórica e comunicacional.

Pensar a história da imprensa como história dos sistemas de comunicação é considerar aquilo que Robert Darnton conceitua como circuito da comunicação, isto é, percurso que vai dos produtores do texto às formas de apropriação diferenciadas das mensagens pelo público. Falar em história da imprensa é, portanto, se reportar ao que se produziu, de que forma, como se produziu para quem e que consequências trouxe essa produção para a sociedade. É se referir também a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber como realizaram leituras ou interpretações plurais. Formas de leituras, formas de apropriação, interpretações plurais de sentido (BARBOSA, 2005, p. 102).

Construir uma história cultural do mensário *Coojournal* exige que se considere as relações entre o texto, o objeto que lhe serve de suporte (no caso a impressão) e as práticas que o instrumentalizam (os autores que produziram, a leitura realizada e a reapropriação feita pelo leitor). Entendemos que esse modelo é a melhor proposta para cumprir nosso objetivo, uma vez que ele contempla vários ângulos do processo.

Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e escritores, eles formam noções de gênero e estilo, além de uma ideia geral do empreendimento literário, que afetam seus textos, quer estejam escrevendo sonetos shakesperianos ou instruções para montar um kit de rádio. Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento (DARNTON, 1995, p. 112).

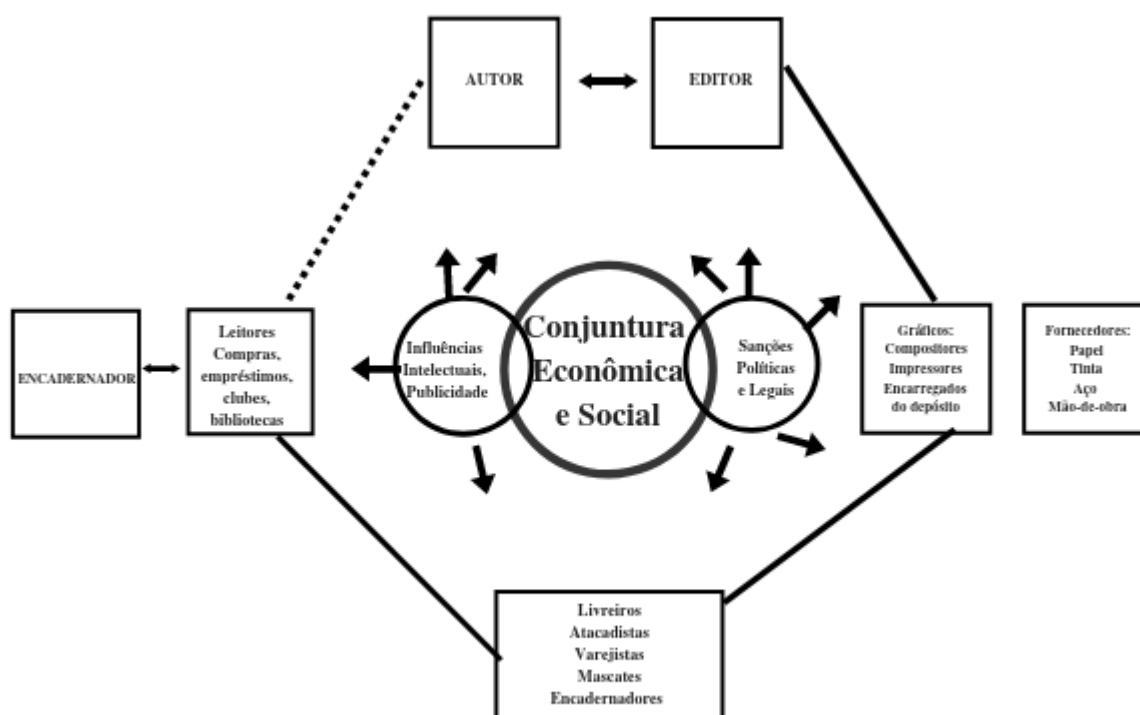
Darnton desenha um modelo que visualiza o processo completo de comunicação. Ele vai do autor passando para o editor, chegando, então às gráficas (fornecedores), distribuidores, livreiros (varejistas, atacadistas, etc) e leitores para completar o circuito. Deste modo, o autor parte do pressuposto de que somente uma visão holística do livro como um

meio de comunicação pode evitar as fragmentações de sua história em especialidades (a história dos autores, dos editores, dos distribuidores, das transportadoras, dos livreiros, dos leitores).

Para ele, a história do livro se faz da conjunção de todas essas etapas. Sendo assim, não bastaria somente investigar as materialidades, mas principalmente considerar os atores envolvidos na produção, na circulação e na recepção dos livros e o seus propósitos, ações e projetos. Desse modo, também é possível analisar os agentes e o sentidos envolvidos nos sistemas midiáticos - sejam eles jornais, revistas, livros, filmes, programas de televisão - como partes de circuitos comunicacionais (CANTARELLA; SACRAMENTO, 2014).

Cada uma dessas partes constantemente sendo relacionada com outros sistemas, econômico, social político e cultural, no meio circulante. Para manter as tarefas dentro de uma proporção viável, os historiadores do livro geralmente recortam um segmento do circuito de comunicações e o analisam. Entretanto, para não perder seu significado completo é preciso relacionar com o todo.

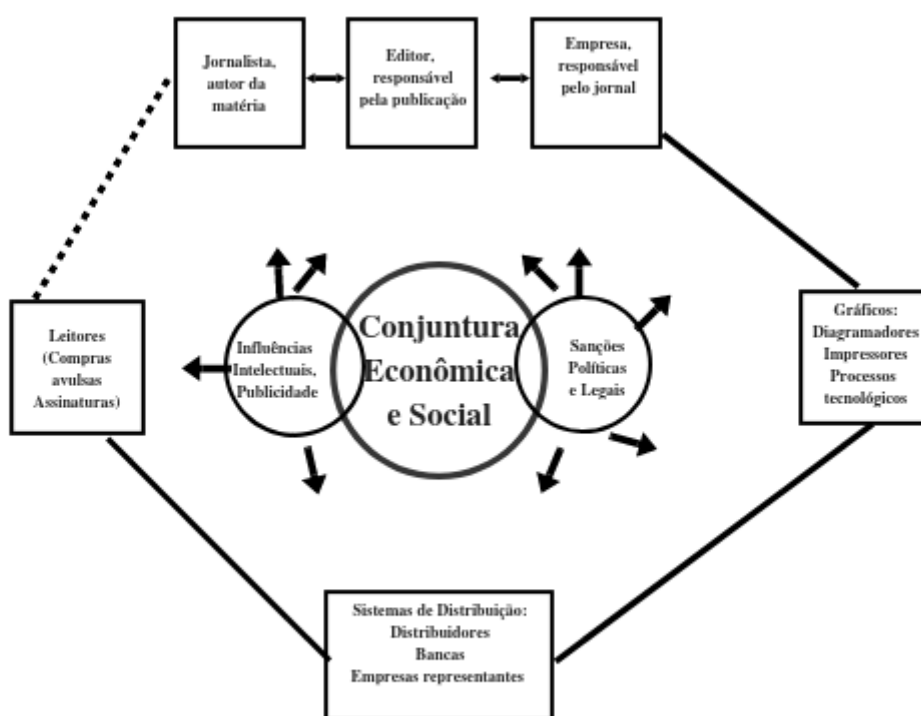
Figura 1: O Circuito das Comunicações de Robert Darnton



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no gráfico que se encontra no livro *O Beijo de Lamourette*

O modelo apresenta uma maneira de visualizar o processo completo de comunicação. Com pequenas adaptações, ele se aplicaria a todos os períodos da história do livro impresso (DARNTON, 1995). Em nossa adaptação do circuito das comunicações, enfocaremos a questão dos processos jornalísticos e editoriais durante os oito anos de existência do periódico *Coojournal*, a fim de iluminar a história do jornal e também de quem o fez. Propomos uma adaptação do modelo de Robert Darnton para um modelo que seja aplicável para publicações jornalísticas impressas, área que inclui o nosso objeto de pesquisa, o *Coojournal*.

Figura 2: Proposta de um Circuito das Comunicações para o jornalismo impresso



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

O esquema proposto evidencia um modo de compreender os principais momentos do Circuito das Comunicações, que engloba as etapas da confecção de um jornal impresso. Para entender a sua constituição e definir as diversas fases de sua trajetória é necessário sempre relacionar as partes com o todo. Nesse caso, aproximar as etapas comunicacionais do *Coojournal* com o contexto histórico e político da época e como ele influencia o impresso alternativo e em suas estratégias de sobrevivência.

Além disso, buscamos também problematizar como a relação entre jornalistas, editores e empresa, no caso a Cooperativa, também são influenciadas pelo contexto não só da

repressão, mas da intelectualidade da época, dos anunciantes e dos cursos de jornalismo. Soma-se a isso apontar os avanços tecnológicos no âmbito do jornalismo, assim como a organização de distribuição e o sistema de assinaturas e vendas do mensário. As problematizações levantadas pelo Circuito fornecem suporte para as questões realizadas nas entrevistas, assim como na busca de relações entre a análise do material impresso e os depoimentos coletados.

### 3. PROPOSTA METODOLÓGICA: ENTREVISTAS E ESTUDO DOS TEXTOS

A fim traçar uma história cultural do *Coojournal*, decidimos pelo cruzamento metodológico. Trabalhamos com a História Oral, através de entrevistas com profissionais que atuaram no *Coojournal*, e a Análise de Conteúdo, que servirá como instrumental para organizar e compreender as matérias destacadas pela capa e as mudanças temáticas ao longo do período do mensário.

#### 3.1 A produção da memória por meio da história oral

Com as transformações expressivas no campo da pesquisa histórica ao longo do século XX, começou a se valorizar a importância das experiências individuais, trazendo um aprofundamento às discussões sobre “a relação entre passado e presente na história e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado” (FERREIRA, 1994, p. 6). Nesse sentido, ocorreu um aumento do prestígio do papel do sujeito na história, sendo atribuídos novos significados aos depoimentos, relatos pessoais e biografias. Essas transformações geraram uma nova discussão sobre o papel das fontes históricas, permitindo que a história oral ocupasse um espaço mais relevante nos debates historiográficos.

Com essas mudanças de paradigma, as histórias orais ocupam o primeiro plano no conjunto mais amplo de estudos inovadores que tiveram profundo impacto revisionista sobre os conceitos de processo e explicação histórica.

O que motivou esses estudos foram as novas metodologias fundamentadas em recuperar a experiência e os pontos de vida daqueles que normalmente permanecem invisíveis na documentação histórica convencional e de considerar seriamente essas fontes como evidência. E mais o impulso de fazer a chamada história de baixo para cima não significou apenas um assunto diferente, e sim um ângulo diferente de visão e uma noção mais ampla do próprio processo de reconceber perguntas e respostas históricas (AMADO; FERREIRA, 1996, p.75).

Nesse esforço, não seria exagerado afirmar que a história oral se provou crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história e, portanto, do que a história pode contar. É nesse sentido que se pode falar – como meio de reunir essas amplas tendências acadêmicas – da memória subvertendo a história. Com o passar dos anos, foram criados métodos de análises e de entrevista que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa histórica e sociológica. Procura-se

explorar as relações entre reminiscências individuais e coletivas, entre memória e identidade, ou entre entrevistador e entrevistado. De fato, frequentemente estamos tão interessados na natureza e nos processos da rememoração quanto no conteúdo das memórias que registramos.

Para contar essa trajetória do *Coojournal* é impossível abandonar a experiência dos profissionais que trabalharam na Cooperativa e tomaram decisões que influenciaram nas pautas, na rotina de edição e na própria administração relacionada ao empreendimento - e que acabaram influenciando também nas escolhas sobre o impresso. A entrevista na história oral possibilita que a memória seja ativada, com o intuito de narrar e construir uma história de vivências experimentadas no passado. A entrevista nos possibilita, ainda, ter uma escuta sensível daqueles que pensaram e executaram o projeto do *Coojournal*. Portanto, reafirmamos a história oral pois esta tem como ponto de partida central a utilização da entrevista, recurso fundamental também para o jornalismo, tanto prática como conceitualmente, e para a rememoração histórica a partir da memória.

Neste sentido, convencionou-se chamar de documentação oral a manifestação derivada da entrevista em história oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral, quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro, torna-se fonte oral. (MEIHY; HOLANDA, 2007). Para Thompson (1992), no sentido mais geral a história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance, e a entrevista tem um papel fundamental nisso.

A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados. A fronteira do mundo acadêmico já não são mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico. Os historiadores orais podem pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la (THOMPSON, 1992, p. 25).

Para Portelli (1997), entrevistas em história oral sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. E o elemento diferenciador que as fontes orais têm é justamente essa subjetividade do entrevistado.

Se a aproximação para a busca é ampla e articulada, uma secção contrária da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava que estava fazendo e o que agora pensa que fez (PORTELLI, 1997, p. 31).



Os críticos da história oral, entretanto, afirmam que a memória não seria confiável como fonte histórica, porque seria distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, ou por preconceitos do próprio entrevistador ou do entrevistado. Ao tentarem descobrir uma história única, fixa e recuperável, alguns historiadores orais foram levados a negligenciar os muitos níveis da memória individual e a pluralidade de versões do passado, fornecidos por diferentes interlocutores. Eles não perceberam que os “equivocos” da memória podiam ser também um recurso (AMADO; FERREIRA, 1996).

É a partir do diálogo exercido no presente e conduzido pelo pesquisador que é possível permitir que se recrie uma multiplicidade de pontos de vista. Com isso, a narrativa, a forma de construção e a organização do discurso são valorizados, pois “fontes orais são fontes narrativas” (FERREIRA; AMADO, 1996). É possível refletir sobre o caráter ficcional da construção histórica, que também foi repensada ao longo dos anos na tradição da área. Tradicionalmente, a figura do narrador é a de alguém que mediatiza, que realiza uma seleção dos dados disponíveis, que tece relações entre eles, que os dispõe em uma sequência dada e dá inteligibilidade ao texto. Tais atividades envolvem a montagem de uma intriga, a urdidura de um enredo, a decifração de um enigma. O narrador é aquele que se vale da retórica, que escolhe as palavras e constrói os argumentos, que escolhe a linguagem e o tratamento dado ao texto, que fornece uma explicação e busca convencer (PESAVENTO, 2003). O discurso histórico seria também uma espécie de ficção, quando se leva em conta as dimensões do imaginário, os critérios de escolha e seleção de montagem e desmontagem desse enredo ou da condição de ser uma representação do passado.

O historiador busca recriar o que teria se passado um dia, e o escritor de literatura cria um enredo que poderia também ter ocorrido. Nesse sentido, ambas as representações são plausíveis e tratam de convencer o leitor e transportá-lo a um outro tempo, mas só o historiador se empenha em demonstrar que a sua versão não apenas poderia ter sido, mas efetivamente foi (PESAVENTO, 2002, p.13)

Marialva Barbosa (2008) tem uma visão crítica da história da mídia - sobretudo a produzida no campo da comunicação - que seria baseada em grandes feitos e na atuação de grandes atores sociais, centrando as análises nas ações individuais e negligenciando as dinâmicas e os processos institucionais. Adota-se principalmente uma visão que privilegia a mudança, produzida por fatos marcantes, já as tensões e as articulações entre rupturas e continuidades poucas vezes são levadas em conta. Para Barbosa, o valor do estudo do passado está na reinterpretação que pode trazer perspectivas sobre o presente.

Não estamos interessados em recuperar a história tal como ela se deu, na sua inteligibilidade absoluta, até por que não acreditamos nela. Não estamos interessados numa história linear, orientada e baseada em grandes feitos e singularidades dos grandes personagens, tributária de uma visão dominante do século XIX. A história trabalha com rupturas, mas, sobretudo, com continuidades. Fazer história da imprensa não é, pois, se concentrar apenas nas modificações e na estrutura interna dos jornais. Afinal, a história não é mero pano de fundo para as análises da imprensa. Há que existir uma fórmula própria de considerar a comunicação como um sistema complexo e particularizar a sua historicidade nesse processo (BARBOSA, 2008, p. 26).

É preciso também considerar o trabalho da linguagem e de enquadramento da memória realizado pelos narradores. “Sem memória não há passado e a operação que assegura a transição da memória à história é o testemunho. Através do testemunho as coisas vistas se transferem para o plano das coisas ditas” (BARBOSA, 2010, p.15). Um dos primeiros pesquisadores da estrutura social da memória foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs, na década de 1920. Entre suas grandes contribuições, está a ideia de que são os grupos sociais que determinam o que é memorável e como será lembrado.

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiram apenas em estado de informações históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram, por sua vez, durante certo período, o cetro dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos (HALBWACHS, 1990, p.45).

Para o autor nossa memória sempre é coletiva, por mais que mire a acontecimentos que vivenciamos individualmente. Mesmo havendo uma memória própria, ela é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Desse modo, pessoas que fazem parte do mesmo grupo não se lembram dos fatos de maneira idêntica, embora haja grandes semelhanças, que tornam esse grupo coeso. Essa memória coletiva, entretanto, não é única: existem tantas quantos foram os grupos humanos.

A memória, na concepção do autor, se distinguiria da história sob pelo menos dois aspectos: primeiro por ser uma corrente de pensamento contínuo, que nada tem de artificial e que não ultrapassa os limites do grupo, enquanto na história se tem a impressão que com o passar do tempo tudo se renova. Um conceito importante do autor e que vamos explorar aqui, a partir da análise do jornal impresso e do cruzamento das entrevistas, são as memórias individuais. Elas se constituem a partir de “quadros” fornecidos – ou impostos – pelo meio

social. Esses são os chamados “quadros sociais da memória”, que funcionam como pontos de referência para a construção subjetiva de lembranças. Eles determinam o que deve ser lembrado, esquecido, silenciado ou comemorado pelos indivíduos. A contextualização realizada pelos quadros sociais inclui, ainda, a padronização social do tempo e do espaço, dimensões fundamentais da experiência humana.

Para Halbwachs, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com o auxílio de dados do presente. Isso ocorre através de um processo de seleção, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu num dado momento, não só no plano individual, mas também no plano coletivo. Desse modo, as visões construídas sobre o passado revelam mais sobre o momento presente do que sobre o passado que se pretende restituir.

Em consonância, a história oral conceitualmente trabalha com os significados subjetivos da experiência vivida e com a natureza da memória coletiva e individual, sendo que a própria memória coletiva é entendida em todas as suas formas e dimensões, principalmente também como uma dimensão da história. Ela opera pela via das representações, do imaginário social e dos usos políticos do passado pelo presente, através desse debate entre memória e história.

Ao esquadrihar os usos políticos do passado recente ou ao propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas estas novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 1994, p. 8).

Toda configuração em torno da memória é importante para os pesquisadores da área da comunicação. A mídia trabalha cotidianamente com a dialética fundamental da memória, lembrança e esquecimento, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido. “Ao valorizar alguns elementos em detrimento de outros, os meios de comunicação reconstruem de maneira seletiva o presente, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido” (BARBOSA, 2005, p.108). Ao legitimar um acontecimento, os jornalistas atuam com poder e tornam-se produtores de discursos, com o direito de falar de fatos ou de ocorrências que não foram registradas em sua presença, ganhando um status de credibilidade.

Pensar historicamente as mídias é construir uma pesquisa em torno da questão discursiva, da produção de subjetividades e das relações de poder da sociedade. Por outro lado, as relações entre mídia e história se fazem também pela busca de vestígios que se

inscrevem nas próprias práticas discursivas. Não interessa apenas o que foi registrado, mas sobretudo o oculto, o silenciado e os vestígios desse passado.

Por isso, trabalhar com as memórias dos jornalistas da *Coojournal* a partir das entrevistas realizadas é fundamental para a construção de uma história cultural do impresso, pois sem memória não há passado. E é justamente o testemunho que assegura a transição da memória à história. Nos últimos anos, alguns historiadores orais criaram métodos de análises e de entrevista que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa.

Ferreira (1994) afirma que há duas linhas de trabalho distintas de uso da História Oral. A primeira priorizaria depoimentos orais apenas como instrumentos para o preenchimento de lacunas deixadas pelas fontes escritas, garantindo o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos através de entrevistas bem roteirizadas. Já a outra abordagem, mais interessante para o que buscamos, privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história.

Esta linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente. Ainda que baseada nas fontes escritas, possibilita uma maior abertura, capaz de neutralizar, em parte e indiretamente, as tradicionais críticas feitas ao uso das fontes orais, consideradas subjetivas e distorcidas (FERREIRA, 1994, p.8).

Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções. As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a verdade dos depoimentos não é a preocupação central (FERREIRA, 1994).

Para essa dissertação, estabelecemos quais são os agentes comunicacionais importantes e referências para constituirmos uma história cultural do *Coojournal*, procurando abarcar também uma diversidade de funções e, desse modo, obter uma maior complexidade da publicação. Consciente de ter uma mensagem a comunicar, a testemunha fala se apropriando do passado do grupo, selecionando lembranças que podem ser do seu interesse, seja minimizando ou aumentando alguns choques e conflitos da organização, ou, então, diminuindo e exagerando a importância de oponentes, podendo chegar a uma certa caricatura

de acontecimentos para justificar casos como afastamentos, partidas ou exclusões. Por isso, é necessário confrontar vários e diversos relatos. A confrontação, mesmo sendo difícil de obter, é ainda mais eficaz na medida em que uns e outros pretendem possuir a verdade, e as lutas, quando evocadas pela memória, são mais engajadas (AMADO; FERREIRA, 1996).

No roteiro semiestruturado, procuramos realizar um cruzamento de conteúdos sobre a trajetória dos profissionais entrevistados, assim como especificidades da rotina, as escolhas editoriais e os processos comunicacionais da publicação, além de outras vivências importantes. Já escolhidos, localizados e contatados, os convidados-entrevistados foram devidamente esclarecidos sobre o projeto, seus objetivos e a dinâmica das entrevistas. Foi, também, solicitada a assinatura de um termo de consentimento esclarecido<sup>3</sup>, no qual constam as bases fundamentais a que pesquisador e pesquisado aderem ou concordam para sua realização. Entre os critérios de escolha dos profissionais estão a importância no desenvolvimento do periódico, terem ocupados cargos como editores-responsáveis pela publicação, e que tomavam fundamentais decisões editoriais, apesar de o jornal ser de uma cooperativa, e o esmero em selecionar pessoas que participaram em diferentes momentos do *Coojournal*. Além disso, também tivemos o cuidado de entrevistar jornalistas que sustentaram diferentes visões em um momento crucial para a história da cooperativa e do mensário: as eleições para os cargos de administração em 1978.

Entrevistamos, então, os jornalistas Elmar Bones; que foi durante um grande período o editor-chefe responsável pelo mensário; André Pereira, que foi repórter especial; Jorge Polydoro, responsável pela parte comercial e relacionamento; Edgar Vasques, figura importante dentro do setor de artes; Rafael Guimaraens, que ocupou diversos cargos, desde estagiário até secretário de redação e Clarice Aquistapace, jornalista que não teve atuação na Cooperativa, mas foi uma das financiadoras do empreendimento.

A entrevista com Elmar Bones foi realizada em dois momentos diferentes, o primeiro sendo focado mais no início da sua trajetória na Cooperativa, assim como na fase de boletim do *Coojournal*. Já na segunda entrevista, abordaram-se os assuntos relativos ao restante da trajetória do mensário, até a sua saída como editor. Foram necessários dois depoimentos devido à importância do jornalista no periódico, e também para colher mais detalhes sobre as

---

<sup>3</sup> O termo de consentimento livre e esclarecido enviado aos convidados nos respalda contra qualquer ação jurídica. Nele estão expressamente colocados que os depoimentos são para propósitos acadêmicos (sendo que outras possibilidades devem ter novas consultas a todos os convidados), e cada um deve ter ciência, a partir da assinatura do termo, de que abre mão da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, pois estão sabedores e conscientes do depoimento e das informações nele fornecidas. As perguntas tem o objetivo de tornar a obtenção dos dados mais próxima da proposta da dissertação, propondo discussões sobre os temas a serem tratados, e os tópicos instrumentalizados podem ser vistos no apêndice.

escolhas editoriais e a rotina de trabalho. As entrevistas foram realizadas na redação do *Jornal Já*, do qual Elmar Bones é diretor de redação.

O depoimento de André Pereira foi coletado em seu ambiente de trabalho, na Assembleia Legislativa do Estado, em que assessorava o então deputado Adão Villaverde. Pereira tem grande interesse sobre a história da Cooperativa e já escreveu artigos em que defende que há apenas uma visão hegemônica relatada na maioria dos trabalhos acadêmicos: a dos vencedores da eleição para os cargos de administração em 1978, o momento de “racha” da cooperativa. Seu depoimento ganha muita importância no sentido de contraponto, uma vez que participou da chapa de oposição, e também na disputa de memória em relação à história.

A entrevista com Jorge Polydoro ocorreu na sede do Grupo Amanhã, no qual exerce o cargo de Presidente, localizado em um prédio na Rua dos Andradas. Com a sua fala, podemos entender a complexidade do trabalho de relacionamento necessário - mesmo para um veículo de cunho alternativo - para se conseguir anunciantes e mantê-los ao longo do tempo. Além dessa sua função, Polydoro foi um dos responsáveis pelo planejamento gráfico do *Coojournal*.

Edgar Vasques, por sua vez, acompanhou praticamente quase toda a trajetória da cooperativa, sendo um profissional atuante dentro da equipe de artes, e mais tarde, ocupando cargo administrativo na última chapa que comandou o empreendimento. Logo, tem uma visão geral sobre os acontecimentos, e a sua entrevista trouxe maiores informações para entender os diferentes momentos da cooperativa e do mensário. Além do enfoque na parte gráfica e do humor tão relevante em *Coojournal*. A entrevista foi realizada em sua residência no bairro Petrópolis, em Porto Alegre.

Rafael Guimaraens também acompanhou uma grande parte da trajetória da cooperativa, exercendo diversas funções. Em 2011, foi o responsável por organizar parte da memória do periódico, sendo um dos responsáveis pelo livro *Coojournal - Um jornal de jornalistas sob o regime militar*, que traz um apanhado das principais reportagens do mensário. O depoimento foi coletado em sua residência e também sede de trabalho (a Editora Libretos), no bairro Praia de Belas.

A entrevista com Clarice Aquistapace é importante para entender a complexidade do fim da cooperativa, uma vez que ela é uma das financiadoras do projeto e teve que arcar com dívidas, perdendo um imóvel. Seu depoimento torna-se ainda mais relevante, pois sua fala e trajetória não aparecem em destaque na maioria das pesquisas realizadas até então. O encontro foi realizado em sua residência no bairro Bela Vista.

Após a coleta do material, as entrevistas passaram por transcrição integral das falas. Foram 85 páginas transcritas, de um total de nove horas e 14 minutos derivados das seis

entrevistas. Este material foi enviado para cada convidado a fim de que fizessem as suas considerações e tomassem conhecimento que o material ali transcrito seria trabalhado na pesquisa. Cada entrevistado pode checar possíveis deslizos em relação a datas, nomes e outros pontos que, porventura, quisessem rever ou omitir. O material completo está disponível em um site na internet, o link está no apêndice desta dissertação.

A partir dos depoimentos oriundos das entrevistas e do cruzamento com as matérias de capa das 78 edições do *Coojournal*, podemos traçar a história cultural da publicação a partir de um olhar mais contextualizado, trazendo outras facetas do passado ainda não exploradas.

### **3.2 Análise de conteúdo: O primeiro olhar sobre o objeto**

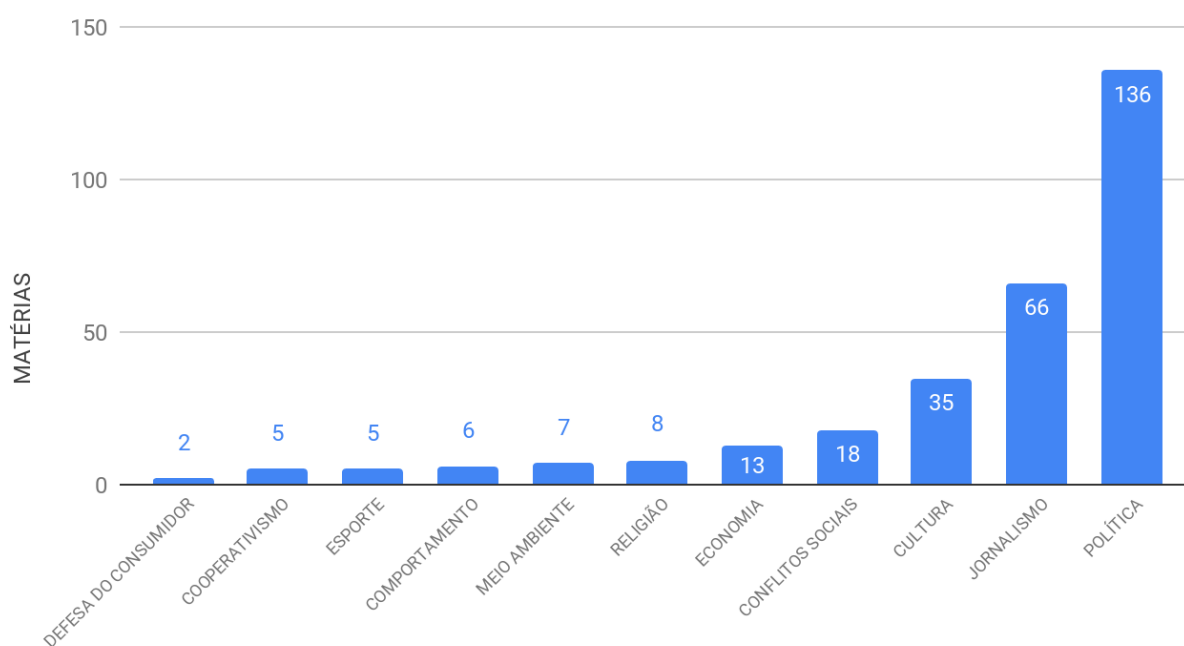
A análise de conteúdo é amplamente utilizada para estudar assuntos ligados às mensagens dos meios de comunicação e, historicamente, está ligada aos Estados Unidos, quando os precursores tentaram compreender com mais objetividade o que era dito sobre determinados temas na mídia. De modo geral, a influência positivista era forte nos primeiros trabalhos, desse modo, eles davam prioridade aos resultados quantitativos. Isso mudaria, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando o caráter qualitativo ganhou mais atenção, sendo aprimorado.

Outro dos motivos para a escolha desse método é a natureza do objeto de pesquisa e por permitir uma descrição sistemática de um conjunto de textos jornalísticos, proporcionando uma proposição de inferências no que diz respeito a tendências, conflitos e ideologias presentes no objeto, assim como nos depoimentos oriundos das entrevistas realizadas. Em geral, trabalha-se com amostras de grande envergadura numérica, buscando formular inferências que contemplem aspectos mais gerais dos objetos e de suas lógicas. A intenção é chegar a uma leitura abrangente, mas sempre metódica e minuciosa, a partir do estabelecimento de recortes representativos que deem conta de critérios de exaustividade e/ou representatividade (GOLIN; CARDOSO; SIRENA, 2014). A partir da leitura do *Coojournal* combinada com os depoimentos das entrevistas obtidas pelo aporte da história oral, pretendemos identificar relações entre as reportagens de capa e o contexto histórico e cultural da qual ele fez parte. Essas duas fases sempre estão relacionadas e tensionadas com a nossa adaptação do Circuito das Comunicações a fim de traçar uma história cultural do periódico. Levaremos em conta critérios oriundos das aproximações entre as abordagens das matérias, os depoimentos e as questões levantadas nas entrevistas realizadas.

A análise de conteúdo foi organizada em três etapas: a pré-análise, que inclui a leitura flutuante, a formulação de objetivos de pesquisa e a constituição do corpus; a exploração do material, em que as técnicas escolhidas são administradas sobre o *corpus*; e o tratamento dos resultados, em que são realizadas as inferências que tornam os resultados brutos significativos e válidos (BARDIN, 1977). O nosso *corpus* foi composto por 302 textos oriundos de todas as chamadas das 78 capas do *Coojornal*, entre boletins e mensários, publicadas entre 1975 e 1983 e consultadas no acervo digitalizado pelo Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação<sup>4</sup>, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Gráfico 1 - Número total dos temas do Coojornal

## MATÉRIAS



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Por meio dessa abrangente leitura tomamos conhecimento dos principais temas que o *Coojornal* trabalhou, dividindo-os em 11 áreas, que englobam: Política, com 136; Jornalismo, 67; Cultura, 35; Conflitos Sociais, 18; Economia, 13; Religião, oito; Meio

<sup>4</sup> O Núcleo tem como objetivo estabelecer procedimentos técnicos para a identificação de documentos, sua recuperação, conservação, fichamento e disponibilização para consulta. Possibilitar aos interessados matéria-prima de pesquisa que permitisse a pesquisa e a compreensão da história da Comunicação Social no Brasil, em geral e, especialmente, no Rio Grande do Sul, também é um dos objetivos. Link: <http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/>



Ambiente, sete; Comportamento, seis; Esporte, cinco; Cooperativismo, cinco; e Defesa do Consumidor, dois. É possível conferir no gráfico acima a relação total.

A análise de conteúdo cruzada com o aporte da história oral a partir das entrevistas realizadas com os seis jornalistas permitiu o percurso sistematizado nos próximos capítulos. Vamos contar essa história a partir de uma proposta de organização que mescla a temporalidade, que atravessa o formato do periódico, e também o “racha” da Cooperativa, que juntamente com fatores de pressão externa exercida pelos militares, levou ao fim do empreendimento.

Primeiro é preciso entender o contexto de produção da época em que surge a Cooperativa e então entrar nas origens do *Coojournal*, o primeiro momento em que o formato era o Boletim. Depois da ideia consolidada, chega a hora de completar a história entrando no mensário, com o apogeu em termos de circulação e de reconhecida qualidade nas reportagens quando ganhou, inclusive, diversos prêmios de jornalismo em nível nacional. E, então, o evento do “racha”, em que ainda há uma disputa de narrativa em questão. Para, depois, analisar a crise e a tentativa de mudança no *Coojournal* a fim de continuar relevante nos novos tempos de abertura.

## **4 CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DA COOJORNAL E SEU BOLETIM**

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre nasceu em um momento de perseguição política e de censura dentro do processo de ditadura civil-militar e que concerne a questões específicas do jornalismo em época de resistência à ditadura no Brasil. Faz-se necessário contextualizar alguns dos principais acontecimentos políticos e na imprensa.

### **4.1 A década de 1970 na ditadura civil-militar**

A década de 1970 começou sob a égide da censura e da tortura como uma prática recorrente sofrida pelos presos políticos, principalmente entre 1968 e 1973, período também conhecido como os “anos de chumbo”. Trata-se do momento mais duro da ditadura civil-militar implantada em 1964, a partir de um golpe militar que ocorreu durante uma crise econômica e de grandes mobilizações operárias e camponesas em torno das reformas políticas e institucionais, defendidas pelo então presidente João Goulart.

O historiador Marcos Napolitano conta que a crise política a partir de outubro de 1963 engrossou a conspiração que já vinha de longa data e que transformou a crise em um impasse institucional. “O golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia” (NAPOLITANO, 2014). Fica evidente que a análise da crise de 1964 é tarefa complexa. As dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de definir quem teria maior peso político (FONTES; MENDONÇA, 1991). As disputas partidárias, a polêmica entre Executivo e Legislativo, as greves, a inflação, as conspirações revelam a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar.

Em 1968, eclodiu um amplo movimento social de protesto e de oposição à ditadura, com destaque para o movimento estudantil e para a retomada do movimento operário com as greves metalúrgicas, em cidades como Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo (HABERT, 1994). Para além dos episódios de ação armada da esquerda, que também ocorreram e eram apontados como causa para a decisão dos militares de endurecer o regime, documentos inéditos, guardados há meio século nos arquivos do Superior Tribunal Militar, jogam luzes no cenário que levou ao recrudescimento da ditadura militar, com a edição do AI-

5 (Ato Institucional número 5) em dezembro de 1968. Depoimentos de envolvidos, relatórios oficiais e uma infinidade de papéis anexados a processos que somam cerca de 10 mil páginas, aos quais a Agência de Jornalismo Investigativa Pública<sup>5</sup> teve acesso em outubro de 2018, demonstram que o AI-5 fez parte de um plano para alongar a ditadura com atentados a bomba em série, preparados no final de 1967 e executados até agosto do ano seguinte por uma seita esotérica, paramilitar e de extrema direita. Comandadas por um líder messiânico a serviço da linha dura do governo militar, as ações terroristas da direita, que chegaram a ser atribuídas, equivocadamente, às organizações de esquerda, segundo apontam a investigação da reportagem, tiveram como estratégia aquecer o ambiente como preparação do “golpe dentro do golpe”, e que daria ao regime uma longevidade de mais 17 anos. Três fatos em particular causaram grande tensão na tropa que pressionava o governo por mais repressão. A manifestação de 1º de maio na Praça da Sé, em São Paulo, em que o governador Abreu Sodré foi expulso do palanque a pedradas; a bomba atirada por um comando da VPR contra um quartel do Exército, em julho de 1968, que provocou a morte de um soldado. E o terceiro, que foi o estopim: um discurso do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara dos Deputados, propondo um boicote aos militares.

O governo do general Costa e Silva (1967-1969) reagiu com o Ato Institucional número 5 (AI-5), emitido no dia 13 de dezembro de 1968, que entre os poderes ilimitados outorgou o Executivo dali em diante e permitiu fechar o Congresso por tempo indeterminado. O ato resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais. Tudo isso acabou originando uma institucionalização da tortura, usada como instrumento pelo Estado.

Com o AI-5, a Ditadura Militar completava o fechamento político em meio a um rastro de violência e prisões, torturas e mortes. Meses depois, o governo da Junta Militar que substituiu o general Costa e Silva baixou, ainda, uma fileira de novos atos institucionais que decretaram a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento político, alegando o recrudescimento das ações de luta armada das organizações de esquerda (HABERT, 1994, p.10).

Quando o Congresso foi reaberto, dez meses depois, 94 parlamentares haviam sido cassados, e o general da “linha dura” Garrastazu Médici era o escolhido pela cúpula militar para a Presidência da República no período de outubro de 1969 a março de 1974. O jornalista Elio Gaspari (2002) afirma que este foi o “mais duro período da mais duradoura das

---

<sup>5</sup> Confira a reportagem aqui <https://apublica.org/2018/10/atentados-de-direita-fomentaram-ai-5/>

ditaduras nacionais”. Ao mesmo tempo, “foi a época das alegrias da Copa do Mundo, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de pleno emprego. Foi o milagre brasileiro” (GASPARI, 2002).

Quanto ao período ditatorial no Rio Grande do Sul, uma das particularidades do estado nesse cenário foi a sua importância para a defesa nacional da ditadura brasileira devido a sua aproximação com o Cone Sul, uma vez que faz fronteira com o Uruguai e a Argentina. Essa posição estratégica do estado era especial, pois era praticamente uma rota obrigatória de conexão com o exterior. “Desse modo, o estado passou a ser uma peça-chave no mapa da mobilidade das organizações de esquerda, mas também para os serviços de segurança e espionagem” (FERNANDES; PADRÓS, 2009). Somou-se a isso o fato de que no Rio Grande do Sul estavam concentradas várias personalidades políticas ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi contra o golpe militar e que apoiava as reformas de base do ex-presidente João Goulart. Muitos desses políticos foram para o exílio no Uruguai, já que, para os gaúchos, havia a questão dos costumes em comum entre este país e o Rio Grande do Sul.

João Goulart, Leonel Brizola, Paulo Schilling, Décio Freitas, entre outros, escolheram o Uruguai para ser o local onde seria planejada e arquitetada a resistência contra a ditadura. Na preparação desses planos, foi importante a atuação dos chamados "pombos-correio", cidadãos brasileiros que continuaram no país e atravessavam a fronteira constantemente, saindo de Porto Alegre em direção à capital uruguaia – Montevideú. Assim, na sua condição de estado fronteiriço, o Rio Grande do Sul serviu para a organização da resistência brasileira no Uruguai, mas também para o estabelecimento da rota repressiva entre policiais e militares de ambos os países (FERNANDES; PADRÓS, 2009, p. 35).

O movimento estudantil também era forte em Porto Alegre no fim da década de 1960, principalmente dos estudantes secundaristas e dos universitários, através da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Entretanto, pendia tanto para a esquerda quanto para a direita. Fernandes e Padrós afirmam que a juventude não era somente revolucionária, era também reacionária, o que se traduzia nos questionamentos políticos e sociais, mas também nos morais. Pois, ao mesmo tempo em que se discutia a revolução sexual, o uso de anticoncepcionais, o conflito de gerações, o feminismo – tendo ocorrido, em 1967, a passeata da minissaia em Porto Alegre, com a detenção de várias mulheres – ainda imperavam vários tabus, como o da virgindade, entre tantos outros (FERNANDES; PADRÓS, 2009).

Em nível nacional, um dos fatos mais marcantes no período também foi a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, de 16 anos, por um batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968. Os estudantes reivindicavam melhorias no restaurante universitário. O que era uma manifestação pacífica logo se tornou um verdadeiro ato de

violência. E o que a ditadura pensou ser somente a morte de um estudante pobre transformou-se em uma verdadeira comoção nacional. No Rio de Janeiro, mais de cinquenta mil pessoas compareceram ao seu enterro no dia seguinte. Nas demais capitais do país, incluindo Porto Alegre, também houve vários protestos contra o assassinato de Edson Luís (FERNANDES; PADRÓS, 2009). Nesse ano, também foi realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro, de forma clandestina, pois essa entidade havia sido proibida pela ditadura brasileira. Descoberto pelos órgãos de inteligência, mais de oitocentos estudantes foram presos.

No início da década de 70, a imprensa nacional e também a internacional utilizavam muito a expressão milagre econômico para referir-se ao episódio de intenso crescimento da economia brasileira no período, que foi amplamente aproveitado como instrumento de propaganda do governo. Cresciam as cidades, o mercado interno, a construção civil, as estradas, as hidrelétricas e as operações nas Bolsas de Valores. “Uma febre consumista parecia ter tomado conta das classes médias: compravam o carro do ano financiado em 36 meses; o último aparelho de som; a recentíssima TV a cores” (HABERT, 1994, p.16). Na verdade, o período de Médici representou a consolidação da expansão do capitalismo no Brasil, com o apoio de bases econômicas e políticas já implantadas e com o bom momento da economia mundial. Mas a que preço?

O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimentos abertos pela reformas conservadoras no governo de Castelo Branco. Mas foram a ideia da legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeia o imaginário dos militares e seus aliados, e, ainda, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras que fizeram inevitável a opção pelo crescimento, em lugar da construção de uma ordem liberal, como fazia a vizinha Argentina (PRADO; EARP, 2007, p. 234).

Entretanto, essa necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria nas condições de vida dos cidadãos. Em pleno milagre econômico, em 1972, 52,5% dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo, piorando a situação nos anos seguintes. “Entre 1968 e 1973, a dívida externa pulou de 4 a 12 bilhões de dólares e continuou crescendo cada vez mais nos anos seguintes. No final da década, estava em torno de 60 bilhões de dólares, saltando para 100 bilhões em 1984, uma das maiores dívidas externas do mundo” (HABERT, 1994, p.17).

O projeto ditatorial para ser viável precisaria de uma ampla e complexa máquina de repressão política. A máquina era encabeçada e centralizada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que envolvia diversos organismos militares e policiais. O autoritarismo se

tornou uma constante com a repressão, principalmente em relação a organizações de esquerda e à censura em grandes jornais e a perseguição à imprensa alternativa, no que era chamado de “combate à subversão”.

#### **4.2 A imprensa nos anos de censura e autoritarismo**

As décadas de 1960 e 1970 são importantes para a consolidação do mercado de bens culturais no Brasil, com um desenvolvimento diferenciado dos diversos setores ao longo do tempo, a sua evolução constante deixa em evidência as transformações estruturais da sociedade brasileira. Se até a década de 1950 as produções eram restritas e atingiam um número reduzido de pessoas, agora elas tendiam a ser cada vez mais diferenciadas e cobriam uma massa consumidora. É nesta fase que se consolidaram os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa. Tudo isso tem como ponto de reflexão o golpe militar de 1964 (ORTIZ, 1988).

Foi um momento de reorganização da economia brasileira, que cada vez mais começava a se inserir em um processo de internacionalização do capital, e o estado autoritário permite consolidar no Brasil o capitalismo tardio. Paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultural e o mercado de bens culturais. Um ponto importante para isso foi a criação do Conselho Federal de Cultura, oficialmente implantado no ano de 1967. A este projeto, que buscava a integração cultural brasileira em uma única ação abrangente, seguir-se-ia o I PNC – Plano Nacional de Cultura, de 1972, seguido do Programa de Ação Cultural, de 1973. O governo federal permitia-se liberar os espaços para a produção cultural, agilizando e patrocinando o fomento cultural, numa perspectiva de mercado capitalista de bens de consumo. O Brasil saltaria dos quatro milhões de jornais diários de 1960 para os 1,2 bilhões de jornais-dia de 1976 e ocuparia um lugar destacado na indústria cultural mundial, e que em 1975 era o nono mercado mundial de televisão, o quinto mercado mundial do disco e o sexto mercado mundial de publicidade (HOHLFELDT, 1999).

Neste ponto, existe uma diferença entre o mercado de bens materiais e de bens culturais. O último envolve uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos, expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado. Então, já pode se observar também um controle do governo autoritário sobre essa produção.

A censura possui duas faces: uma repressiva, outra disciplinadora. Durante 1964 - 1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade da sua produção. O movimento cultural pós-64 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado define-se pela repressão ideológica e política; por outro, é um momento da história onde são mais produzidos e difundidos os bens culturais (ORTIZ, 1988, p.114).

Na área da Comunicação, um exemplo da colaboração entre o regime militar e a expansão dos grupos privados foi o da televisão. Logo após o golpe de 1964, foi criada a Embratel, que começou uma política modernizadora para as telecomunicações. Em 1967, por sua vez, criou-se o Ministério de Comunicações e se iniciou a construção de um sistema de microondas, inaugurado em 1968, e que permitiu a interligação de todo o território nacional. Segundo Mattos (2000, p.53), “a fim de que suas mensagens atingissem a população inteira e a televisão pudesse se expandir através do território nacional, os governos militares investiram no melhoramento das condições técnicas e operacionais”. Devido aos meios de comunicação serem vistos como agentes da modernização e como ferramentas para a manutenção da integração nacional, os militares passaram também a se preocupar com o conteúdo transmitido pelas emissoras de televisão. Quando a TV Globo e a TV Tupi assinaram um protocolo de autocensura em 1973, procurando controlar o conteúdo de suas programações, o que essas emissoras estavam fazendo era circunscrever a vontade de se conquistar o mercado a qualquer preço, aceitando cumprir os compromissos adquiridos anteriormente junto ao Estado Militar (ORTIZ, 1988).

Completamente indispensável ao projeto econômico, político e ideológico da ditadura, a censura estendeu seus braços em todos os meios de produção de bens culturais (jornais, revistas, livros, rádio, televisão, filmes, teatro, música, ensino) sempre sob a alegação de preservar a segurança nacional e a moral da família. O jornalista Pery Cotta descreve o que aconteceu com o jornal *Correio da Manhã*, um dos principais periódicos políticos da época. “A ação da censura nos jornais variou de período para período. Houve um primeiro momento de vergonhoso espetáculo, em 64, e que o AI-5 trouxe de volta, em 68” (COTTA, 1997). Na época, o periódico sofreu em vários episódios de censura e autoritarismo. Censores da Polícia Federal estavam presentes em redações de jornais e revistas. Havia também uma longa lista de palavras e assuntos proibidos.

O jornal *O Estado de São Paulo* costumava preencher os espaços censurados com versos da obra clássica de Camões, *Os Lusíadas*; o *Jornal da Tarde* fazia o mesmo, mas com receitas de doces e salgados. Há muitos casos que podem ilustrar o tipo de perseguição que

aconteciam. Paulo Marconi revela como os jornalistas eram vistos pela maioria dos setores das forças armadas na época:

Os jornalistas brasileiros já foram comparados aos mosquitos que transmitem febre amarela (em alusão à transmissão de ideias comunistas) e grande parte das Forças Armadas, principalmente dos integrantes dos órgãos de segurança e informação, não só acha que os meios de comunicação do Brasil fazem o jogo do inimigo, como também está convicta de que eles estão infiltrados de agentes treinados e especializados na técnica revolucionária de conquista da opinião pública e do poder (MARCONI, 1980, p.22)

Para Rivaldo Chinem (1995), a censura seguia uma espécie de mandamento que proibia livros, periódicos, jornais e diversões; a campanha pela revogação dos atos institucionais, nomeadamente do AI-5; a contestação ao regime vigente; as notícias sensacionalistas que afetassem a imagem do Brasil, assim como campanhas de descrédito da política habitacional. Também eram proibidas “notícias de assaltos a estabelecimentos de crédito e comerciais, acompanhadas de relato detalhado e instrutivo; referências à tensão entre Igreja Católica e o Estado e à agitação nos meios sindicais e estudantes; publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunistas” (CHINEM, 1995, p.45).

Em relação a isso, a tese de doutoramento *Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*, da historiadora Beatriz Kushnir, reflete sobre relação dos jornalistas e dos censores, com o objetivo de iluminar “um território sombrio e desconfortável: a existência de jornalistas que foram censores federais, e que também foram policiais enquanto jornalistas nas redações. Escrevendo nos jornais, ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, colaborando com o sistema autoritário” (KUSHNIR, 2001, p. 24). A autora explica que não quis delatar, denunciar, mas sim fazer conhecer uma outra faceta da narrativa histórica. Fica evidente a complexidade das relações e da autocensura:

Uma reflexão sobre os diversos papéis desempenhados pela grande imprensa na ditadura civil-militar do pós-1968 demonstra uma estreita relação de alguns jornalistas e policiais, como também desvenda uma série de esquemas da direção das empresas com os órgãos do governo para aceitar a autocensura (KUSHNIR, 2001, p. 365).

Ao mesmo tempo também circularam muitos periódicos que se caracterizaram por uma forte oposição ao regime em vigor, sem medo de criticá-lo de modo escancarado. Era a chamada imprensa alternativa, que tentava propor possibilidades não apenas no sentido noticioso, mas também de mercado e de organização. Chinem afirma que o jornal *Binômio*, de Minas Gerais, surgido em 1952, foi um dos expoentes da imprensa alternativa brasileira pré-



ditadura militar. Na época, o periódico criticava as políticas do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, usando de sátira e humor. Chegou a ter uma tiragem média de 40 mil exemplares e 16 mil assinaturas, mas acabou com o golpe militar e seu fundador, José Maria Rabelo, fugiu para a Bolívia e só voltou ao Brasil em 1980.

Dois meses depois do golpe de 1964, chegava às bancas o jornal *Pif-Paf*, dirigido por Millôr Fernandes. O lema era ‘não temos prós nem contras’, e fazia uma crítica à saída por justa causa de Millôr da revista *O Cruzeiro*, onde o humorista mantivera a seção *Pif-Paf* sob o pseudônimo de Vão Gogo. O jornal teve vida curta e após oito edições, ao publicar uma fotomontagem do então presidente general Humberto de Alencar Castello Branco, foi apreendido, e seus donos ficaram sem dinheiro para a impressão do número nove. A turma responsável pelo periódico voltaria a se reunir novamente cerca de cinco anos depois para trabalhar no célebre *Pasquim* (CHINEM, 1995).

Kucinski (1998) explica que durante os anos de 1968 e 1972, os já citados “anos de chumbo”, depois do AI-5, os jornalistas mais combativos e críticos das grandes redações foram demitidos, e os jornais foram se tornando mais complacentes em relação às violências do regime.

Jornalistas demitidos da *Veja* e de *Realidade* em São Paulo, e os do *Correio da Manhã* e outros veículos no Rio, criaram sua própria imprensa, a imprensa alternativa dos anos 60 e 70, constituída de mais de 120 veículos e que iria criar um discurso alternativo ao discurso oficial. Da equipe da *Realidade* saíram os fundadores de *Bondinho* e *Ex*. Da equipe de *Veja* saíram os fundadores de *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, e alguns dos fundadores de *Coojornal* (KUCINSKI, 1998, p. 59).

O autor ainda divide os jornais alternativos da década de 70 em duas grandes vertentes: os predominantemente políticos, que, em geral, eram pedagógicos e dogmáticos e foram os únicos em toda a imprensa brasileira a perceber os perigos do crescente endividamento do País e a colocarem em suas páginas os movimentos populares como protagonistas; e a classe de jornais que foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico e estavam mais voltados para a crítica dos costumes e inspiravam-se nos movimentos de contracultura estadunidense e, por intermédio deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre.

Entre os jornais alternativos mais conhecidos e marcantes em nível nacional está o já citado *Pasquim*, que foi criado em julho de 1969, por Ziraldo, Tarso de Castro e Sérgio Cabral. Mais próximo da vertente do segundo grupo, era essencialmente humorístico e transformou a linguagem do jornalismo e da publicidade através de um projeto inovador para os padrões de comportamento da imprensa. Entretanto, mesmo esses jornais alternativos de

raízes existencialistas atuavam no plano da contingência política e se opuseram visceralmente ao regime (BRAGA, 1991). O *Pasquim* acabou passando por forte censura prévia e com o passar do tempo também aconteceram diversas divergências internas que foram aos poucos desgastando a equipe. O jornal também sofreu com dois atentados a bomba e com a prisão de todos os editores por cerca de dois meses. Em 1975, a censura prévia foi retirada do *Pasquim*, porém os efeitos causados seriam permanentes.

O periódico *Opinião* foi fundado em 1972 e se encaixa na primeira vertente da primeira proposta realizada por Kucinski, a dos veículos alternativos predominantemente políticos. Apresentava protagonistas sociais e cenários até então desconhecidos do grande público. Antecipou-se aos jornais diários na defesa do consumidor e do meio-ambiente (CHINEM, 1995). *Opinião* foi um dos periódicos que mais sofreram com as restrições da censura, muitas vezes metade da edição era censurada. “A discriminação era brutal. Começamos, então, a pensar que seria mais útil suspender a circulação do que publicar um jornal que pouco podia dizer em comparação com a grande maioria, que tinha liberdade total e estava exercendo esta liberdade” (MACHADO, 1978, p.31). Em 1977, o jornal anunciava que o próximo número só seria lançado se estivesse livre de censura. Desta forma, a edição 231 foi lançada sem ter sido submetida à avaliação prévia pela censura federal, em Brasília, como ocorria normalmente. Na sequência, os exemplares foram apreendidos nas bancas, e o jornal encerrou suas atividades (CHINEM, 1995).

Para Elio Gaspari (2002), o Brasil do *Pasquim* e do *Opinião* tinha pouco a ver com aquele dos grandes jornais, revistas e emissoras de televisão. Em um misturavam-se o deboche e um cosmopolitismo cético. No outro, vivia-se o Brasil real. Do universo de 160 jornais alternativos da época, segundo Kucinski, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência. Havia vários outros jornais de resistência cultural produzidos por mulheres, como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Também havia o jornal *Lampião*, com foco em assuntos ligados à homossexualidade e sexualidade, ecologia, cultura negra, política. Junto a esses, os jornais ligados a grupos políticos de esquerda, como *Voz da Unidade* e *O Trabalho*. Fora do eixo Rio-São Paulo, existiram várias iniciativas de imprensa alternativa. “A única com circulação nacional, entretanto, foi o *Coojornal*” (CHINEM, 1995, p.55), derivado da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre.

### 4.3 Cooperativismo como uma alternativa de organização jornalística

É preciso também contextualizar a situação das cooperativas, uma forma de organização que propõe uma alternativa de união e de modificação de relação de trabalho, em consonância, então, com a ideia de um outro jornalismo que a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre tinha o objetivo de realizar. No Brasil, o movimento cooperativista se iniciou oficialmente com o ramo agropecuário, com a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1889. Já no Rio Grande do Sul, o primeiro empreendimento desse tipo foi criado em 1902, pelo padre suíço Theodor Amstad. Era a Sicredi Pioneira, na cidade de Nova Petrópolis. Na época, a cooperativa foi criada porque o município não contava com nenhum banco.

As cooperativas foram a mais importante alavanca do crescimento e da modernização das atividades agrícolas no Estado na década de 1960 e, principalmente, na de 1970, podendo-se afirmar que elas passaram a representar a parte principal e mais moderna das atividades primárias desenvolvidas no Rio Grande do Sul. Acrescente-se que sua importância não repousa apenas em razões de ordem econômica. É preciso não esquecer que esse cooperativismo se constituiu no único suporte de uma ampla camada de pequenos produtores agrícolas (BENETTI, 1985). Com efeito, numa primeira fase, isto é, dos anos de 1957 e 1958 até 1970, aproximadamente, elas cresceram como empresas comerciais através da venda da produção dos agricultores e de outras atividades vinculadas à esfera da circulação da produção, como secagem, limpeza, armazenagem, etc. Sua área de atuação era a região pioneira, ou seja, aquela onde nasceram. Sua linha de produção era pouco diversificada, pois, além do trigo, elas comercializavam apenas a soja. A prestação de serviços era dirigida somente aos agricultores associados. Por isso mesmo, seu crescimento só poderia ter lugar via aumento do corpo social e/ou pela expansão da densidade da produção entregue à cooperativa por associado. Esta foi a fase do cooperativismo comercial ou de expansão horizontal do associativismo.

A partir da década de 1970, época do surgimento da Coojornal, as cooperativas passam por uma metamorfose extraordinária: abandonam a região pioneira em busca de novas áreas de produção agrícola; a prestação de serviços transcende o corpo de associados, dirigindo-se a qualquer agente econômico que os demandasse, exatamente como ocorre com uma empresa capitalista qualquer; diversificam também suas atividades no próprio setor de comercialização, partindo para a prestação de serviços não tradicionalmente ligados a cooperativas de produtores agrícolas, como corretagem de câmbio, seguros, etc (BENETTI,

1985). Nesta época, em 1975 eram 794.911 produtores cooperativados no país, porém, toda esta atividade não se distribuiu de forma homogênea pelo território brasileiro. O maior número de cooperativas em 1975 foi registrado nas regiões Sul e Sudeste, que detinham 70% das cooperativas brasileiras e 80% dos produtores associados. Rio Grande do Sul e São Paulo possuíam juntos mais cooperativas e associados do que as outras três regiões brasileiras somadas (ELLWANGER, 2011). Neste cenário, o Rio Grande do Sul alcançou destaque devido à grande quantidade de cooperativas agrícolas existentes. Em 1975, mais da metade dos recursos de crédito a cooperativas foram destinados às de trigo e soja do Sul do país.

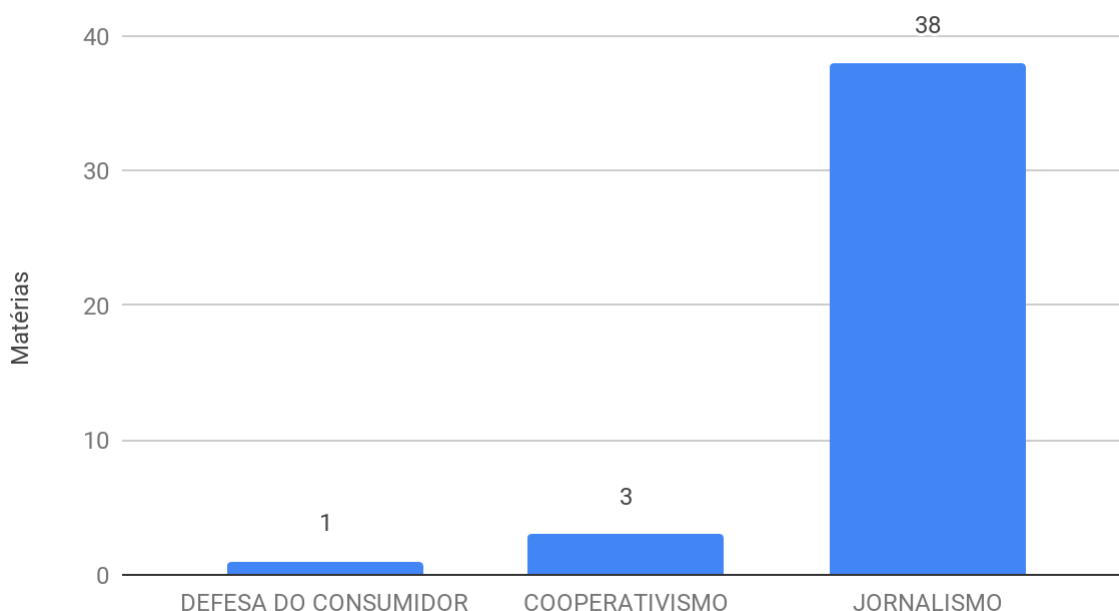
A Coojornal, nesse sentido, oferecia trabalhos para terceiros, como serviços de diagramação e jornalísticos, sendo que alguns dos seus maiores clientes eram cooperativas dos setores agrícolas do estado. Contava com o trabalho de uma editoria de agricultura e cooperativismo, além de um departamento especializado e agências de notícias e de fotografia. Antes de oficializar o projeto, os novos cooperativados enfrentaram diversos obstáculos impostos pela legislação. Entre eles, Kucinski (1991) aponta uma série de decretos baixados em 1964 e 1965 que limitava a liberdade das cooperativas. A Lei 5.764 de 1971, à qual a Coojornal precisou se adaptar e estabelecia que a fiscalização e o controle das cooperativas estariam divididos entre três órgãos federais: as entidades de crédito ficariam ligadas ao Banco Central, as de habitação ao Banco Nacional de Habitação e as demais ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Logo, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi registrada junto ao Incra, apesar de ser uma cooperativa de trabalho urbana.

## 5 AS ORIGENS DE UM JORNAL ALTERNATIVO: O BOLETIM DA COOJORNAL

O que acontece quando se vive em uma sociedade que reprime a livre circulação de informação? Para jornalistas é crucial trabalhar com liberdade e diversidade de pensamentos. A censura ainda era uma constante na metade da década de 1970, época em que a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre é fundada. Mais particularmente, no dia 15 de novembro de 1975, quando começava a circular o boletim *Coojournal*, a origem do que se tornaria o mensário conhecido por suas grandes reportagens. Já ficava claro, na capa da primeira edição, o principal tema presente nestas oito edições que contemplam o formato boletim: o jornalismo. Nas páginas eram frequentes pautas como a preocupação com a informação crítica do que acontecia na imprensa local e nacional; o ensino nas faculdades de jornalismo, com notícias sobre a qualidade das aulas e votações de diretórios acadêmicos; e questões sobre a própria cooperativa. Nessa época, o periódico dirigia-se principalmente para jornalistas, cooperativados e estudantes de jornalismo. O gráfico a seguir evidencia que nas quarenta e duas matérias de chamadas de capas, o jornalismo é o tema que se sobrepõe, com 38 aparições; Cooperativismo tem três; e Defesa do Consumidor, uma.

Gráfico 2 - Número dos principais temas do Boletim da Coojournal

### Matérias - Boletim



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Na década de 1970, em Porto Alegre, circulavam cinco jornais diários: *Correio do Povo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* (ligados à Companhia Jornalística Caldas Júnior), *Zero Hora* (ligado ao Grupo Rede Brasil Sul) e *Diário de Notícias* (do grupo Diários Associados). Com o passar dos anos, o *Diário de Notícias*, que alcançou o auge na década de 1950, acabou falindo e os veículos da Caldas Júnior assumiram a liderança em circulação. Entretanto, com a renovação em tecnologia de impressão e distribuição, já nos anos 1970, a *Zero Hora* acabou ultrapassando o *Correio do Povo* e se tornou o periódico com maior venda avulsa e com maior tiragem do estado (RUDIGER, 1998). Nos anos 80, o grupo Caldas Júnior entraria em grandes dificuldades financeiras, tendo fechado todos os seus jornais. O *Correio do Povo* voltaria só em 1986, já com outros proprietários. Esse cenário também favoreceu o surgimento de jornais alternativos no Rio Grande do Sul, de modo semelhante ao movimento que acontecia eixo Rio-São Paulo. Sérgio Capparelli (1986, p. 53) afirma que essa imprensa alternativa “tem muitos pontos de contato com o jornalismo pré-capitalista, principalmente com os métodos quase artesanais de distribuição, o número de pessoas envolvidas no projeto, a orientação para valores ideológicos e não para o lucro como finalidade principal”.

No Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre, circularam mais de vinte periódicos alternativos. Entre eles, estavam *O Protesto*, de 1967, ligado ao movimento anarquista. *Risco*, de 1974, organizado pelos irmãos José Antonio Pinheiro Machado e Ivan Pinheiro Machado. *Semanário de Informação Política*, de Ijuí e vinculado ao MDB – apareceu em 1975. *Comunicação*, que despontou em 1975 pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre. *Informação*, um jornal político desenvolvido por Adelmo Genro em 1976. *Triz*, elaborado em Pelotas em 1976. Neste ano surgiram também *Peleia*, *Lampião* e *Paralelo*, todos em Porto Alegre. *Tiçõ*, vinculado ao movimento negro, foi lançado em 1978. Em 1979, foi a vez de *Lado a Lado* e *Tchê*. Em 1980, *Correio da Mulher* e, em 1982, *Denúncia* (ROSA, 2005).

O *Exemplar*, de 1967, chamando-se inicialmente de *CPG* (Centro dos Professores Gaúchos) foi o primeiro a ser criado. Somente em fevereiro de 1971 é que passou a chamar-se *Exemplar*. Era, então, um jornal mensal, distribuído gratuitamente aos professores gaúchos, às universidades, às redações dos demais jornais e a alguns órgãos públicos. No *Exemplar* encontra-se uma resistência no sentido da contracultura em diferentes áreas de destaque. “O debate sobre a questão indígena, o racismo, as matérias místicas e filosóficas, as notícias sobre o panorama musical (popular e erudito), o humor, as matérias sobre ecologia, e muitas outras” (ROSA, 2005). Em dezembro de 1972, o jornal deixou de ter circulação dirigida e

passou a ser vendido por CR\$ 1,50. Porém, não conseguiu sobreviver por muito tempo, deixando de circular ainda em novembro de 1973. Outro alternativo marcante e efêmero na paisagem de jornais de resistência gaúchos foi o *Pato Macho*, que foi lançado em 1971. Foi criado por Luis Fernando Verissimo, Cláudio Ferlauto e Coi Lopes de Almeida, entre outros. Sendo submetido à censura prévia desde o terceiro número, o jornal resistiu somente quinze edições. “Na imprensa sul-rio-grandense, ele representa uma proposta inovadora, tanto no conteúdo quanto na diagramação. Único alternativo humorístico do período no estado, tinha nos costumes e no provincianismo da capital gaúcha seu principal alvo de críticas” (STRELOW, 2009). Muitos desses jornais alternativos e também os de grande circulação da grande mídia são noticiados ao longo da trajetória do *Coojornal*, com ênfase nesse primeiro momento de formação dos boletins da Cooperativa.

Nesse sentido, é importante pontuar a morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975, que acarretou muitas manifestações contrárias ao autoritarismo e à violência da ditadura, sendo ela também noticiada no primeiro boletim da *Coojornal*. Na época, Herzog dirigia o jornalismo da TV Cultura. No dia 24 de outubro, então poucos dias antes da publicação dos boletins, o jornalista foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que o jornalista teria se enforcado com um cinto, sendo, inclusive, divulgada a foto do suposto enforcamento. Testemunhos de jornalistas presos no local apontaram que ele foi assassinado sob tortura. Além disso, em 1978, o legista Harry Shibata confirmou ter assinado o laudo necroscópico sem examinar ou sequer ver o corpo, segundo informações do site do Instituto Vladimir Herzog<sup>6</sup>. Na época do formato boletim, o editor-responsável era o jornalista Elmar Bones.

## 5.1 O espírito de uma Cooperativa

Apesar de surgir pouco nas manchetes de capa, o cooperativismo é um tema de constante preocupação para os jornalistas do *Coojornal*, que buscavam também compreender essa diferente forma de organização de trabalho. Já na primeira edição, em uma espécie de editorial, é destacada a criação da primeira cooperativa de jornalistas do país. “Estavam reunidos sessenta e seis jornalistas de Porto Alegre na Associação Riograndense de Imprensa na fundação da *Coojornal* por alguns problemas objetivos como o restrito mercado de

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site <http://vladimirherzog.org/> no dia 14/10/2018.

trabalho, as limitações e o imobilismo das grandes empresas jornalísticas e por um desejo que é comum a todo jornalista em determinado momento - o de ter o seu próprio jornal” (Coojornal, novembro de 1975).

Figura 3 - Recorte de página interna da 1ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

A nota, entretanto, não segue em maiores detalhes sobre a criação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, que remonta ainda ao final da década de 1960 quando um grupo de jornalistas gaúchos participou de um concurso para a revista *Veja*. Na época, dos 250 jornalistas selecionados para um curso de seis meses, sobraram apenas 50, entre os quais, todos os dez gaúchos inscritos formariam um grupo relativamente à parte, que comporia a Cooperativa (ELLWANGER, 2011).

A outra ponta da história de origem da Cooperativa está ligada ao jornal *Folha da Manhã*, do grupo Caldas Júnior, e à editora Verbo, que funcionou durante alguns meses em 1974. A *Folha da Manhã* era um empreendimento moderno para o conservador grupo da



Caldas Júnior. Atraía e dialogava com o público jovem e contava com bons profissionais. Mesmo assim “a equipe se revelou insuficiente, três anos depois o jornal naufragava – o primeiro fracasso de toda a história do empresário Breno Caldas, cuja empresa era a sexta maior do país no campo do jornalismo e hegemônica na região Sul” (KUCINSKI, 1991, p.143).

Já a Verbo foi uma editora criada por Elmar Bones, Jorge Polydoro e José Abujamra, logo depois que os dois primeiros se desligaram da *Folha da Manhã*. Depois da saída de Abujamra, então diretor financeiro da empreitada, Bones e Polydoro resolveram levar os seus clientes, como a Elevadores Sûr, a Companhia União de Seguros Gerais e o Sport Club Internacional, para a Coojornal, ocasionando uma fusão entre a editora e a Cooperativa. A partir de então, a sede da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre passou a ser na rua Comendador Coruja, que, até então, era sede da Editora Verbo. Também é contestada a versão mais recorrente a respeito da criação da Coojornal.

A criação não ocorreu devido às demissões na *Folha da Manhã*. Quando foi fundada, a maioria dos associados que encabeçaram a iniciativa estavam bem empregados. O importante papel desempenhado pela *Folha da Manhã* deve-se ao fato de a maioria dos jornalistas que fizeram parte do grupo inicial de associados da cooperativa ter trabalhado na empresa. Além disso, as primeiras conversas sobre a hipótese de se reunirem em um projeto próprio ocorreram entre os funcionários do matutino. Entre as oito pessoas que iniciaram a movimentação, pelo menos quatro eram funcionários do jornal: Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Elmar Bones da Costa e Rosvita Saueressig (ELLWANGER, 2005, p. 114).

No livro *Coojornal - um jornal de jornalistas sob o regime militar*, organizado por Rafael Guimaraens, Ayrton Centeno e Elmar Bones, é explicada de modo mais aprofundado a origem da Cooperativa. Lendo um jornal de São Paulo, José Antônio Vieira da Cunha encontrou uma pequena nota referente ao *II Giornale*, de Milão. “O que chamou a atenção é que o *II Giornale* era editado por uma cooperativa de jornalistas. Aquela poderia ser uma boa ideia, porque tinha na essência a possibilidade de ser uma empresa sem um único dono” (GUIMARAENS; BONES; CENTENO, 2011, p.10). A ideia foi lançada para o grupo de jornalistas que trabalhava na *Folha da Manhã* e já se reunia periodicamente para discutir a viabilidade de um jornal próprio.

A primeira direção da Coojornal foi composta por José Antônio Vieira da Cunha, como presidente, Luiz Cláudio Cunha, vice, e Rosvita Saueressig, secretária. Além de todo problema estrutural da falta de emprego para jornalistas em uma cidade que contava já com duas faculdades de jornalismo na época (Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), a Cooperativa funcionava também

como uma possibilidade de unir a vontade de se ter o jornal próprio e de se repensar a fórmula de trabalho dentro do contexto de jornalismo de repressão, trabalhando com a informação de outra maneira. Para Edgar Vasques, a cooperativa aparece como uma alternativa profissional muito lastreada na experiência das pessoas que tinham uma visão da comunicação social e principalmente do jornalismo como um instrumento de construção da sociedade.

Se achava que isso era impossível em uma estrutura de empresa tradicional, que tem um patrão e tem empregados, que fabricam informações e vendem aquilo como mercadoria. E que era necessário primeiro quebrar essa estrutura organizacional, e isso seria feito através de um sistema de cooperativa. A cooperativa, a grosso modo, funciona como uma estrutura igualitária. E, ao contrário de uma sociedade por ações, não vale quanto dinheiro tu botou na sociedade, vale a tua participação. Então, cada homem, um voto. Esse é o princípio da Cooperativa (VASQUES, 2018).

Dentro disso, era necessário que os jornalistas acostumados à rotina de uma redação, boa parte oriunda da *Folha da Manhã* ou de outros grupos de conglomerados de comunicação, com uma hierarquia mais sólida de empresa, aprendessem também a trabalhar com outras ideias.

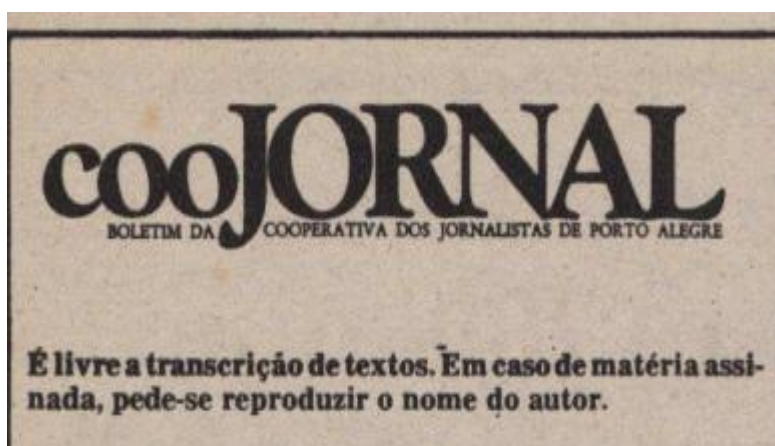
Tinha dois problemas sérios que a gente constatou: o pessoal não tinha a clareza do que era uma cooperativa. Cooperativismo de modo geral tem muita pouca informação, até hoje. Naquela época era pior ainda, embora existisse no estado uma grande estrutura cooperativista na época, talvez maior que hoje. Tinha aí a Central Sul, que era a central das cooperativas agrícolas, que era das maiores empresas produtoras de grãos do país. Embora as cooperativas tivessem todo esse avanço aqui no Estado, a ideologia do cooperativismo, os conceitos com os quais eles trabalham não eram conhecidos (BONES, 2018).

Nesse sentido, o boletim também contemplava essas questões sobre cooperativismo, trazendo informações sobre o assunto a fim de que os jornalistas se interessassem e participassem mais ativamente dos encontros. Incluem-se aí as novidades de cunho informativo sobre os novos projetos, notas que divulgam o que foi decidido em reuniões, uma vez que não eram todos os sócios que participavam. Entretanto, o que ganha destaque nas capas do ainda boletim são três chamadas, sempre lembrando que o grupo estava preparando o seu jornal, que viria a se tornar o mensário *Coojournal*.

Há uma clara tentativa de construir um espírito de coletividade em contraponto a uma ideia de repressão da época, valorizando-se o fato de que aquelas pessoas, aqueles jornalistas, eram os donos do jornal, cada um assumia um papel, quase como uma resposta ao autoritarismo que normalmente está associado à figura hierárquica de um ditador. Uma das

formas que isso refletiu no *Coojournal* é na ideia do copyleft, que aparece em avisos ao longo dos boletins:

Figura 4 - Recorte de página interna da 4ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

A informação aparece junto ao expediente, que trazia também o nome de todos os associados.

Tem essa espécie de copyleft, que é esse espírito da coletividade, é um movimento meio dialético, porque por um lado a gente queria valorizar a autoria, valorizar o crédito dos fotógrafos e tal também, e também o coletivo. A maioria das matérias não era assinada, porque a gente vinha de uma escola que era essa de redação, não tinha esse negócio de assinar. Era uma época em que as redações eram uma instituição mais forte. E no boletim a gente queria fazer uma discussão coletiva, era um ponto muito importante para gente pontuar esse coletivismo do cooperativismo, enfatizar essa ideia de que o jornalismo é uma atividade coletiva e não uma tarefa individual (BONES, 2018).

A oitava edição, última em formato boletim, datada de agosto e setembro de 1976, é destinada a comemorar os dois anos da cooperativa e traz vários depoimentos de profissionais de diversas áreas, como repórter, editor, fotógrafo, comercial, administração, circulação, etc. Também volta o tópico do jornal mensal que a Cooperativa lançaria no mês seguinte. Essa edição especial merece mais detalhamento, pois é possível perceber o espírito do coletivo de jornalistas contido nos depoimentos e experiências dos escolhidos para falar sobre os dois anos da cooperativa.

Entre eles, está Jorge Polydoro, diretor-executivo na época, que assina o texto *O aprendizado no dia a dia da Cooperativa*. Ele faz um apanhado do cotidiano da experiência e frisa que ela não pretende ser a solução para a profissão do jornalista, nem que a sua

experiência definiu uma proposta que se oponha ao mercado de trabalho, importante pois denota que, apesar de ser uma alternativa na organização de trabalho, a cooperativa não se opunha ao modo capitalista de negociação. Fica mais claro também o caráter de não-oposição ao sistema, que muitas vezes era encontrado nos periódicos alternativos da época.

Não era mais um jornal que nos fazia lutar, era a possibilidade real de se criar uma ampla gama de opções para o nosso restrito mercado profissional, uma organização onde cada um tem os mesmos direitos, os mesmos compromissos, as mesmas responsabilidades. Onde ninguém ganha porque tem dinheiro, mas porque trabalha. (COOJORNAL, SETEMBRO DE 1976<sup>7</sup>).

No texto de Rosvita Saueressig, a secretária de redação faz um apanhado dos *house organs* pelos quais a Coojornal era responsável e é possível observar a importância do jornalismo já no título do seu texto - *Uma norma: critérios jornalísticos em tudo*, uma alusão à responsabilidade que eles como jornalistas tinham com a informação - mesmo em uma publicação de empresa. É interessante ler sua reflexão sobre o boletim:

Depois de um ano de trabalho na Coojornal, já deu para entender, no entanto, que dentro do jornalismo há outras áreas que necessitam da atuação de bons profissionais da imprensa. As dimensões de um trabalho sério e bem elaborado não se limitam nas características do jornal diário, noticiosos de rádio ou televisão. Um boletim pequeno, de oito páginas, com circulação dirigida, também define e contém um trabalho jornalístico. (COOJORNAL, SETEMBRO DE 1976<sup>8</sup>)

O depoimento de André Pereira, repórter nessa época de início da *Coojornal*, também é instigante, pois demonstra a preocupação em entender o funcionamento e a dinâmica de uma cooperativa. Para ele, muito foi feito na intuição e, devido à urgência que o trabalho impunha, não havia tempo para aprofundar-se nos princípios do cooperativismo.

Importa neste depoimento dizer que, muitas vezes, nos primórdios da Coojornal essa filosofia foi seguida à risca, porque havia muito trabalho e poucos operários. Mas com sua rigidez, esqueceu-se coisas importantes como a divulgação do princípio cooperativista. Assim posso afirmar que para inúmeras pessoas tudo aconteceu ao nível intuitivo. Hoje, passado um ano e sete meses desde que me cooperativei e iniciei a prestar trabalhos na casa, está se tentando formar um grupo para estudar cooperativismo e ostentar um embasamento teórico, essencial para a ação prática da cooperativa e para o próprio cooperativado (COOJORNAL, SETEMBRO DE 1976<sup>9</sup>)

---

<sup>7</sup> “O aprendizado no dia a dia da Cooperativa”, autoria de Jorge Polydoro, 8ª edição, página 4.

<sup>8</sup> “Uma norma: critérios jornalísticos em tudo”, autoria de Rosvita Saueressig, 8ª edição, página 4.

<sup>9</sup> “O que é ser repórter dentro da Cooperativa”, autoria de André Pereira, 8ª Edição, página 6.

Esses relatos, que constroem uma narrativa sobre o próprio jornal, delineiam uma história e demonstram a complexidade de visões que os diferentes profissionais tinham da cooperativa e do próprio trabalho que exerciam nela. Como eixo dos depoimentos selecionados, aparece a noção do jornalismo como espaço privilegiado para a análise crítica, que corresponde à proposta do *Coojournal*.

Para poder se realizar todo esse empreendimento, entretanto, era necessário também estar atento a toda aparelhagem tecnológica. Em relação a isso, Bones explica que uma mudança importante estava acontecendo: a transição da composição a quente (chumbo) para a frio. O maquinário exigido na época do chumbo era quase que artesanal e exigia muito mais tempo para a reprodução, pois eram necessárias muitas etapas para chegar ao resultado final.

Antes era uma máquina de escrever grandona assim, digitava e saía numa tira de papel filme que tu recortava e colava nos diagramas, aí o diagramador desenhava no papel a página. Aí o cara tinha um diagrama com a reprodução da página e ele colava as tiras. Então, o fotolito tirou esse cartão de chumbo. O fotolito já era um baita avanço. E as coisas estavam mudando rápido naquela época, primeiro que acelerou o processo de produção muito, metade do tempo que era no chumbo (BONES, 2018).

Uma importante vantagem do fotolito sobre outros tipos de impressão é que ele permite uma elevada exatidão na reprodução das medidas da imagem original, além de acelerar o processo. A impressão do boletim nessa época acontecia na gráfica da empresa Diários Associados, segundo Bones, uma vez que o jornal *Diário de Notícias* não existia mais. A gráfica, porém, ainda funcionava. “Houve até um momento em que a gente chegou a negociar essas máquinas com a intenção de ter uma impressão própria. Mas aí essa máquina foi tirada daqui por uma manobra, foi levada para Minas Gerais” (BONES, 2018).

Pouco tempo depois, a Cooperativa iria adquirir um núcleo industrial que permitia fotocomposição, revisão, montagem, fotolito e montagem de fotolito de todas as publicações editadas. As negociações para tal aquisição foram apresentadas em um balanço publicado na oitava edição, no qual é revelado, entre outras informações, que a Cooperativa era responsável por 17 publicações (entre jornais, revistas comerciais e boletins para empresas) e o valor do equipamento de fotocomposição e fotolitagem chegava a 550 mil cruzeiros. Aconteceu, também, uma tentativa para se adquirir uma impressora. “Nós fizemos um movimento entre as cooperativas de produção, que tinham jornais, para ajudarem a comprar e aí nós imprimiríamos todos os jornais. Fizemos várias reuniões, mas não foi para frente, pois tinha que ter um número representativo de cooperativas e não conseguimos algumas adesões” (POLYDORO, 2018).

Aliás, ainda sobre o editorial na primeira edição do boletim, há o aviso de que estava em planejamento o jornal da Cooperativa, então, pode-se inferir que o boletim não era visto como um jornal, um veículo próprio, mas sim como um informativo, como uma espécie de laboratório para discutir questões de forma analítica ligadas ao jornalismo no Rio Grande do Sul.

Acho que foi uma possibilidade de uma organização coletiva agora...Eu não sei como é, mas quando a gente queria fazer jornalismo naquele período era uma coisa do poder da redação...Que era uma coisa não podia acontecer nos jornais comerciais, já que havia uma interferência direta dos interesses dos jornais no produto final, né... E então acho que ele foi um pedaço da concretização do sonho do poder da redação, acho que nesse ponto de vista, ele foi uma coisa muito importante e muito estimulante (GUIMARAENS, 2018).

Outro fato que o editorial também revela é que o plano inicial da Cooperativa não havia sido realizado até então: o lançamento de um semanário aprofundado de reportagens. Isso só aconteceria um ano depois, quando o *Coojournal* em periodicidade mensal chegaria às bancas.

## 5.2 O leitor como parâmetro de qualidade

A discussão sobre o consumo de informação também marca os boletins do *Coojournal*, principalmente abordando a defesa da qualidade de produtos e serviços em veículos de comunicação. O tema aparece com destaque na capa da quarta edição, quando foi entrevistado Frederico Mottola, presidente da Associação de Defesa do Consumidor à época. Trata-se de uma matéria de duas páginas com uma grande entrevista que girou sobre o papel da imprensa e da publicidade na defesa do consumidor. Mais uma vez com um viés forte do jornalismo, já que o foco da associação era justamente trabalhar para uma melhor contribuição dos jornais e das agências de publicidade a partir da conscientização do seu público.

Em seus textos, o *Coojournal* dirige-se a um público composto basicamente por jornalistas, estudantes de jornalismo e profissionais de agências de publicidade. Rafael Guimaraens, um dos participantes mais ativos da *Coojournal* e que ingressou apenas em 1976 já na época do mensário, relata a forte impressão que o boletim causava nos estudantes das faculdades de jornalismo, quando circulava por lá. É possível perceber o impacto no imaginário dos estudantes de Comunicação e também a motivação que levou o próprio Guimaraens para a cooperativa. “O *Coojournal* para nós era uma coisa assim, um santuário, mesmo que ainda não tivesse o jornal, mas só a forma de organização e as pessoas que trabalhavam ali” (GUIMARAENS, 2018).

Nesse primeiro momento, o boletim circulava muito de “mão em mão” com uma distribuição realizada pelos jornalistas da cooperativa e dos estagiários que levavam os exemplares para as faculdades de jornalismo. Mas, com o sucesso, a tiragem aumentou. O contexto de censura devido à ditadura civil-militar influenciou nesse processo, pois o boletim era como um respiro, um local em que se encontravam informações que não estavam disponíveis em outras publicações.

E como nas redações havia um contencioso, era ditadura, aquilo começou a ter uma demanda, pediram para mandarmos mais boletins e aqui também começou a ter mais demanda, começamos com 1000 exemplares e de repente já estávamos com 4000, porque tinha discussões sobre jornalismo que não se encontrava em lugar algum. Quando chegou nesse ponto, e foi rápido em quatro ou cinco números, pensamos, então, em engordar ele e colocar nas bancas, falamos com os patrocinadores e eles toparam (BONES, 2018).

O boletim *Coojournal* circulou em outras regiões do Brasil, além do Rio Grande do Sul, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que havia jornalistas gaúchos sócios da cooperativa que trabalhavam por lá e queriam saber as novidades do empreendimento. Aliás, esse também foi um dos motivos que impulsionaram a criação da publicação própria e uma das razões do boletim existir.

Eles viviam perguntando o que estava acontecendo com a Cooperativa, então o boletim também foi uma forma de suprir essa demanda. Depois, então, ele era distribuído nas redações gratuitamente, e nós pegávamos um pacote e mandávamos para o sócio que trabalhava na Veja, por exemplo, e ele distribuía (BONES, 2018).

É só na sétima edição que aparece a figura de um responsável pela circulação no expediente. A atividade era desempenhada por Carlos Wagner<sup>10</sup>, que na época ainda não exercia a função de jornalista. Até a terceira edição também não havia um preço de capa, mas a partir da seguinte começou a custar Cr\$ 1,00 (cooperativados não pagavam).

O Carlos Wagner era motorista da circulação do Jornal, e fazia Letras na Ufrgs também, se não me engano. Daí ele começou a sair com a gente, viajar. E a gente ia viajar para fazer matéria para a revista Agricultura e Cooperativismo, por exemplo, com tudo pago pela Fecotrigo, que era a entidade que pagava a revista e ele ia junto dirigindo e já levava jornal para vender, então, já fazia o trabalho de motorista e circulação, até que ele começou a se apaixonar pelo trabalho de jornalista (PEREIRA, 2018).

---

<sup>10</sup> Carlos Wagner é repórter, graduado em Comunicação Social — habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Ufrgs. Trabalhou como repórter investigativo no jornal Zero Hora (RS, Brasil) de 1983 a 2014. Recebeu 38 prêmios de Jornalismo, entre eles, sete Prêmios Esso regionais. Tem 17 livros publicados, como “País Bandido”. Fonte: <http://carloswagner.jor.br/blog/sobre/>

Outro fato marcante é a questão dos anunciantes: depois que o projeto do boletim foi finalizado, eles apresentaram para potenciais patrocinadores. “Um ou dois aceitaram, na época estavam surgindo as cadernetas de poupança, e eles aceitaram nos patrocinar. Então, nós realmente começamos a tocar o boletim” (BONES, 2018). Os anunciantes aumentaram gradativamente nessa época: em sua primeira edição, havia apenas um anúncio da agência Escala<sup>11</sup>; na quinta edição, quando chegou a doze páginas, contava com três anunciantes, com parceiros como a APLUB<sup>12</sup>; e no último, na oitava edição, já contava com cinco anunciantes, sendo um deles a empresa GERDAU<sup>13</sup>. Apesar de ser um jornal de destaque dentro da história da imprensa alternativa, ele era convencional do ponto de vista mercadológico, como observa Kucinski (1991, p.221): “ao contrário da maioria dos jornais alternativos, o *Coojournal* operava com anúncios, e tendo na receita publicitária parte decisiva de sua cobertura de custos”.

Se vivemos em um momento em que cada vez mais a participação do público, seja em qualquer plataforma, é incentivada, naquela época muitas pessoas queriam um espaço para falar e não tinham, ainda mais com a censura do regime militar. Aqui, no sentido de espírito da cooperativa, era enfatizado em notas ao longo do boletim que os leitores enviassem suas sugestões e colaborações. E neste sentido, as cartas dos leitores também ampliaram essa proposta de discussão de jornalismo e da qualidade de informação. Há, por exemplo, uma forte discussão em torno de uma matéria sobre soja na TV Gaúcha que acabou resultando na demissão de 12 profissionais e que é uma importante representação desse momento. O problema é que a empresa não teria pago os cinegrafistas para fazer a matéria e, então, os jornalistas resolveram não colocá-la na programação. O *Coojournal* trouxe um artigo criticando essa decisão da empresa na edição quatro, de maio de 1976, escrito por Osmar Trindade, o responsável pelo programa *Campo e Lavoura*, em que seria veiculada a reportagem. Na quinta edição, foi publicada uma carta com resposta da emissora, assinada por Fernando Miranda, na época Gerente Executivo, da TV Gaúcha:

Suas ponderações de que a produção deste programa estaria “fora das atribuições do pessoal, além de ser um programa vendido para um cliente, ou seja, nitidamente comercial”, são bastante estranhas: qualquer programa jornalístico produzido por

---

<sup>11</sup> Agência de Publicidade e Propaganda de Porto Alegre.

<sup>12</sup> Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil é um órgão ligado à organização da previdência privada no Brasil.

<sup>13</sup> É uma grande empresa brasileira do ramo siderúrgico e foi fundada em 1901. Possui operações industriais em 12 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas por ano. Estudos realizados em 2014 e 2015 apontaram a Gerdau como maior empresa da Região Sul do Brasil. Fonte: [www2.gerdau.com.br/sobre-nos/perfil](http://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/perfil)



uma emissora de TV é, e só poderia ser, de responsabilidade de seu Departamento de Telejornalismo. E uma emissora comercial vive da receita de veiculação de publicidade (COOJORNAL, MAIO DE 1976<sup>14</sup>)

Na sexta edição, a de junho de 1976, houve ainda a réplica de Osmar Trindade.

Na carta do diretor da TV Gaúcha, Fernando Miranda, publicada neste veículo mês passado, vê-se que alguns dirigentes da televisão assimilam com facilidade os seus critérios. Auto-intitulando-se senhor das informações corretas, Miranda se propôs a informar sobre a veracidade dos fatos. No máximo, deu a sua versão sobre o episódio. Uma versão que, obviamente, teria que ser favorável à empresa que ele representa (COOJORNAL, JUNHO DE 1976<sup>15</sup>).

E, com o conjunto de cartas, também é possível compreender o perfil de leitores da época do boletim: a maioria é composta por profissionais da Comunicação, jornalistas, estudantes de jornalismo, e pessoas interessadas na proposta da cooperativa. Percebe-se também o perfil da publicação, voltada à reflexão do que acontecia no cenário jornalístico da época, dando espaço às diferentes versões de episódios polêmicos do mercado, aberta a receber elogios e também críticas sobre o conteúdo e o posicionamento editorial. Além disso, também reforçando a ideia de colaboração e de transparência com os leitores, alguns dos princípios do cooperativismo.

Há, ainda, na sexta edição, de junho de 1976, notas sobre a movimentação das agências de publicidade e propaganda de Porto Alegre e textos curtos mais críticos, sobre alguns comerciais veiculados em televisão. A nota *De Shakespeare aos espigões* reflete sobre a utilização de três atores bem conceituados em comerciais de TV a fim de trazer prestígio para as suas marcas. São eles: Walmor Chagas, Procópio Ferreira e Paulo Autran.

As razões do ponto de vista da agência são muito claras. Vender café, geladeira, ou margarina é uma coisa. Mas vender um apartamento caro, ou uma letra de câmbio requer outro tipo de personagem. Procópio, por exemplo, tem uma imagem definida: persistência, tranquilidade, sucesso, coisa que todos procuram. E quem melhor que Paulo Autran para dar um caráter olímpico ao edifício (sem trocadilhos) Olimpus? Trata-se de um ator famoso por suas atuações em peças clássicas. (COOJORNAL, JUNHO de 1976<sup>16</sup>)

Embora pouco explorada no periódico, essa espécie de análise de comerciais está presente no *Coojornal*. Para Jorge Polydoro, o boletim tinha essa necessidade de criação também para divulgar e integrar a cooperativa com o mercado da Comunicação,

<sup>14</sup> “Carta - Soja Falsa”, autoria de Fernando Miranda, 5ª Edição, pág 1.

<sup>15</sup> “Carta - Sem título”, autoria de Osmar Trindade, 6ª Edição, pág 1.

<sup>16</sup> “De Sheakespeare aos espigões”, autoria não identificada, 6ª Edição, pág 12.

principalmente na região de Porto Alegre. “Por isso, ia para as agências de publicidade e para as redações de jornais. Era um informe de comunicação organizado em forma de cooperativa que colocava informação sobre os negócios da comunicação, sobre pessoas que trabalhavam lá, trazia perfis” (POLYDORO, 2018).

### 5.3 O jornalismo em discussão central

O jornalismo é o tema central das oito primeiras edições do *Coojournal* em formato boletim, e trata-se de um assunto que vai percorrer as páginas até o fim da circulação do jornal. Neste momento, entretanto, é quando ele ganha mais destaque. Para Elmar Bones, à época do lançamento do boletim, em novembro de 1975, Porto Alegre ainda era uma cidade bastante provinciana. “Estavam surgindo as primeiras obras viárias da cidade, túneis, viadutos. Começava a deixar de ser uma cidade acanhada para se tornar uma metrópole” (BONES, 2018). Em relação ao jornalismo e ao mercado de trabalho na área, importante discussão no boletim, a situação era complicada.

Havia como hoje um nível de desemprego brutal em Porto Alegre, estava começando um processo de concentração da mídia, a Caldas Júnior estava em decadência, logo em seguida fechou a *Folha da Manhã*, reduzindo o mercado de trabalho, e as faculdades estavam começando a soltar jornalistas. Então tinha esse duplo contraste, o que gerou um desemprego muito grande, e esse ambiente de desemprego que mobilizou muita gente em torno da *Coojournal*. No começo era só essa inquietação, mas não se conseguia fazer um projeto real e concreto então pensamos em fazer uma discussão sobre esses dois temas: cooperativismo, quais seriam as vantagens dos jornalistas organizados em cooperativa, quais os problemas que isso implica; e a discussão da imprensa, o que é a imprensa hoje, qual o papel dela, a imprensa neste momento (BONES, 2018).

O regime militar dominava o País, embora o presidente-ditador Ernesto Geisel já começasse a ensaiar os primeiros passos de uma abertura política que prometia levar o Brasil de volta à democracia. No Rio Grande do Sul, em 1975, o governador era Sinval Guazzeli, do partido ARENA, indicado por Geisel, até 1979, época que compreende o período do boletim. Sobre o então governador, Elmar diz que foi saudada a sua nomeação como um sinal de que viria uma abertura, “porque ele era um civil e se dizia democrata, era contra repressão e tortura - embora não verbalizasse, nas internas ele falava. Era um cara visto como um liberal, um cara que tava aberto para os novos tempos e a democracia” (BONES, 2018).

Nessa primeira fase do *Coojournal*, o boletim não trazia reportagens sobre a ditadura civil-militar brasileira, mas sim era focado em questões da área da Comunicação e, principalmente, do jornalismo. A questão do contexto da ditadura aparece nessa primeira fase,

mas a partir do enfoque da Comunicação no Rio Grande do Sul: como ela influenciou os jornais no sentido da censura e como isso acarretou as várias questões sobre liberdade de imprensa e independência.

Havia muita inquietação por parte dos jornalistas em relação ao jornalismo que se fazia, parte porque havia censura e também devido ao conservadorismo dos grandes jornais, principalmente da empresa Caldas Júnior, local de onde muitos jornalistas do núcleo de formação da Coojornal saíram. O jornalismo em Porto Alegre refletia essas contradições do mundo entre uma atitude conservadora e uma busca pela modernidade na profissão.

*A Folha da Manhã*, que deu origem a esse grupo - praticamente todo ele vem de lá - foi um ponto fora da curva assim, foi uma experiência que o Breno Caldas, dono da Caldas Júnior, permitiu e entregou pro filho, Francisco Antonio, que não era propriamente um líder de redação, mas ele chamou gente boa que estava em São Paulo, o José Antônio Severo, o Elmar Bones. Eles tinham uma experiência na *Veja* e tal, tinha uma visão de jornalismo mais avançada. E a *Folha da Manhã* realmente teve mudanças importantes (POLYDORO, 2018).

A partir das leituras, fica evidente a permanente discussão sobre o fazer jornalístico e o questionamento sobre o atraso das empresas jornalísticas no Rio Grande do Sul. O debate sobre o **papel da imprensa** seria um dos núcleos temáticos constantes no jornal. Já na manchete da capa da primeira edição (*O jornalista entre sua ética e os interesses da empresa*) o *Coojornal* repercute a realização de um seminário em Porto Alegre sobre o assunto.

O impasse do jornalista latino americano conseguir que a comunicação seja um instrumento de toda a sociedade e não um instrumento de diálogo entre grupos de poder foi tema de debate entre os especialistas que participaram em Porto Alegre no mês de agosto do IV Encontro Internacional de Estudos de Jornalismo para a América Latina. A conclusão da maioria dos participantes do Encontro: O jornalista profissional na maioria dos países da América Latina obedece quase sempre a ética da empresa onde trabalha e não da sua própria (COOJORNAL, NOVEMBRO DE 1975<sup>17</sup>).

Nada mais coerente que já na primeira edição aconteça uma discussão sobre ética no jornalismo, de forma crítica, uma vez que esses jornalistas estavam tentando sair de um formato de empresa jornalística para um formato coletivo de exercer o jornalismo, que exigia uma tentativa de outra formação e olhar sobre hierarquia. Em uma dimensão maior, essa manchete sintetizava um dilema do exercício da profissão, especialmente naqueles tempos (BONES; CENTENO; GUIMARAENS, 2011). Apesar de ser uma discussão inicial, é no mínimo louvável que o assunto ganhe evidência, o que pode ser interpretado como um modo

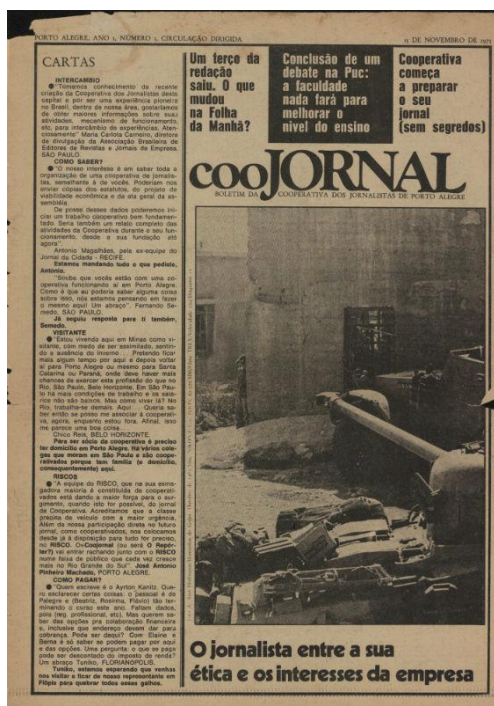
---

<sup>17</sup> “Mais diálogo e menos horror às críticas”, autoria não identificada, 1ª edição, página 4.

de abordar sobre as responsabilidades que as empresas possuíam com os empregados, mesmo em uma época na qual a liberdade de imprensa estava constantemente cerceada.

Ao abordar esse assunto com destaque na primeira edição do boletim, sendo a principal chamada da capa, também pode-se entender a preocupação do *Coojornal*, já desde os primórdios, em compreender a complexidade das relações entre jornalistas e as empresas de comunicação. Desse modo, a aparente simples cobertura do seminário, na verdade reflete essa preocupação que acabou percorrendo toda a trajetória da cooperativa: como mudar a relação entre empregador e empregado, e como assumir esses papéis quando você trabalha em uma cooperativa na qual, em tese, todos têm o mesmo poder de decisão, pois todos todos têm uma cota de participação? Um dilema que acabou não sendo resolvido por completo, e que acabou deflagrando também alguns momentos importantes para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, como a Assembleia de escolha da nova chapa de setembro de 1978.

Figura 5 - Capa da edição 1ª do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Dentro do debate da imprensa, ainda há também as questões noticiosas sobre a programação e novas investidas de veículos gaúchos, como a notícia *TV Guaíba: em outubro a nova imagem no ar*, que evidencia uma das transformações no jornalismo gaúcho da época: a entrada de maior conteúdo local para a televisão. Nessa mesma esteira, o boletim comentava também as novidades apuradas, funcionando como um verdadeiro informativo para

profissionais da mídia da época. A notícia *Zero Hora quer um pedaço do filé dos classificados* representa bem essa ideia, inclusive com uma fonte do departamento comercial da *Zero Hora*, afirmando que a empresa estava pesquisando para entrar nessa nova área. Nesse sentido, uma das maiores influências também na conjuntura econômica e social da época, no boletim, são as grandes empresas de jornalismo do Rio Grande do Sul, apesar de o *Coojornal* ser considerado um dos expoentes do jornalismo alternativo do Brasil. A capa a seguir é um exemplo disto. Nela, é discutida a perda de espaço para o jornalismo local na TV Gaúcha<sup>18</sup> com a diminuição do tempo para o *Jornal da Noite*, um programa que trazia notícias do Rio Grande do Sul. Na época, a Globo decidiu colocar uma série policial e em seguida o seu jornal *Amanhã*, com isso não sobrava espaço para a programação local. O *Coojornal* repercutiu a mudança em suas páginas, afirmando que traria como resultado menos empregos e menos chance para se desenvolver no Estado um bom telejornalismo.

Figura 6 - Capa da 3ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

<sup>18</sup> A emissora foi inaugurada no dia 29 de dezembro de 1962 pelo comunicador Maurício Sirotsky Sobrinho. Inicialmente, investiu em uma programação exclusivamente local, para concorrer com a TV Piratini, afiliada à Rede Tupi. Porém, tempos depois, afiliou-se à TV Excelsior. Em 1967, com a crise da Excelsior, a TV Gaúcha afiliou-se à Rede Globo, fundada em 1965 pelo jornalista Roberto Marinho no Rio de Janeiro. A partir de então, a maior parte de sua programação passou a ser produzida pela Rede Globo.

Apesar de ter o foco local nas novidades e notícias sobre a imprensa, o boletim também trazia informações com destaque do que acontecia em outras regiões do país. Principalmente em grandes publicações como nas notícias “*Isto é*”: nova revista dos que saíram da *Veja* circula em maio, da edição número 4, e *Dois meses depois da saída de Mino Carta, a Veja sem censura prévia*, da edição número 6. Mais do que coincidência, o nome do jornalista Mino Carta está presente nas duas notícias, o que também denota uma influência intelectual para os jornalistas da Cooperativa por sua experiência em publicações inovadoras no Brasil, como fica destacado em trecho da notícia sobre a revista *Isto é*.

Apoiada fundamentalmente na experiência do italiano (nascido em Gênova) Mino Carta, 44 anos, cujo talento deu origem a jornais como *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Edição de Esportes d’O Estado de São Paulo* e *Veja*, a nova publicação da editora Três pretende ser uma revista de análise e crítica do comportamento social, político e econômico, de grandes artigos (nacionais e estrangeiros) e de grandes reportagens (COOJORNAL, MARÇO/ABRIL de 1976<sup>19</sup>).

Nessa época, poucos textos eram assinados no boletim, entretanto, as poucas colunas com destaque na capa tratavam de temas ligados ao jornalismo, como é o caso da encontrada na segunda edição, intitulada *A verdade, não o ópio*, sobre como o profissional da imprensa pode manter a lucidez em tempos difíceis, escrita por José Gorayeb<sup>20</sup>. A outra coluna é sobre a defesa do consumidor e é destaque na capa da sexta edição. A proposta é divulgar informações para a população sobre os diferentes valores de produtos e de serviços. Era assinada por Afonso Ritter<sup>21</sup>.

Outro tópico ainda explorado dentro da temática imprensa é a questão feminista e que estava em discussão nos anos 1970 em consonância, dessa forma, com a conjuntura política e social de resistência. O boletim traz notícias que relacionam o tema com o jornalismo e com a imprensa, com destaque em duas chamadas de capa. A primeira é *Uma redação com 35 feministas*, da quinta edição, que leva a uma notícia sobre um novo jornal em regime cooperativo chamado *Nós Mulheres*, de São Paulo.

O jornal é feito por um grupo jovem de trinta e cinco mulheres em que cada uma contribui com uma devida quantia de dinheiro e lutam pela emancipação da sociedade como um todo, porém a luta da mulher é uma luta específica (pela própria opressão do sexo) (COOJORNAL, MAIO DE 1976<sup>22</sup>)

<sup>19</sup> “Os que saíram de *Veja* fazem nova revista”, autoria não identificada, 4ª Edição, pág 8.

<sup>20</sup> Jornalista, na época escrevia também para o boletim da Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI).

<sup>21</sup> Jornalista formado pela Faculdade de Comunicação da Pucrs. Passou por vários veículos como *Jornal do Brasil*, *Zero Hora*, *TV Guaíba* e o *Jornal do Comércio*, além de integrar também a equipe do *Coojornal*.

<sup>22</sup> “Na redação, 35 feministas”, autoria não identificada, 5ª Edição, pág 6.

A segunda matéria que reflete sobre a discussão feminista tem como título *Apesar das aparências, as mulheres têm poucas chances nas redações*, da sexta edição, e traz uma pesquisa realizada pelo repórter Sérgio Capparelli, que viria a se tornar professor na área da Comunicação e acadêmico renomado, sobre a disparidade na remuneração entre os profissionais homens e as profissionais mulheres. Na época, era um mercado dominado quase que totalmente por homens e com poucas mulheres, incluindo os cargos de chefia. Esses dados e informações mostram que as pautas do *Coojornal* estavam ligadas também a lutas por direitos fundamentais, como o da igualdade entre os gêneros, e isso acabava também se refletindo na divulgação de pesquisas que trouxessem esses dados mais contextualizados e também em dar espaço para essas outras vozes surgirem - inclusive nesse texto é citada a jornalista Rosvita Saueressig, secretária de redação da Cooperativa, e como ela foi a responsável por trazer o assunto para a reunião de pauta.

Nas páginas do boletim também eram noticiados novos veículos tanto da mídia hegemônica como da mídia alternativa. A quinta edição, de maio de 1976, é ilustrativa dessa tendência: na capa, há o destaque para a notícia *Um novo jornal em Pelotas*, que leva à nota interna informando sobre o lançamento de um novo jornal na cidade de Pelotas, chamado *Gazeta Pelotense*, que vai concorrer com o jornal *Diário Popular*. Algumas páginas depois está a notícia *Dois nanicos gaúchos: Lampião e O Terço*, que traz duas entrevistas com os responsáveis pelas publicações alternativas, ou nanicas. Entretanto, essa notícia não tem destaque na capa do boletim. Apesar do viés alternativo, o *Coojornal*, muitas vezes nessa primeira fase acabava dando mais destaque para os grandes veículos. Vale ressaltar que o boletim, assim como toda a *Coojornal* foi também um processo de aprendizagem. Esses jornalistas estavam muitas vezes saindo dos grandes jornais e fundando os “nanicos”, ampliando a mídia alternativa, e buscando fazer um jornalismo sem amarras e sem censura.

A cobertura crítica à mídia nesse período também pode ser associada ao caso do incêndio do edifício das Lojas Renner, ocorrido na tarde de 27 de abril de 1976, em que mais de quarenta pessoas morreram e cerca de sessenta ficaram feridas. O boletim fez uma abordagem da cobertura jornalística sobre o caso também na quinta edição, de maio de 1976, um mês depois do acontecido. O título da notícia com chamada na capa é *Rádio: uma boa vitória da reportagem*, e elogia a cobertura da Rádio Gaúcha sobre a tragédia, dando louvor à quantidade de repórteres que a empresa disponibilizou para noticiar o ocorrido e o contato com o público que também trazia informações para os jornalistas. Na edição seguinte, ainda

repercute o caso e como ele influenciou na Rádio Guaíba<sup>23</sup>. A notícia *A Guaíba contra-ataca* mostra que devido ao sucesso da concorrente na cobertura do incêndio nas Lojas Renner, a Guaíba contratou mais jornalistas para fortalecer a equipe. Ainda sobre o caso, na mesma edição, há o texto analítico *Perguntas sem resposta*, que compara as coberturas de diferentes veículos de comunicação sobre o acontecido e levanta perguntas que não foram feitas.

A primeira atitude insólita tomada pelos jornais de Porto Alegre referiu-se à lista de desaparecidos. Em nenhum momento esta foi investigada pela imprensa, nem mesmo pela *Zero Hora*, que já teve, em tempos passados, o mais completo noticiário policial da cidade. Afora os parentes constatados, ainda na primeira semana, nos portões do Instituto Médico Legal, não foi feita qualquer tentativa para seguir a pista dos desaparecidos e tentar fixar o número certo de mortos (COOOJORNAL, JUNHO DE 1976<sup>24</sup>).

Com isso, chegamos também a outro grande núcleo dentro do assunto jornalismo, os **profissionais**. O boletim trata com muito destaque em suas manchetes de capa sobre o que acontece com os profissionais da comunicação, quase sempre jornalistas e quase sempre em condições de precariedade de trabalho. Como fica claro já na manchete da segunda edição, *Os salários estão caindo. E não há vagas. Está é a situação em Porto Alegre*.

Figura 7 - Capa da 2ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupec), da Pucrs.

<sup>23</sup> Rádio Guaíba foi inaugurada oficialmente em abril de 1957 e opera em a frequência 720 kHz e em FM, na frequência 101.3 MHz, além de ondas curtas de 6000 kHz e 11785 kHz. Seus estúdios ficam localizados no Centro Histórico de Porto Alegre, no Edifício Hudson, que também é sede do Correio do Povo.

<sup>24</sup> “Perguntas sem resposta”, autoria não identificada, 6ª Edição, página 6.



Ainda havia espaço para depoimentos de jornalistas, como o de Caco Barcellos<sup>25</sup>, quando foi demitido da *Folha da Manhã* e voltou a dirigir táxi para garantir o sustento. Em certa parte da matéria-depoimento, um dos poucos textos assinados nesta fase, o hoje consagrado jornalista faz críticas ao mercado de trabalho à época em Porto Alegre, o que ganha eco até os dias atuais.

É claro que as causas do desequilíbrio entre o número de profissionais e o número de empregos oferecidos não está apenas na falta de planejamento no ensino superior. Também é preciso que se tenha uma legislação adequada, que proteja o jornalista. Os sindicatos continuam lutando contra colaboradores e para que também as rádios tenham que contratar jornalistas profissionais para produzirem seus programas. É preciso manter a vigilância constante para que as vagas abertas nas empresas sejam preenchidas por profissionais. (COOJORNAL, DEZEMBRO DE 1975<sup>26</sup>)

Na primeira edição, há também destaque para as demissões no jornal *Folha da Manhã*, importante na trajetória do *Coojournal*, pois muitos jornalistas que fizeram parte da Cooperativa, como vimos, tiveram experiência anterior neste periódico. O boletim traz uma lista dos jornalistas demitidos ou que pediram demissão, e afirma que a causa foi a demissão do então secretário Osmar Trindade por “divergências em torno de uma matéria publicada no jornal”. Osmar Trindade também fazia parte da Cooperativa, sendo fundamental para o sucesso do mensário *Coojournal*. Na terceira edição, é a vez do destaque para as demissões no jornal *Diário de Notícias*, com a nota *Diário demite sete jornalistas* estampada na capa.

Sete jornalistas do *Diário de Notícias* foram demitidos a partir do dia 19 de fevereiro porque reclamaram na justiça do Trabalho o não recolhimento por parte da empresa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A direção dos Diários e Emissoras Associados não apresentou o motivo, mas segundo o presidente dos Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, João Borges de Souza, em ofício encaminhado à delegacia regional do trabalho, “pela coincidência de terem sido demitidos funcionários que estão reclamando o que a Lei lhe assegura, está caracterizada a represália” (COOJORNAL, FEVEREIRO DE 1976<sup>27</sup>)

Com tanto destaque de capa para as demissões de jornalistas, fica evidente que uma das características do boletim é também a defesa da classe. Fica também clara a postura de apoio ao sindicato dos jornalistas. A notícia *Os jornalistas se queixam dos maus salários, mas na hora da briga ninguém fica do lado do sindicato*, da terceira edição, traz a informação de

<sup>25</sup> O repórter e escritor Caco Barcellos nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul em 5 de março de 1950. Entrou para a Globo em 1982. Em mais de 40 anos de carreira, se notabilizou por reportagens investigativas. Desde 2006 é apresentador e diretor do jornalístico Profissão Repórter. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/caco-barcellos.htm>

<sup>26</sup> “À procura de emprego”, autoria de Caco Barcellos, 2ª Edição, página 5.

<sup>27</sup> “Diário demite sete jornalistas”, autoria não identificada, 3ª Edição, página 1.

que apesar dos jornalistas desejarem uma melhor condição profissional, poucos participavam das reuniões de dissídio do sindicato.

Outro aspecto observado ainda dentro da temática **jornalismo** relacionado aos profissionais é sobre a própria imagem do trabalho que realizavam. Na notícia *A opinião dos jornalistas sobre seus jornais*, da sexta edição, é revelada uma pesquisa realizada novamente por Sérgio Capparelli sobre o que os jornalistas de Porto Alegre pensavam sobre os próprios jornais que faziam. Ele entrevistou em torno de 170 profissionais dos cerca de 500 que trabalhavam em redação (segundo informações da notícia). Depois organizou todos os dados em um formato de tabela com doze itens com questões como objetividade das informações, imparcialidade, vinculações políticas e qualidade de produtos da indústria cultural.

É interessante também o sentido de valorização de profissionais da área do jornalismo que o boletim configura. Por exemplo, o espaço dado em uma entrevista para o jornalista Newton Carlos, praticamente uma página inteira, na matéria *Newton Carlos, nosso melhor comentarista internacional fala do seu trabalho*. Trata-se de uma longa entrevista em texto corrido, em que são destacados vários pontos da trajetória do profissional, que naquele momento trabalhava na *Folha de São Paulo*. É possível observar essa valorização profissional junto à própria equipe da Cooperativa, com duas manchetes de capa, a primeira intitulada *Os fotógrafos e as fotografias nos nossos jornais*, da quarta edição.

Figura 8 - Capa da 5ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Nessa matéria, foram entrevistados doze fotógrafos da Coojornal. Os fotógrafos participantes eram: Assis Hoffman, Gerson Schirmer, Ricardo “Kadão” Chaves, Jacqueline Joner, Eneida Serrano, Jaime Klintonowicz, Luiz Abreu, Alberto Echart, Maurecy Santos, Silvio Ferreira, J.B. Scalco e Olívio Lamas. A matéria traz o que eles consideraram como principais pontos da conversa em uma grande entrevista *ping pong* de duas páginas, caso raro no boletim, evidenciando também a busca da valorização dos profissionais da fotografia. Entre os tópicos da conversa estão justamente a formação do fotógrafo profissional, a inserção no mercado de trabalho e também a questão das mulheres pedindo respeito na área. De fato, a fotografia tem espaço nobre na publicação, em especial na capa.

O boletim também valoriza a parte gráfica e o humor crítico, com destaque para o cartum - há muito espaço para o gênero em suas páginas. “O humor perpassa tudo o que a gente fazia. E a linguagem do humor é muito crítica. E tudo o que a gente fazia era crítico no sentido lato da palavra. Examinar, colocar sob o crivo” (VASQUES, 2018). Na sétima edição, há uma foto com um rosto de destaque na capa, de autoria de J.B. Scalco, remontando à ideia de um humorista.

Figura 9 - Capa da 7ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

A matéria, semelhante a dos fotógrafos, também tem duas páginas e traz uma espécie de entrevista-debate com quatro profissionais da área, sendo eles: Antônio Carlos Nicolielio, Luiz Antônio Solda, Guaraci Fraga e Ronaldo Westermann. O encontro discutiu aspectos importantes da profissão, como o posicionamento do humorista em relação ao seu emprego, a

valorização da classe e o movimento do humor na época, muito importante para uma crítica à sociedade e aos valores conservadores. No caso do *Coojornal*, é possível notar muitos cartuns que trazem uma crítica ao jornalismo e a relação dos jornalistas com as empresas e os patrões.

Neste sentido, eles servem, muitas vezes, como um complemento para as notícias do boletim, fornecendo uma interpretação mais crítica. “O *Coojornal* consolidou o uso de uma ilustração humorística em uma matéria que não é humorística. De certa forma, tu faz uma charge em cima daquela tema da matéria, também opinando” (VASQUES, 2018). Segundo Joaquim da Fonseca (1999, p.26), o cartum é “um desenho caricatural que apresenta uma situação humorística, utilizando ou não legendas. Em contraposição à charge, é atemporal e é universal, pois não se prende necessariamente aos acontecimentos do momento”. Nesta primeira fase do *Coojornal*, os nomes mais frequentes eram Edgar Vasques, José Guaraci Fraga, Cláudio Levitan, Sérgio Batsow, Neltair Abreu (Santiago), Virson Holderbaum, Ronaldo Westermann e Edson Kozminski. Na última edição do boletim, a capa é o cartum *280 sem patrão*, que traz uma longa canoa com várias pessoas remando ao mesmo tempo, simbolizando o espírito da cooperativa. É o primeiro cartum em uma capa do *Coojornal* e é assinado por Edgar Vasques.

Figura 10 - Capa da 8ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Nesta capa, há também uma espécie de texto editorial que aborda o sucesso do boletim e informa que no mês seguinte, outubro de 1976, aumentaria o número de páginas, chegando a um total de 28, com dez mil exemplares de tiragem, sendo vendido também em bancas. Ainda segundo informações do texto, no novo jornal agora haveria mais espaço para o humor,

com quatro páginas editadas em uma seção chamada *Quadrão*, comandada por Guaraci Fraga e Edgar Vasques. Colocar um cartum na capa também é uma forma de valorizar o trabalho dos cartunistas e expandir as características gráficas do impresso.

O desenho humorístico na imprensa é também um documento histórico, como fonte de informação social e política, como termômetro de opinião, como fenômeno estético, como expressão artística literária, ou como simples forma de diversão e passatempo (FONSECA, 1999). Foi uma ferramenta importante que mesmo sob as condições severas de censura, usando a linguagem metafórica, subversiva e irônica, conseguiu denunciar e criticar o sistema

O *Coojournal* explora também nessa época com espaço considerável o **ensino** do jornalismo nas faculdades, e ajuda a compreender uma das principais transformações na conjuntura social relacionada ao boletim na época em Porto Alegre: a profissionalização do jornalismo. Já na primeira edição, uma das chamadas é justamente focada na qualidade do ensino e aponta uma crítica à faculdade de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS): *Estudantes buscam saídas para o ensino na PUC*. Os alunos propuseram uma reunião com os professores e com os estudantes para levantarem tópicos a melhorar no curso. Após muito insistirem, conseguiram a reunião.

O resultado de duas horas e meia de debates foram promessas de estudantes assumindo maiores responsabilidades sobre seu curso. A ideia de cursos paralelos e dos centros de estudos ganharam adeptos suficientes para serem postas em prática. E, uma terceira sugestão, a criação de um jornal desde o primeiro ano da faculdade vai favorecer principalmente os autores da iniciativa do encontro: os bixos, alunos que recém entraram na faculdade (COOJORNAL, NOVEMBRO DE 1975<sup>28</sup>).

Interessante notar que a mesma discussão volta com destaque na capa na quinta edição, desta vez abrangendo também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na notícia *Estudantes não se entendem sobre seus jornais*. Se antes os estudantes estavam tentando ter mais participação no curso, agora a reclamação era que os “jornais-escola” não exigiam o conhecimento prático necessário para o aprendizado. Por dar espaço a notícias de âmbito universitário e de ensino do jornalismo, entrevistando professores e alunos, fica evidente a forte ligação dos estudantes com a cooperativa, que valorizava o diploma universitário. Os boletins também circulavam nos diretórios acadêmicos das faculdades, e os próprios alunos, alguns estagiários na Cooperativa, faziam a distribuição.

---

<sup>28</sup> “Estudantes buscam saídas para o ensino na PUC”, autoria não identificada, 1ª Edição, página 8.

Figura 11 - Página interna da 2ª edição do Boletim



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Os estudantes também ganharam espaço em uma matéria de página inteira na segunda edição do boletim, intitulada *Quatro anos depois, todos se queixam*. Nessa matéria, há várias entrevistas com formandos e estudantes dos cursos de jornalismo da UFRGS e da PUCRS, insatisfeitos com o ensino e com o mercado de trabalho, o que parece ser uma constante na profissão ao longo dos tempos. Em trecho, são destacadas algumas das indignações:

A faculdade não ensina, porque parte de um pressuposto incoerente com a ideia de jornalismo e de mercado: propõe um currículo técnico e não consegue cumprir sua proposição. Os alunos gostariam de um currículo menos técnico, que oferecesse maior embasamento cultural (economia, política, sociologia). Além das deficiências no curso, as duas faculdades não auxiliam os alunos a conseguirem os estágios profissionais que eles necessitam (COOJORNAL, DEZEMBRO DE 1975<sup>29</sup>).

Há também notas e questões sobre o dia a dia do ensino de jornalismo nas faculdades, que os próprios estudantes traziam para a redação do *Coojornal*. Além disso, há uma pequena nota, também na segunda edição, sobre um curso universitário sobre cooperativismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), um dos pioneiros. É o *Coojornal* também apresentando e noticiando iniciativas ligadas ao cooperativismo.

As páginas do boletim traziam uma discussão sufocada para esses jornalistas da grande imprensa e que não era encontrada em outros locais naquela época, pelo menos em Porto Alegre. Com isso, os boletins da *Coojornal* trouxeram essa busca pela possibilidade de

<sup>29</sup> "Quatro anos depois todos se queixam", autoria não identificada, 2ª Edição, página 8.

uma organização coletiva jornalística, que visava fazer uma oposição ao governo autoritário da época.

Esta é a última edição do *Coojournal* como um boletim interno, de quatro mil exemplares. A tiragem sobe para 10 mil e ele vai para as bancas, iniciando uma segunda etapa na história da cooperativa. É o primeiro veículo próprio que chega ao leitor com que a Coojournal pensa que deve ser, um jornal mensal cuja matéria-prima é a informação (COOJORNAL, setembro de 1976<sup>30</sup>).

O boletim, então, foi esse retrato das dúvidas e das aflições dos jornalistas que tentavam entender o que estavam fazendo com a cooperativa e como poderiam realizar um trabalho de modo independente, coletivo e sem amarras. Um laboratório, um refúgio, um embrião de jornal que se encontrou no tempo.

---

<sup>30</sup> “O aprendizado no dia a dia da Cooperativa”, autoria de Jorge Polydoro, 8ª edição, página 4.

## 6 O MENSÁRIO COOJORNAL: CONSOLIDAÇÃO E OCASO DE UM PROJETO COLETIVO

*“A Coojournal tomou corpo. Fazendo jornais e revistas para empresas, para entidades de classes, para cooperativas, para times de futebol, foi crescendo e ganhando confiança no meio jornalístico. Hoje, com um número de sócios quase dez vezes maior do que quando foi fundada, ela pode colocar o seu primeiro jornal nas bancas” (COOJORNAL, OUTUBRO DE 1976<sup>31</sup>)*

Em outubro de 1976, após oito edições, o *Coojournal* deixaria o formato boletim e assumiria o caráter de jornal mensal. Conforme o editorial da nona edição, foi o crescente interesse nos boletins que fez com que a tiragem inicial aumentasse várias vezes e chegasse até o número de quatro mil exemplares, destinados principalmente a profissionais e estudantes de comunicação. O sucesso, então, fez a cooperativa apostar no sonho antigo do mensário, passando de oito para 28 páginas, alcançando um maior público já que agora poderia ser encontrado nas bancas de jornais, ampliando, assim, a variedade temática das matérias. Apesar de ainda dar um espaço vigoroso a questões de imprensa, agora a equipe começava a explorar aquela que seria uma das grandes características do *Coojournal*: as reportagens políticas.

Neste capítulo, fazemos um recorte que se inicia na nona edição, datada de outubro de 1976, e vai até a 49ª, período em que o editor-responsável pela publicação foi o jornalista Elmar Bones. A partir da 50ª edição, o cargo é assumido pelo jornalista Osmar Trindade. Entre os motivos para a saída de Elmar Bones da função, está a assembleia de escolha da nova chapa de administração da Cooperativa, realizada em setembro de 1978, a primeira vez em que houve uma oposição de fato no grupo. Vamos explorar esse momento de importante transição para a história do *Coojournal* também neste capítulo.

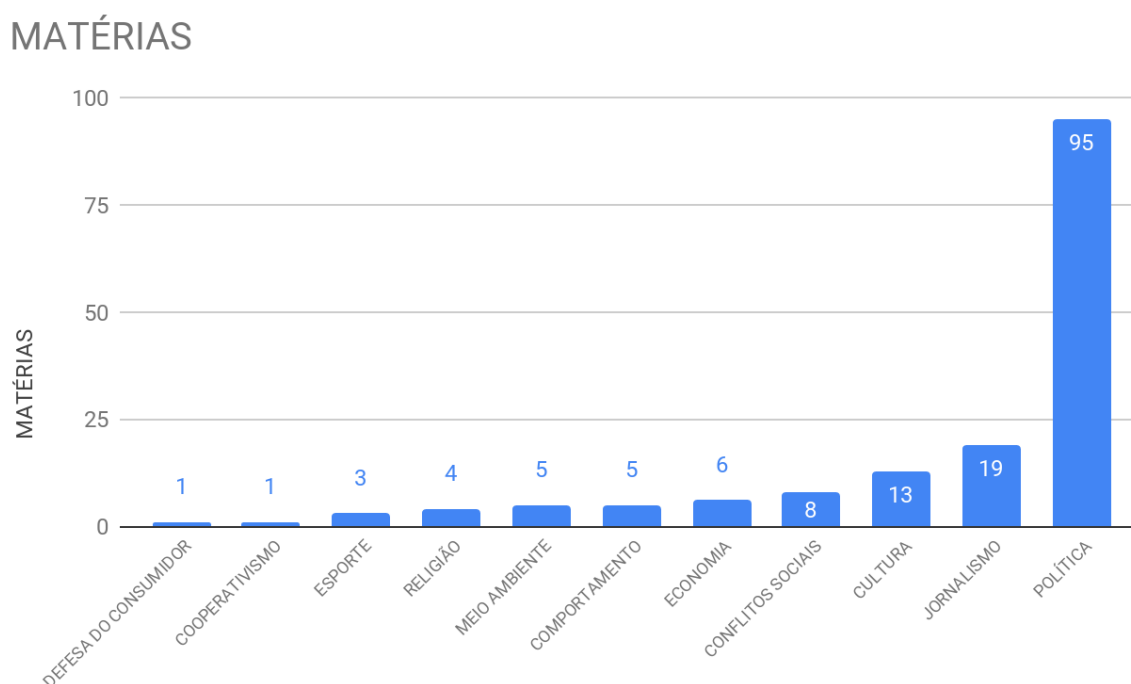
O *corpus* desse período é composto por 160 textos oriundos das chamadas das capas. Nesse conjunto, o principal tema é Política, com 95 aparições; Jornalismo, 19; Cultura, 13; Conflitos Sociais, oito; Economia, seis; Meio Ambiente, cinco; Comportamento, cinco; Religião, quatro; Esporte, três; Cooperativismo, um; e Defesa do Consumidor, um. É possível conferir no gráfico a seguir a relação total.

---

<sup>31</sup> Editorial da edição nº2, sem autoria, p.2



Gráfico 3 - Gráfico principais temas Coojournal



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

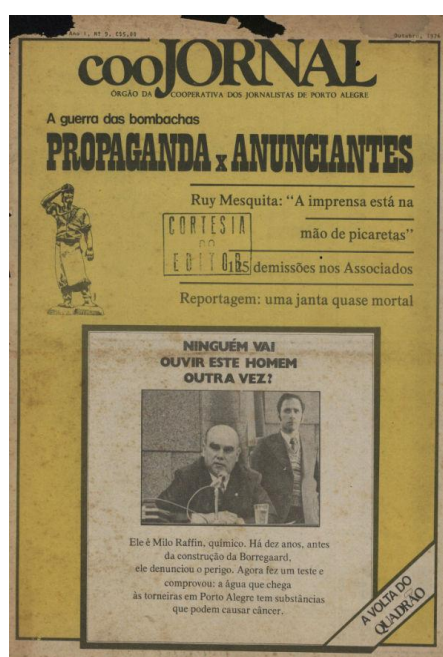
É evidente que o tema de maior enfoque neste período é justamente o qual tornou o *Coojournal* mais conhecido ao longo de sua trajetória: o político, que é explorado em suas diversas facetas, sendo que a maioria delas sempre traz uma preocupação histórica. Deixando o formato boletim de lado, agora era necessário encontrar também o modelo ideal para a publicação funcionar como jornal mensário.

### 6.1 Comportamento e polêmicas locais na pauta do jornal

A chegada às bancas de jornal pede uma nova postura para a publicação, que agora ganha um formato mais atrativo graficamente, uma vez que deve chamar a atenção do público leitor. Nesse sentido, o conteúdo amplia os assuntos locais para além da questão da imprensa e da comunicação, mas abrangendo também problemas e questões relativas à cidade de Porto Alegre e Rio Grande do Sul, já que era o foco da circulação nesse período. O projeto de diagramação do *Coojournal* era de Jorge Polydoro e de Lilian Bem David, que foi diagramadora de quase todas as edições do *Coojournal* (BONES, 2018).

Não é à toa que um dos grandes destaques da nona edição é a manchete *Ninguém vai ouvir este homem outra vez*, sobre a alegação de um químico de que as águas de Porto Alegre continham substâncias que poderiam causar câncer à população. A matéria explora um assunto que aparece de forma recorrente nessa época do mensário: a questão de uma organização de um movimento de resistência ambiental, conflagrado também pela chegada da fábrica de celulose norueguesa Borregaard (mais tarde, se chamaria Riocell), que se instalou às margens do Rio Guaíba, em 1972, sem nenhum cuidado relativo à proteção ambiental.

Figura 12 - Capa da 9ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Esse tema segue explorado a partir de um perfil do ambientalista José Lutzenberger<sup>32</sup> realizado na 10ª edição do *Coojornal* e que busca acompanhar a sua rotina de trabalho, e as preocupações com a natureza da cidade. Interessante notar que em 1976 é criado na capital por Decreto Estadual nº 24.385/76 o Parque Estadual do Delta do Jacuí, formado a partir dos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí. E, em dezembro de 1976, através da Lei n.º 4235, se deu a criação da primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente do gênero no Brasil, contando à época, com aproximadamente 400 funcionários. Há também uma entrevista com o diretor presidente da Companhia Caldas Junior, Breno Caldas, sobre o silenciamento dos jornais da

<sup>32</sup>José Antônio Kroeff Lutzenberger foi um agrônomo, escritor, filósofo, paisagista e ambientalista brasileiro que participou ativamente na luta pela preservação ambiental. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-antonio-lutzenberger>

empresa em relação à poluição que a fábrica causava. Apenas naquela época, os jornais começavam a mudar a postura, adotando uma crítica maior - principalmente ao mau cheiro que vinha da fábrica da Borregaard para o centro da cidade.

O *Coojornal*, quando aborda o esporte, tem o foco no futebol e nos times Sport Club Internacional e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Nessa época, ambos estavam se popularizando, deixando de serem clubes regionais e ganhando competições em nível nacional, como os três campeonatos brasileiros conquistados pelo Internacional na segunda metade da década de 1970. Esse fato foi importante para impulsionar também as vendas da *Revista do Inter*, a qual a Cooperativa tinha adquirido os direitos completos, isto é, não era um *house organ* do clube, mas uma revista da cooperativa que levava o nome oficial. Com as vendas impulsionadas pela boa fase do time, certamente o dinheiro conquistado ajudou a manter o projeto do jornal independente.

Figura 13 - Capa da 12ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Na 12ª edição, de janeiro de 1977, aparece a matéria intitulada *Como se constrói um supercampeão*, uma entrevista com Rubens Minelli, técnico do time na época, em que ele declarou que o Internacional tinha chegado ao limite. “Foi um horror, teve uma repercussão imensa em tudo que era redação de esporte, porque eles não estavam acostumados a fazer uma entrevista como a gente fazia, de ir na casa do cara, aprofundar a conversa” (PEREIRA, 2018). Há também uma matéria sobre o Grêmio, em 1976, intitulada *Grêmio: um milhão de*

*dólares pelo vice-campeonato*, relativa à crise do clube, que contratou muitos jogadores e acabou ficando em segundo lugar, perdendo para o Internacional, que conquistou o oitavo título gaúcho seguido. Apenas em 1977, o Grêmio conseguiria quebrar a hegemonia dos chamados colorados.

Em relação à Cooperativa, também na 10ª edição, há um interessante balanço da Assembleia Geral da Cooperativa dos Jornalistas realizada no dia 16 de outubro de 1976, que prestou contas da Diretoria e elegeu os novos dirigentes da sociedade para um período de dois anos. Na ocasião, o presidente José Antônio Vieira da Cunha foi reeleito e apresentou a situação do empreendimento nas páginas do jornal. Na época, a Cooperativa editava dezesseis publicações, sendo elas: *Revista Agricultura & Cooperativismo*, para a Fecotrig; *Jornal do Grêmio*, para o Grêmio Futebol Porto Alegre; *Boletim Eletrosul*, para a Eletrosul, *Boletim Coopera*, para a Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica; *Cadernos Coojornal de Cooperativismo*; um boletim e uma revista para o Instituto Brasileiro de Planejamento; um boletim e uma revista para o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul; *Boletim Mercados*, para a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, seção gaúcha; *Jornal Amrigrs*, para a Associação Médica do Rio Grande do Sul; e o próprio *Coojornal*.

Nesses até então dois anos de existência, a Cooperativa, segundo o balanço, já contava com 280 associados. Entre os objetivos propostos, estava desenvolver os setores de distribuição e circulação, ampliar o departamento industrial, que já contava, na época, com equipamento de fotolitagem e fotocomposição, segundo o relatório. Na edição seguinte, de dezembro de 1976, já há um cargo específico responsável pela “Circulação e Assinaturas”, no corpo do expediente, ocupado por Carlos Wagner. André Pereira lembra que muitos jornais eram distribuídos no interior em viagens realizadas para a produção de matérias e reportagens para revistas de cooperativas regionais.

Chegava na cidade, por exemplo, Ijuí, que tinha universidade; Passo fundo, que tinha universidade, então nessas cidades que tinha uma certa vida cultural ou acadêmica, a gente ia nas livrarias, nas bancas, e explicava o que era o jornal e oferecia. E aí se formava uma rede. Em determinado momento, ele vendia em todo Brasil, o pessoal de São Paulo também começou a vender para as bancas de lá. Para o pessoal de lá. Então, tinha determinado número de jornais circulando. Isso tudo era muito pouco transparente para a gente na Cooperativa (PEREIRA, 2018).

Rafael Guimaraens também recorda de Carlos Wagner, um nome citado constantemente quando o assunto é a circulação e distribuição dos periódicos. Wagner também era o motorista nas viagens para o interior. “Às vezes, por exemplo, em uma viagem

de três ou quatro dias, íamos eu e o fotógrafo e o Wagner ia junto para fazer contatos, bancas, livrarias, mas no meu caso não me lembro de acontecer isso muitas vezes” (GUIMARAENS, 2018).

No editorial da 12ª edição, de janeiro de 1977, há a informação de que o *Coojornal* chegava a 140 bancas de Porto Alegre, e em 30 cidades do Rio Grande do Sul. Foi organizado também um departamento de assinaturas e fez-se uma espécie de apelo pelas assinaturas do jornal, visto que o custo para a cooperativa seria mais baixo e permitiria que os recursos pudessem ser empregados naquilo que eles consideravam essencial: a “qualidade editorial do jornal”.

Outro destaque do editorial é o aumento da variedade de assuntos, “estamos passando ao largo do que já foi um dos temas principais deste mensário - a atuação da imprensa. Como se diz na fronteira: No andar da carreta é que as abóboras se acomodam”. E fica evidente essas mudanças, principalmente, em uma época na qual a sociedade passava por diversas transformações nos tipos de comportamento, como a revolução sexual, feminismo, a popularização dos anticoncepcionais. Há matérias que representam bem essas transformações sociais, como a reportagem *O louco verão de Tramandaí*, da 13ª edição, de fevereiro de 1977, que mostra como a cidade litorânea muda durante o verão devido a quantidade elevada de pessoas. A linha de apoio vai nesse sentido: “De repente, eles invadem a cidade mais em busca de prazeres e aventura do que de sol e banho de mar. E a pequena Tramandaí de 12 mil habitantes, tumultua-se ao impacto de 400 mil pessoas”. Não é à toa que na mesma edição há também uma matéria sobre uma nova pílula anticoncepcional que estava sendo desenvolvida por pesquisadores gaúchos após cinco anos de estudo. Neste sentido, a própria publicação acabava representando algumas das principais mudanças “comportamentais” da época, e mostrando que isso também estava acontecendo no Rio Grande do Sul.

Figura 14 - Página interna da 12ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Há também uma matéria da 12ª Edição intitulada *O comportamento sexual do gaúcho*, que evidencia essa preocupação em apresentar assuntos ainda considerados tabus. A matéria foi realizada a partir de uma pesquisa sobre o comportamento sexual do brasileiro. Essas abordagens também acabam revelando muito sobre o público do periódico dessa época - para Guimaraens, ele era composto basicamente por profissionais liberais.

O público era composto de profissionais liberais, tinha também trabalhadores, a vanguarda, por exemplo, do movimento sindical, lia também. Mas estudantes universitários, profissionais liberais muito, advogados. Jornalistas eram muitos. No Rio de Janeiro e em São Paulo, todos os jornalistas de redações grandes conheciam o *Coojournal*, todos gostavam, né? E mesmo depois da fase dos boletins, o jornal também continua tendo isso de crítica da mídia com a coluna “Perdão, Leitores”, do Luiz Claudio Cunha (GUIMARAENS, 2018).

Inclusive, na 42ª edição há uma chamada para uma pesquisa de leitores a fim de conhecer melhor o público do jornal. Composta por várias perguntas que envolviam desde questões básicas sobre o local em que o leitor residia até sobre quais assuntos se interessava mais. A pesquisa ocupava cerca de duas páginas do periódico e depois de respondida deveria ser enviada por carta para a sede da *Coojournal*. A quantidade de respostas impressionou. Na edição seguinte, em notícia, foram revelados que receberam em torno de duas mil respostas, sendo que inicialmente o esperado eram cerca de trezentas respostas. A nota ainda informa que a responsabilidade da pesquisa era do professor Eduardo Dutra Aydos, da PUCRS, e que, no próximo número, o *Coojournal* já traria o resultado. Infelizmente, os dados nunca aparecem

de fato no jornal. Podemos continuar, inferindo, entretanto, a partir das cartas da publicação um público frequente da área da Comunicação, mas também os profissionais liberais citados por Guimaraens. Há muitas críticas, elogios e reflexões sobre as matérias publicadas no *Coojournal*. É importante citar que as cartas nunca perderam espaço na publicação, pois sempre há uma seção para elas. Entretanto, nunca mais apareceram com o destaque que possuíam na época do boletim, quando eram colocadas na capa. As cartas no mensário sempre são publicadas nas páginas internas, localizadas logo no início do periódico.

Ainda que não seja o principal foco desse momento, o modo como o *Coojournal* aborda a parte cultural é, muitas vezes, no sentido de desmistificar grandes personagens locais, ou entender a complexidade da obra e da carreira, muitas vezes relacionado à política. Na 19ª edição, a matéria *Teixeirinha: como faturar com a tragédia* é um exemplo desse outro modo de olhar um importante personagem da área cultural do Estado. André Pereira foi o autor dessa matéria e conta que, hoje, a considera “debochada”.

A gente queria mostrar que ele não era o mito que pretendia. A minha ideia nesse período era fazer uma mistura de jornalismo *Pasquim*, *Realidade*, *Jornal da Tarde*. Tinha uma liberdade de texto, apesar de a gente não ter muito tempo para pesquisar ou elaborar, porque a gente trabalhava em outros veículos da Cooperativa para sustentar a Cooperativa (PEREIRA, 2018).

Ainda se vivia sob a censura e, com ela, toda uma cultura de metáforas e códigos, para burlar os limites e dizer o que era fundamental ser dito. O foco das matérias culturais recai também muito sobre a música, a partir de entrevistas com artistas como Elis Regina e Chico Buarque. Elis Regina aparece duas vezes nesse período com a entrevista de dezembro de 1977 na 23ª edição, intitulada *Elis também entra na briga*, e também na entrevista *Elis conta um segredo (a prensa que levou para fazer propaganda do governo)*, de outubro de 1978, na 46ª edição. Destaque também para um perfil sobre o músico Lupicínio Rodrigues, na 21ª edição, na ocasião de sua morte, realizado por Elmar Bones. A ligação com o Rio Grande do Sul de Elis Regina também é um aspecto interessante a se notar.

Figura 15 - Página interna da 46ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Aliás, a literatura e o mercado literário também surgem como pauta, assim como a figura de Erico Verissimo, uma grande referência na área e de influência no Brasil inteiro. A sua ligação com a editora Globo, também muito crucial para a cultura de Porto Alegre, é valorizada nas páginas do mensário.

Para além da política, o grande destaque temático nesse período, é importante também salientar essas outras facetas que capturam o espírito da época e de uma cidade que absorvia as transformações sociais e culturais pungentes, mesmo sob ditadura civil-militar, configurando e perpetuando em suas páginas mudanças e disputas que aconteciam também na cidade de Porto Alegre. Para Pereira, o *Coojornal* tinha matérias que mostravam que não era apenas a política partidária o foco. “Acredito que muitas vezes fica reduzido apenas a um jornal que incomodou a ditadura, mas na minha visão é um jornal que incomodou o sistema, a cultura, o comportamento, os tabus” (PEREIRA, 2018). Essa visão de contraponto é necessária para trazer também um novo olhar para o estudo do passado, essa busca da reinterpretação que pode trazer novas perspectivas sobre o objeto de pesquisa. Não poderia o *Coojornal* ter sido, além de político, um jornal também relevante e questionador em outros segmentos? Assim como a maioria da chamada imprensa alternativa na época, havia, sim, a preocupação em abordar assuntos que não estavam pautados pela mídia hegemônica e que começavam a mudar os costumes dos brasileiros.



## 6.2 O investimento no jornalismo de contexto histórico

*“O jornalismo é um instrumento precário para se mexer no passado, não há nenhuma novidade nisso. A investigação histórica não se coaduna bem com as limitações de tempo e espaço impostas pelos jornais ou revistas, mesmo porque os profissionais que neles trabalham são - regra geral - preparados para responder a outro tipo de exigência. No entanto, aí estamos nós com um passado cheio de buracos, de pedaços distorcidos pela visão oficial ou omitidos pela censura e com a enorme necessidade de recuperá-lo para poder bem entender e interpretar o presente e projetar o futuro. E recuperá-lo com a pressa que só o jornalismo pode atender, inclusive, porque boa parte do que deveria ser material histórico é hoje matéria jornalística pelo ineditismo”*  
(COOJORNAL, FEVEREIRO DE 1979<sup>33</sup>)

O editorial da 38ª edição do *Coojournal*, de fevereiro de 1979, é um desses momentos definidores sobre a função jornalística e mais particularmente uma reflexão sobre a importância do registro dos fatos que eram abafados pela censura da ditadura civil-militar. Mais do que isso, esse editorial entende que o jornalismo não é o melhor instrumento para se contar a história devido a todas as suas limitações, mas era uma das únicas ferramentas que possuíam para interpretar aquele passado recente e compartilhá-lo com os leitores. Essa busca de uma representação mais fidedigna do real também é, de certa forma, o que buscamos nesse trabalho. Os reflexos dos nossos diferentes tempos se encontram em um mesmo propósito: contar uma história identificada em um momento remoto, com muitos dos protagonistas ainda vivos.

Esses jornalistas estavam cientes do cristalizador de memórias que poderia ser o jornal impresso e que controlar a informação e a construção histórica também é uma questão de poder. Como disse PESAVENTO (2002), o historiador - e também em seu devido lugar o jornalista - trabalha a partir de critérios de escolha e seleção de montagem e desmontagem desse enredo ou da condição de ser uma representação do passado.

A maioria dos personagens dessa fase da vida nacional que quer se recompor, trazer à tona para a apreciação das gentes, como diria o historiador, a maioria está aí em cena, não raramente disposto ao cômodo silêncio (quando não dispostos a manter o silêncio pela força). Pode-se dizer ainda que restabelecer integralmente a verdade dos fatos é sempre um desafio que a condição humana não consegue enfrentar com sucesso absoluto. A verdade integral existe no presente, no momento em que está

<sup>33</sup> Editorial, edição nº38, sem autoria, p.2

acontecendo. Depois, é como um espelho que se parte: por mais cuidadoso que seja a junção dos pedaços, ele irá sempre refletir a imagem com distorções. Pode-se chegar perto, juntando o que fica nos documentos, a versão dos que viveram aquele fato, ou episódio, etc. O essencial fica restabelecido (não fosse isso a História não teria sentido como ciência), apesar das imprecisões que sempre restam ao redor (COOJORNAL, FEVEREIRO DE 1979<sup>34</sup>).

É preciso também considerar o trabalho da linguagem e de enquadramento da memória realizado pelos entrevistados, que foram cruciais para o trabalho de composição da época no *Coojornal* e que agora rememoram as suas trajetórias e suas escolhas. Em todas as entrevistas realizadas para esta dissertação, sempre foi destacada a preocupação do *Coojornal* em identificar a história recente que era excluída pelos militares, principalmente por meio das grandes reportagens. A cooperativa mantinha também um grande arquivo que dava suporte para realizar as suas matérias, e constituiu durante certo período um Núcleo de Jornalismo Histórico para discutir pautas com historiadores convidados (GUIMARAENS; BONES; CENTENO, 2011). Havia diferentes núcleos na *Coojornal*, como os de fotografia e o de artistas gráficos. Entretanto, o Núcleo de Jornalismo Histórico ganhou relevância devido ao seu papel na promoção de discussões internas ao fornecer conteúdos ao *Coojornal*. Segundo Ucha (1988), a cooperativa possuía uma pequena biblioteca com volumes de História do Brasil, Imprensa, Sociologia, Antropologia, Política, Economia, Agricultura, História do Rio Grande do Sul e Cooperativismo.

Ler essas matérias atualmente é também reconstituir essa fase do Brasil e, por conseguinte, problematizar uma questão que passa pela identidade. Por exemplo, é de praxe muitas vezes escutar que não houve violência, guerrilhas, ou disputa física na maioria das mudanças políticas do Brasil. Entretanto, a história e os registros principalmente nos jornais da imprensa alternativa mostram toda a resistência que aconteceu contra a ditadura.

A questão é clara: a necessidade primeira - de se resgatar o passado por inteiro - justifica plenamente os riscos, pois a verdade, por mais precária, sempre é melhor referência para a ação correta do que a mentira. Aí, porém, é que surgem os equívocos. O resultado primeiro e mais importante desse empenho evidentemente são denúncias contra o regime e suas iniquidades. A primeira coisa que vem à tona é a sua face de violência e de arbitrariedade que precisa ser conhecida de todos. Mas, se realmente acreditarmos que esse mergulho merece o nosso esforço, se é importante para o momento em que estamos vivendo saber como as coisas aconteceram, é preciso ir além. É preciso acreditar que não há temas proibidos, que a verdade é melhor sempre em qualquer caso. Caso contrário, estaremos dando razão àqueles que a suprimiram quando ela não lhes interessava (COOJORNAL, FEVEREIRO DE 1979<sup>35</sup>).

---

<sup>34</sup> Editorial, edição nº38, sem autoria, p.2

<sup>35</sup> Editorial, edição nº38, sem autoria, p.2

O Brasil, como um estado-nação, precisa reconhecer os seus fantasmas, os seus medos, o que lhe perturba, o que está escondido em seu porão para reconfigurar e ressignificar essa memória coletiva e compartilhada de uma época crucial. Eni Orlandi no seu texto *Mai de 1968: Os silêncios da memória* faz uma necessária reflexão sobre os silenciamentos do período da ditadura militar, afirmando que “O Brasil é um país que tortura dissidentes políticos, faz parte da nossa memória e de nossos gestos políticos e que isso ainda não tem sua explicação política, logo, está fora da memória, de significado” (ORLANDI, 1999, p. 60). Para ela, sentidos possíveis historicamente viáveis foram politicamente tornando-se inviáveis, principalmente a partir da censura e da força. A liberdade se individualizou e se estabeleceu como base do discurso neoliberal. “Essa liberdade agora é individualizada e pode ser reivindicada até pelos nazistas, que em nome dela, exigem o direito de usar suástica” (ORLANDI, 1999, p. 58).

O instrumento mais relevante que o jornalismo encontrou para perpetuar no tempo efêmero a história foi o laboro da reportagem. A mesma ferramenta que o *Coojournal* utilizou para abarcar as diversidades do campo e da palavra política.

### 6.2.1 Complexas facetas da cobertura política

O tema política é o que aparece de modo mais constante ao longo da trajetória do *Coojournal* e no período aqui analisado consta com 95 matérias da chamada de capa seguindo essa linha. Vale ressaltar que levamos em conta não apenas a política no sentido de partido político, ou de negociações políticas, mas em um sentido mais amplo, abarcando questões ligadas também à democracia, a liberdade, os direitos humanos, a censura, a resistência, à memória do período ditatorial em que viviam. Diversas facetas que se complementam, juntamente com questões de disputa de terras, invariavelmente políticas, como é o caso da matéria *Uma Guerra de Miseráveis, na reserva, no Sul, ao lado da riqueza e da civilização, índios e lavradores lutam pela terra*, da 28ª edição, de maio de 1978. O tema voltaria com destaque na 42ª edição, de junho de 1979, na matéria *Uma aula sobre a questão do índio*, em que foi entrevistado o antropólogo Darcy Ribeiro<sup>36</sup>, sobre os equívocos em relação a pesquisa sobre os indígenas. Há também, no segmento de direitos humanos, o ensaio *Chapeuzinho vermelho e os lobos ricos*, que questiona sobre como a sociedade encara a mulher e também

---

<sup>36</sup> Darcy Ribeiro foi educador, político, etnólogo, antropólogo e escritor brasileiro. Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/biografia>

como a mídia a personifica. Segue alguns dos questionamentos que o texto traz e que continuam atuais:

Por que o comportamento do violador está implicitamente aceito como normal? Por que a mulher é uma mercadoria simbólica, ou o seu corpo uma mercadoria-de-consumo? A questão da violação é tão política quanto qualquer outra questão que costumeiramente vemos nos jornais (COOJORNAL, NOVEMBRO DE 1977<sup>37</sup>).

Quando observamos a temática religião com destaque no *Coojornal* é sempre com foco em expoentes do catolicismo. O assunto é abordado também com um viés político, realçando a influência desses personagens. Na décima oitava edição, há uma pequena notícia intitulada *Dezesseis na lista negra da igreja*, que discorre sobre deputados federais gaúchos perseguidos por apoiarem a lei do divórcio. Na ocasião, o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheiter<sup>38</sup> deu uma declaração afirmando que a posição de tais deputados deveria ser confrontada em ocasião das disputas eleitorais.

Figura 16 - Capa da 42ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Ainda nessa edição, há a chamada de capa *Um gaúcho pode ser papa*, um artigo em que se avalia a possibilidade do mesmo Dom Lorscheiter ocupar a maior posição hierárquica

<sup>37</sup> Editorial, edição nº22, sem autoria, p.2

<sup>38</sup> Dom Ivo Lorscheiter Ivo foi secretário-Geral e depois Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ivo-lorscheiter>

no catolicismo. Há também espaço para uma entrevista exclusiva com Frei Betto<sup>39</sup> na 42ª edição, de junho de 1979, sobre as comunidades de base e o envolvimento com o marxismo. Nesse mesmo enfoque, também aparece a matéria *Conheça o partido dos pobres*, da 45ª edição, de setembro de 1979, em que também é explorada a relação entre a igreja e o trabalho de base que desenvolvia.

Na economia, matérias que ganham destaque no período são aquelas de cunho mais analítico, ligadas a políticas econômicas do governo em questão. A matéria *O Dinheiro Doente*, da 16ª edição, traz essa ideia ao falar sobre a desvalorização da moeda brasileira devido à inflação, um dos maiores problemas econômicos do Brasil, já na época. Seguem também reportagens de denúncias em relação a programas econômicos como o da 44ª edição, de agosto de 1979, sobre documentos confidenciais que apresentavam distorções no programa Proálcool, que foi criado como uma iniciativa do governo para enfrentar a crise mundial do Petróleo e incentivar a produção de álcool combustível. A outra reportagem neste segmento é a *Finhab: Fraudes na Poupança*, da 49ª edição, de janeiro de 1980.

Figura 17 - Página interna da 19ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupec), da Pucrs.

Um dos pontos mais interessantes do aspecto político são as matérias de rememoração histórica do Rio Grande do Sul, e que espelhavam os acontecimentos censurados da época em que o *Coojornal* circulava. A reportagem *Degola, a pena de morte dos gaúchos*, da 19ª

<sup>39</sup> Frei Betto é frade dominicano, jornalista e escritor. Adepto da Teologia da Libertação, é militante de movimentos pastorais e sociais, tendo ocupado a função de assessor especial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2004. Foi coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero. Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa260488/frei-betto>

edição, de agosto de 1977, faz uma reconstituição do ato praticado na Revolução Federalista (1893-1895), guerra civil que ocorreu no sul do Brasil logo após a Proclamação da República e que foi incitada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor que pretendia libertar o Rio Grande do Sul da governança de Júlio de Castilhos, então presidente do Estado, e também conquistar uma maior autonomia, descentralizando o poder da então recém-proclamada República. O *Coojornal* também pontua nesse período quatro lideranças políticas históricas do Rio Grande do Sul e que marcaram diferentes períodos do Brasil.

A que ganha mais destaque é Leonel Brizola, que estava no fim do exílio que já durava quase quinze anos e que começou em 1964, com a deposição do governo João Goulart pelos militares, quando foi obrigado a ir para o Uruguai. Em outubro de 1977, na 21ª edição, há um grande material histórico sobre o movimento da Legalidade, com a preocupação de apresentar Brizola a uma nova geração que praticamente o desconhecia. Essa matéria foi um exemplo de como contornar a censura. “A imprensa estava se deixando levar pelo medo da censura, os caras descobriram que é muito melhor a censura velada, a autocensura. O censor só aparecia em momentos pontuais” (BONES, 2018). Na época, não se podia citar o nome do Brizola. Para resolver o impasse, os repórteres foram em uma escola e convenceram a professora a perguntar para os alunos quem era Brizola, e ninguém soube responder. A partir disso, escreveram a matéria.

Figura 18 - Página interna da 21ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupec), da Pucrs.

Na edição seguinte, de novembro de 1977, há uma entrevista exclusiva com o político, ele havia sido expulso do Uruguai e se encontrava em Nova York, onde um dos associados do *Coojournal* conseguiu realizar a entrevista. O editorial dessa edição celebra o feito afirmando que era a primeira vez que ele conversava sobre projetos políticos com um jornal brasileiro. A entrevista foi realizada por Afonso Ritter, uma figura importante dentro da Cooperativa. Na época, Brizola declarou que só voltaria ao Brasil se houvesse anistia ampla e pensava em fundar um novo partido trabalhista, aproveitando as raízes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Depois, ele acabaria perdendo o nome da antiga legenda e fundando o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Ainda há uma reportagem histórica remontando a chamada Guerrilha de Três Passos, uma operação promovida por três militares cassados e 20 agricultores um ano depois do golpe militar de 1964. A novidade principal da matéria é que eles conseguem reunir Jefferson Cardim Osório e Alberi Vieira dos Santos, dois dos responsáveis pela trama, que apontam Leonel Brizola como um dos idealizadores do plano. A divulgação desta matéria levou Brizola a não conceder mais entrevistas ao *Coojournal* durante um longo período. Na 38ª edição, quem é o entrevistado sobre as ideias de Brizola e o novo PTB, que voltaria no mesmo ano do exílio, é o seu assessor e principal articulador na época, Paulo Schilling.

Getúlio Vargas, nome histórico da política brasileira, ganha espaço principal em dois momentos: em agosto de 1977 e agosto de 1979, justamente no mês em que faleceu, em 1954. Trata-se de matérias também na linha do cunho de histórico, mostrando mais uma vez a preocupação do *Coojournal* em atualizar seus leitores e contextualizar a época cultural em que viviam. A primeira matéria faz um perfil histórico de Vargas, entrevistando diversas figuras relacionadas a sua trajetória. A outra reportagem também vai ao encontro da efeméride dos 25 anos da morte de Vargas, e é uma entrevista com Paulo Schilling, que aparece novamente aqui como fonte. Agora na ocasião do lançamento do seu livro *Como a Direita se coloca no poder*, que foi escrito em 1966, mas só na época da matéria ganhava lançamento. O *Coojournal* publicou em primeira mão o capítulo que analisa a política getulista. Há, ainda, uma matéria sobre a morte de João Goulart quando estava no exílio na Argentina, em dezembro de 1976. Os repórteres do *Coojournal* escutaram diversas fontes ligadas ao ex-presidente, que sofreu o golpe militar de 1964 para constituir a reportagem.

Nesse período também começa a aparecer a figura de Pedro Simon, presidente do MDB na época. Na 14ª edição, de março de 1977, há uma entrevista com o político sobre as chances do MDB chegar ao governo do Rio Grande do Sul a partir da possibilidade de eleições diretas. É celebrada também a atuação do partido como uma das formas de oposição

mais organizada no País. Há outra entrevista em junho de 1978, na 29ª edição, que mais uma vez evidencia a figura de Pedro Simon como um dos maiores líderes da oposição política.

### 6.2.2 As emblemáticas reportagens no apogeu da cooperativa

Em agosto de 1977, segundo levantamento de Danilo Ucha (1988), a cooperativa estava financeira e economicamente estruturada, tendo adquirido equipamento gráfico, com o faturamento passando dos Cr\$. 5.659.631,38, registrados no último balanço, para Cr\$ 10.990.320,31. O *Coojournal* atingia 260 pontos de vendas em Porto Alegre, 72 cidades do Rio Grande do Sul e várias capitais. A 26ª edição, de março de 1978, avisa em seu editorial que a partir daquele momento se iniciaria uma nova etapa da distribuição, se tornando regular em todo o país, através da Distribuidora Superbancas, do Rio de Janeiro.

Um grande destaque e motivo de orgulho generalizado dos associados, era, no entanto o núcleo industrial, que executava os serviços de fotocomposição, revisão, montagem, fotolito e montagem de fotolito de todas as publicações. Possuía máquinas eletrônicas modernas (IBM) e até mesmo um computador. No relatório 77/78, a diretoria escrevia "...mais importante do que o aspecto material, este núcleo industrial garante à nossa organização uma total independência em relação ao nosso trabalho. Somos certamente um raro exemplo de jornalistas que, unidos, detêm o controle sobre todos os meios de produção de seu trabalho (UCHA, 1988, p. 13).

É neste momento que se pode dizer que se encontram algumas das matérias marcantes do *Coojournal*. A primeira, que influenciou muito no próprio andamento da cooperativa e em seu futuro, foi a capa da 18ª edição, de julho de 1977, intitulada *4682 é o número de cassados em 13 anos de revolução*, pois acabou chamando a atenção da repressão para o mensário. A reportagem foi realizada por um grupo de jornalistas liderado por Hamilton Almeida Filho, um dos fundadores da *Revista Realidade*, e que trabalhou também nos jornais *Bondinho*, *Extra-Realidade Brasileira*, entre outros. Segundo Guimaraens, essa matéria foi apurada para ser publicada no *Extra-Realidade Brasileira*, uma série de livros reportagem, com matérias realmente aprofundadas. Em vez de livros em forma de jornal, reportagens em forma de livro (KUCINSKI, 1991). Os seus componentes tinham uma combinação que caso o governo militar impusesse uma censura prévia, a publicação seria extinta. O que de fato ocorreu, devido à repercussão de matérias publicadas anteriormente.

Eles tinham feito a primeira sobre a Rede Globo, uma matéria que deu uma baita repercussão, de como foi constituída a Rede Globo, a partir de um grupo americano, que era proibido por lei: os grupos estrangeiros participarem de grupo de comunicação do Brasil, foi tudo feito como um esquema lá para eles. E a matéria



falava também sobre as relações dentro da Globo, as relações com o governo. Depois fizeram uma matéria sobre um rapaz que virou um criminoso em São Paulo, daí a matéria reconstitui toda a vida dele, entrou na Febem, na escola do crime, uma grande matéria. E aí eles iam fazer um fascículo sobre os cassados, mas com a repercussão dessa matéria do rapaz, o governo decretou censura prévia (GUIMARAENS, 2018).

Com o material já pronto e sem ter onde publicar, e graças à boa relação entre Hamilton Filho e Elmar Bones, que trabalharam juntos em São Paulo, a reportagem acabou sendo oferecida ao *Coojornal*. Nesse momento, vem uma das passagens mais conhecidas da história do periódico, quando para não usar o correio devido a periculosidade do material, foi pedido a um passageiro de um voo de São Paulo para Porto Alegre levar o documento.

E daí um cara disse que poderia levar o envelope, ele se chamava Luís Abreu, não esqueço, porque era o mesmo nome do nosso fotógrafo, Abreu, também, irmão do Santiago. E o cara no meio do voo, com curiosidade, abriu e começou a ler, se apavorou, né, daí ele chegou aqui e a Rosvita que foi buscar a matéria no aeroporto e tinha a descrição do cara, foi falar com ele e ele disse que não tinha nenhum pacote. E ela correndo atrás, desesperada, daí o cara falou que deixou cair café em cima e inutilizou. E então contou a verdade, ficou com medo de se comprometer pelo material altamente subversivo, que ele poderia ser preso. Sorte que o pessoal tinha feito o xerox (GUIMARAENS, 2018).

A retaliação foi quase que imediata. Na 19ª edição, é publicada uma pequena nota aos leitores, informando que, na semana de 18 a 22 de julho, pessoas que se identificaram como agentes da Polícia Federal no Rio Grande do Sul visitaram anunciantes da edição de julho para recomendar-lhes que não voltassem a “veicular anúncios no jornal sob pena de dificuldades futuras”. Analisando as edições, é possível observar que na 18ª edição foram onze anunciantes, sendo eles Olivebra – Fabricante do Óleo Violeta, Rádio Universal Fm Stereo, URBS Pré-Vestibular e Supletivo, Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed), Rádio Continental, Cooperativa de Estudantes de Porto Alegre (Cepal), Livraria Editora Pallotti, Supermercado Real, Auto Locadora Gaúcha, Riocell - Rio Grande Cia de Celulose do Sul e Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses (SAMRIG). De fato, na edição seguinte, o número cai para quatro anúncios, são elas: Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda (Cotrijuí), Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed), Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre (Cepal), Rádio Continental e Rádio Universal FM. Após isso, Polydoro, que era um dos responsáveis pelo relacionamento com os clientes dentro da cooperativa, foi visitar todos os anunciantes com o objetivo de trazê-los de volta.

Eu aprendi como funciona essa dinâmica, a começar que tu tinha que conversar com as empresas e não com as agências, porque as agências não tinham como levar a

proposta de um jornal desses. Quem tava lá dentro é que tinha que avaliar e tomar uma decisão estratégica de apoiar ou não o jornal. Então com isso eu comecei a me relacionar com os líderes das empresas, que alguns deles percebiam a necessidade de ter veículos que fugiam dos padrões (POLYDORO, 2018).

No começo, a captação era mais difícil, mas o contato com profissionais dentro das empresas facilitava a empreitada de convencer a anunciar em um jornal alternativo. “A gente tinha uma ponte com alguém, por exemplo, na Gerdau era um jornalista que trabalhava na Comunicação e que tinha simpatia pelo nosso trabalho. As cooperativas apoiaram bastante, a Cotrigo, Cotrijuí, Unimed, a empresa Springer, que tinha um jornalista lá e que fazia essa ponte. Tinha um volume razoável de anúncios para um jornal” (POLYDORO, 2018). Em editorial da 21ª edição, é comemorado o retorno à normalidade na área dos anúncios, com a informação de que estão com sete páginas de anúncios, em uma edição com trinta e duas páginas. Vale frisar que Jorge Polydoro é um dos fundadores do grupo Amanhã, que promove conexões entre diversas lideranças de diferentes segmentos empresariais. “A revista Amanhã existe porque eu aprendi a falar com empresários e eles começaram a confiar em mim. Na época da Coojournal, eu era considerado um capitalista, um cara dos empresários, porque era eu que ia lá falar com eles” (POLYDORO, 2018).

Importante pontuar também que o *Coojournal* trazia matérias ligadas a figuras do então governo militar da época, como é o caso da publicação de memórias do general Olympio Mourão Filho, que participou das primeiras articulações nos quartéis e foi quem precipitou o movimento ao mandar suas tropas se locomoverem de Minas Gerais para o Rio de Janeiro antes da data prevista. Na 27ª edição, são publicados trechos de suas memórias que haviam sido recentemente lançadas pela editora L&PM. As publicações dessas matérias geraram grande interesse na época. Inclusive, a própria filha do General Mourão, Laurita Mourão, ganha destaque nas páginas da 40ª edição, comentando sobre a repercussão do livro e também sobre a preparação do seu livro de memórias. O *Coojournal* também era um espaço para pautas que não encontravam espaço nos grandes jornais. “Essa do Mourão, deu um enorme barulho, porque era um sujeito meio desbocado, meio falastrão, bravateiro. Foi uma matéria meio que caiu para nós, porque era o escoadouro natural, as matérias desse tipo caírem lá. Os outros jornais não davam, o Geisel podia não gostar” (GUIMARAENS, 2018).

O *Coojournal* era também o local para essas pautas diferentes e que acabavam suscitando debates, como a matéria sobre a publicação do livro *A República Comunista Cristã dos Guaranis*. “E esse livro deu uma grande repercussão na época. Então, às vezes o jornal

dava corda para esses ‘loucos’, essa forma de tratar as coisas interessava para nós. Uma tese nova, por exemplo, o jornal estava sempre ligado” (GUIMARAENS, 2018).

Já na 32ª edição, há a matéria *O Cérebro do Regime - Quem é Golbery, o general misterioso, o criador do SNI, o homem que faz presidentes*, na verdade um grande perfil de uma das figuras mais importantes da ditadura civil-militar. Golbery participou de vários governos da ditadura civil-militar, a começar pelo do marechal Castelo Branco (1964-1966), quando criou e dirigiu o Serviço Nacional de Informações (SNI), posteriormente o de Ernesto Geisel (1974-1979) e, finalmente, o de João Figueiredo (1979-1985). No período Geisel, foi o responsável pelo plano de abertura “lenta, gradual e segura”, em direção a algumas liberdades democráticas. A Lei da Anistia<sup>40</sup>, proposta no início do governo Figueiredo, em 1979, uma das ações mais importantes nessa estratégia. Ela deveria permitir a volta dos exilados e liberar os presos que não tivessem cometido “crimes de sangue”, os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o regime. A ideia do governo era que a volta de uma parte dos cassados e exilados ao sistema político ajudaria a fracionar a oposição ao regime, e, por isso, o governo também projetava uma reforma partidária, permitindo a criação de novos partidos políticos. Em seu primeiro artigo, a lei dava a possibilidade legal de anistiar torturadores e assassinos a serviço das forças de segurança e deixava de fora os envolvidos em “crimes de sangue”. Com muitas figuras da esquerda voltando do exílio e focando na reorganização partidária dentro dos limites impostos pelo governo, a luta pela justiça acabou ficando restrita aos familiares dos mortos e até hoje é uma lacuna no processo de redemocratização.

Apesar da pressão do governo militar, o *Coojournal* nunca abandonou a proposta de utilizar o jornalismo como uma forma de preencher as “falhas” históricas que tomavam o período, característica pela qual ficou mais conhecido. A reportagem *O sequestro - pela primeira vez toda a história do sequestro do Caravalle em 1970*, da 33ª edição, de novembro de 1978, evidencia bem essa ideia: o jornal conseguiu um depoimento exclusivo sobre um acontecimento “abafado” de resistência à ditadura. A tentativa de sequestro do voo PP-PDK, em julho de 1970, realizado por Fernando Palha Freire, Eiraldo Palha Freire, Colombo Vieira de Souza e Jessie Jane, militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional). Eles decidiram realizar o ato para libertar o pai de Jessie, preso político em São Paulo como militante da mesma organização. A matéria conseguiu reconstituir o episódio ao coletar os depoimentos de Colombo Souza e Jessie Jane, que estavam presos na época.

---

<sup>40</sup> A maioria das informações contidas sobre a Lei da Anistia foram tiradas desse site: <http://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-anistia-parcial/index.html>

Figura 19 - Capa da 33ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

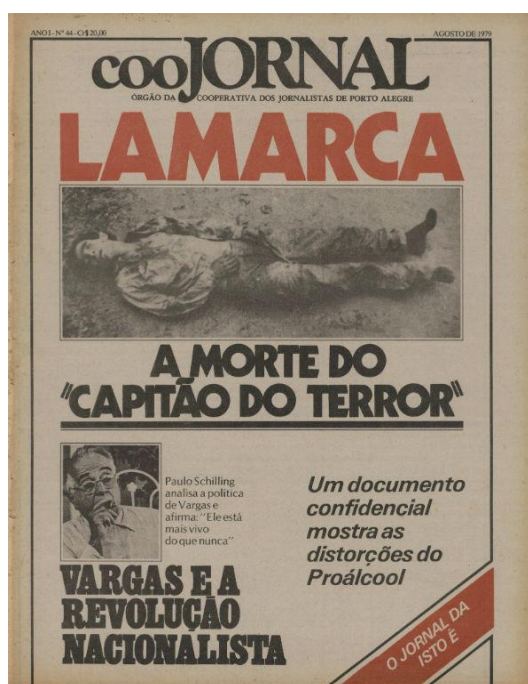
Na mesma edição, outra matéria que mostrava também essa busca de uma resistência histórica foi a reportagem intitulada *Volta o caso “mãos amarradas”*, que também rememorou um ocorrido de oposição, só que em 1966. Conforme a matéria, o Sargento Manoel Raimundo Soares, um dos líderes do movimento Legalista, queria restituir o cargo ao presidente João Goulart, deposto pelos militares, e foi acusado de subversão. Raimundo fugiu do Rio de Janeiro para tentar escapar da prisão e da consequente tortura – e passou a viver na clandestinidade. Em março de 1966, foi preso pela Polícia do Exército em frente ao Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre, e levado para o DOPS, onde foi torturado por cerca de uma semana. Posteriormente, foi transferido para a Ilha Presídio, em Porto Alegre. No dia 13 de agosto, foi novamente levado para o DOPS. Aí seguiu torturado, desconhecendo-se a data exata da morte. Edgar Vasques recorda de ilustrar essa matéria e outras do que ele chama de “ciclo da ditadura”, uma vez que não havia registro em fotos disponíveis para a imprensa desses acontecimentos.

Todas as matérias do ciclo de denúncias dos militares, grande parte delas eu illustrei. E aí a ilustração é séria. Tem situações, assim, de tortura, por exemplo, illustrei fartamente matéria sobre o caso das mãos amarradas. Caso emblemático de morte na ditadura, de assassinato pela ditadura. Da morte do Capitão Lamarca, morto na Bahia, pelo Curió, eu desenhei essa cena, porque obviamente não tinha foto. Então, a tentativa de guerrilha do Jefferson Cardim, matérias que não tinham o documento visual mesmo (VASQUES, 2018).

Há, na mesma linha uma entrevista com o jornalista Flávio Tavares, intitulada *A verdadeira história do Dr. Falcão*, na 46ª edição, de outubro de 1979. Na entrevista, ele relembra a sua trajetória, que envolveu participação constante na luta armada. Foi preso em três ocasiões, precisou se exilar duas vezes. Enquanto trabalhava no periódico *Última Hora*, foi confundido com outro guerrilheiro, de alcunha “Dr. Falcão”, e passou sete meses na cadeia em 1967, até receber um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF). Tentou retomar a atividade jornalística, mas, por já ter sido fichado, encontrou cada vez mais dificuldades. Diante disso, envolveu-se de vez na luta armada. Em 1969, foi novamente detido ao participar da libertação de um grupo de marinheiros. Na segunda passagem pela prisão, sofreu torturas e permaneceu em cárcere por trinta dias, quando o trocaram, junto com outros 14 prisioneiros, pelo embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick. Em 1977, Flávio Tavares havia sido sequestrado pelo exército do Uruguai, quando esteve lá para resolver a situação de um colega de trabalho. Encarcerado pela terceira vez permaneceu 27 dias algemado, nos seis meses em que esteve preso. Foi vítima de torturas físicas e psicológicas. Atribui-se sua soltura a uma campanha internacional, encabeçada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que pressionou o governo brasileiro.

A recomposição da morte de Carlos Lamarca foi tema de uma reportagem do *Coojournal* em agosto de 1979. A ideia era esclarecer de fato a sua morte, algo que em 1971, ano em que ocorreu, não era possível devido a uma censura mais forte à imprensa. Muitos jornalistas trabalharam na cobertura da morte de Carlos Lamarca, no interior baiano, mas no dia 20 de setembro, um dia depois do ocorrido, o exército encaminhou aos órgãos de comunicação um extenso documento intitulado *Ex-terrorista Carlos Lamarca, traição e crimes que pontilharam sua vida*. Segundo este documento, Lamarca militou nos principais grupos que se lançaram na luta armada na época, como VAR-Palmares, VRP, ALN e MR-8, que foi sua última organização. Na versão oficial, ele reagiu à prisão e foi morto numa troca de tiros com a polícia. Na matéria do *Coojournal*, o repórter Paolo Marconi reconstituiu a morte de Lamarca baseando-se no depoimento de um dos companheiros que sobreviveu à caçada. Ele também volta ao sertão da Bahia, onde o fato se deu, para montar um quadro mais completo dos últimos dias do “capitão do terror”, como os jornais o chamavam.

Figura 20 - Capa da 44ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

A publicação desta matéria ilustra uma importante discussão sobre censura, pois demonstra uma preocupação com a repressão. Segundo Elmar Bones, havia um cuidado de não cair na provocação da radicalização, porque, desse modo, poderia se atrair censura. “Eu era o editor e tinha discussões com muitos colegas em termos de certas expressões que se poderia dizer ou não. Ditadura não, mas também não se falava revolução, então, optava-se por regime” (BONES, 2018). Então, veio o material do exército já citado que qualificava Lamarca como terrorista, o que suscitou uma discussão dentro da cooperativa no termo que deveria ser utilizado na publicação da matéria.

Daí o pessoal mais da esquerda dizendo que não pode, ele era um guerrilheiro, não terrorista. E eu falava que era para a gente publicar igual, pois era melhor publicar a matéria do que não publicar a matéria. Se mudasse, aí ia atrair a censura. Um jornal que fica marcado com a censura, ia acabar com tudo. Fiz o texto lá e coloquei “Capitão do Terror”, fui queimado, mas foi um furo danado, vendeu todas as edições. E foi o primeiro jornal que deu, porque ninguém dava nada (BONES, 2018).

Essa matéria também evidencia outra característica corriqueira nas matérias do *Coojournal*: muitas delas acabavam vindo de colaborações de fora da redação. Pautas que não eram necessariamente discutidas nas reuniões da publicação - o que acabava incomodando também alguns dos cooperativados.

Nas reuniões de pauta a gente relacionava assuntos a que nos dedicaríamos, mas muitas matérias vinham de fora, por exemplo, a matéria sobre o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, foi uma matéria que um repórter do *Globo* fez, mas o *Globo* amorcegou a matéria, e então, o autor que nos mandou sabia que a gente dava. Essas matérias não passavam na reunião de pauta não porque a gente não quisesse, mas por que entrava no meio da coisa (GUIMARAENS, 2018).

Com uma repercussão mais ampla, tornou-se natural que jornalistas que não conseguiam publicar suas matérias em grandes jornais começassem a enviá-las para o *Coojournal*. Publicar no mensário acabava sendo uma conquista de prestígio.

Importante lembrar que Elmar Bones passou uma temporada trabalhando em São Paulo, sendo um dos participantes do primeiro grupo que atuou na revista *Veja*, sua experiência com o jornalismo do centro do País, na época mais emergente na profissionalização, influenciou a sua postura.

Tinha gente que reclamava que era um pessoal de fora, que não era cooperativado que estava publicando. Mas eu geralmente assumia esse ônus, pegava, sentava e conversava com os caras. Mas tinha matérias que não eram bem apuradas, que eram discursos disfarçados, e daí eu falava que estava faltando apuração. Fizeram uma matéria com os índios. Era uma matéria que não estava muito bem apurada, mas eram os índios, os latifundiários tentando expulsar os índios. E eu comentava que estavam faltando coisas. Então, tinha essas pequenas divergências (BONES, 2018).

Um dos casos marcantes envolvendo participação de jornalistas além da cobertura da pauta foi o caso do *Sequestro dos Uruguaios*, episódio que aconteceu em novembro de 1978 em Porto Alegre, quando militares uruguaios, com a colaboração de militares brasileiros, sequestraram dois ativistas uruguaios, Lilián Celiberti e Universindo Díaz, e duas crianças em solo brasileiro. A operação é um exemplo de cooperações entre os serviços secretos das ditaduras do Cone Sul, sob o nome de Operação Condor. Na ocasião, uma ligação anônima alertou dois jornalistas brasileiros, Luiz Cláudio Cunha e J.B. Scalco que descobrem em flagrante a operação. Ao cobrirem o caso, as reportagens geram a indignação da opinião pública mundial e obrigam a ditadura uruguaia a manter vivo o casal sequestrado. O caso ganhou grande repercussão nas páginas do *Coojournal* e mereceu uma edição especial em dezembro de 1978, além de uma grande reportagem em janeiro de 1979, explicando detalhes, remontando o ocorrido. Foi escrita a seis mãos: por Hamilton Almeida Filho, Najjar Tubino e Elmar Bones. Em 1980, a Justiça brasileira condenou dois policiais - os inspetores Orandir Portassi Lucas (conhecido como "Didi Pedalada", ex-jogador de futebol do Internacional e do Athletico Paranaense) e João Augusto da Rosa, do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) gaúcho, braço estadual da repressão política – como os homens armados que

receberam os jornalistas no apartamento da rua Botafogo. Ambos foram identificados pelos repórteres e pelo casal uruguaio como participantes do sequestro, confirmando o envolvimento brasileiro na Operação Condor dos uruguaio em solo gaúcho. O chefe do DOPS, delegado Pedro Seelig, identificado pelo casal uruguaio como o responsável pela operação em Porto Alegre, foi denunciado na Justiça, mas absolvido por falta de provas. O *Coojornal* também deu espaço para Seelig na capa da 40ª edição, de abril de 1979, com a matéria intitulada *Pedro Seelig, um delegado acima da lei*, uma entrevista realizada com exclusividade pelos jornalistas do alternativo.

A matéria da trigésima quarta edição, de novembro de 1978, intitulada *Ex-tupamaros - depoimento exclusivo: acabou a guerrilha* traz uma entrevista exclusiva com quatro ex-guerrilheiros tupamaros, movimento de guerrilha uruguaio mais conhecido da América Latina - era a primeira vez que eles conversavam com a imprensa. A entrevista foi realizada em um apartamento em Paris, na França, porque muitos deles ainda se encontravam em exílio. A entrevista é assinada pela repórter Zélia Leal Adghirni. A repercussão dessa matéria levou o *Coojornal* a entrar na lista do Serviço Nacional de Informações, alegando que o jornal estava sendo financiado pelos guerrilheiros uruguaio.

Chegou um telegrama do SNI pedindo para investigar a *Coojornal*, com base em uma ligação com os Tupamaros devido a entrevista que fizemos com alguns deles em Paris. Uma matéria até mais de comportamento, como eles conseguiram se exilar em e estavam formando famílias. Todos jovens ainda, mas meio que abdicando da luta armada, porque tinham que sobreviver, aquela coisa toda, uma matéria bem melancólica no sentido político, mas os caras não sabem ler essas coisas, já acharam que os tupamaros estavam financiando o *Coojornal* (GUIMARAENS, 2018).

Em editorial da 46ª edição, o *Coojornal* se dirige diretamente a um imaginado agente da SNI, como se fosse uma conversa, se defendendo das acusações.

O sr. sabe, perfeitamente, que neste país as pessoas se acostumaram com a ideia de ter o seus passos controlados, seus telefones grampeados, sua correspondência e todas essas aberrações com que fomos obrigados a conviver. É de se confessar que, no nosso caso, até confiávamos no senhor. Nossas reuniões são abertas, nossas gavetas não têm chaves, não temos códigos telefônicos, todos os nossos problemas são discutidos em assembleias gerais. Se o senhor fizesse um vestibular para Jornalismo poderia até tornar-se sócio, sem usar nome falso, pois não exigimos atestado ideológico de ninguém. Poderia vir sentar-se entre nós nos fins de tarde quando nos reunimos, tomamos chimarrão e traçamos nossos planos (COOJORNAL, OUTUBRO DE 1979<sup>41</sup>).

---

<sup>41</sup> Editorial, edição 46ª, sem autoria, p.2



Há também uma matéria repercutindo o caso. Para Bones, essa reportagem ajudou a inflamar os ânimos dos cooperativados que cobravam uma postura mais enérgica contra a ditadura no *Coojornal*, o principal órgão da cooperativa. Uma concepção diferente sobre os rumos editoriais do *Coojornal* e da Cooperativa dos Jornalistas começava a se constituir desde o começo do empreendimento, mas teve seu auge nas eleições de setembro de 1978.

### **6.3 O racha nas eleições de setembro de 1978: diferentes visões em conflito**

Há, ainda, uma grande disputa em torno da memória da experiência da Coojornal no que concerne principalmente ao legado que ela deixou para a história do jornalismo alternativo e a história do jornalismo do Rio Grande do Sul. Disputa essa que ocorre principalmente devido à fissura no meio da caminhada do empreendimento, em que vários profissionais dos anos iniciais acabaram saindo da Cooperativa por possuírem uma visão diferente sobre sua administração. O auge do conflito se dá nas eleições de setembro de 1978, a primeira vez que houve uma chapa de oposição. A Coojornal elegia periodicamente a diretoria que ficaria à frente da organização por um período de tempo estipulado previamente. O primeiro presidente eleito foi José Vieira da Cunha em 1974, na assembléia de criação da Coojornal, sendo que naquela época cada mandato era de três anos (ELLWANGER, 2011). Ainda durante seu primeiro mandato ele propôs a redução do período para dois anos, assim como também foi proposta e aprovada a limitação a uma reeleição pela alternância no poder. Desse modo, permaneceu como presidente entre 1974 e 1980, pois o primeiro mandato foi de três anos, uma eleição pela nova norma de dois anos no poder e uma reeleição pela mesma regulamentação. “O Vieira já estava no terceiro ou no quarto mandato, e tinha essa queixa de não darem muita abertura para os sócios interferirem mais diretamente não tanto no jornal, mas nas decisões da cooperativa” (GUIMARAENS, 2018).

A questão da disputa da narrativa fica evidente no discurso de André Pereira, um dos jornalistas que saíram na Assembleia de votação de setembro de 1978:

A história oficial conhecida da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre – Coojornal - está fixada, até o momento, por uma versão única, formulada geralmente a partir das mesmas fontes de uma só corrente de interpretação. Por isso, oficializaram trajetória fragilizada pela parcialidade, que é reproduzida ilimitadamente. A falta de exatidão neste resgate está incrustada, principalmente, na ausência de contraponto. Não se investiga o contraditório que surgiu com a existência de uma forte oposição em 1978 que resultou em um rompimento importante na trajetória da cooperativa (PEREIRA, 2015, p. 2).

É preciso entender o verdadeiro caldeirão político que perpassa o momento de pré-abertura e redemocratização e que mantinha aglutinada na oposição ao regime sob a ótica de um partido (MDB), mas que, na verdade, mantinha muitas ideologias diferentes. Esse processo estava intimamente ligado ao “espírito da época” e a Cooperativa, por ser um ator do seu tempo, refletia os conflitos. É possível observar isso de forma muito clara, e dentro do possível, com distanciamento, a partir dos depoimentos dos entrevistados. Para Kucinski (1991), foi surgindo na cooperativa um confronto político-ideológico entre dois grupos: o dos “ideológicos” e o dos “marketeiros”, como se designavam reciprocamente. Os “ideológicos” propunham uma linha editorial de oposição mais ostensiva ao governo e até mesmo às empresas que de alguma forma davam sustentação ao regime. Já Ucha (1988) afirma que um elemento de discussão era a própria fórmula adotada para pôr o projeto em prática: o Cooperativismo. Segundo o autor, uma parcela considerável dos associados defendia o ponto de vista de que deveria ter sido criada uma empresa comercial, cujo lucro pudesse ser distribuído aos sócios.

Venceu, porém, a tendência de socialização dos meios de produção e democratização total das decisões dentro do sistema da cooperativa. O esquema de trabalho, em função disso, passou a ser completamente livre, em matéria de horário e de prazos para entrega de material - o que iria gerar boas matérias, mas também custos financeiros elevados (UCHA, 1988, p. 23).

O autor ainda aponta algumas das principais disputas entre oposição e situação, entre elas, a questão de fazer trabalhos para grupos ou empresas que representassem interesses políticos, econômicos e sociais que não estivessem de acordo com os princípios da Cooperativa, mesmo que a perspectiva de lucro fosse grande. O grupo de oposição era contra esse tipo de trabalho.

Para Jorge Polydoro, que estava na chapa da situação e um dos articuladores do relacionamento e prospecção de anunciantes, a cooperativa era uma empresa.

O formato era de cooperativa, mas era uma empresa, era pras pessoas sobreviverem. Não era para fazer um jornal revolucionário e derrubar o regime, não era essa proposta. Só que conviviam essas duas posições, a de quem queria criar um veículo jornalístico, viver daquilo e a de quem queria um jornalismo revolucionário. Esse conflito se mantinha ao longo do tempo (POLYDORO, 2018).

Já Pereira, que era da chapa da oposição, afirma que esse caráter mais capitalista que se encaminhou dentro da Cooperativa não combinava com o seu espírito original. “Ser uma

mega empresa era contra a ideia do que a gente ia fazer. A gente era extremamente socialista, mesmo que fosse uma ideia utópica, contra o pragmatismo capitalista” (PEREIRA, 2018).

Analisando anos depois, Vasques, que esteve presente em praticamente toda a existência da Cooperativa, pondera sobre a relação entre a militância do *Coojornal* e o sucesso da Cooperativa.

A Cooperativa tendia, não o Coojornal, na evolução dos acontecimentos a crescer como empresa. E o Coojornal tendia a ter que mudar na medida que a gente se aproximava do final da ditadura e estávamos forçando, ajudando a forçar. Então é contraditório, porque o que tu vai obter com o Coojornal, que é a democracia, vai ser importante não para o *Coojornal*, mas para a Cooperativa. E esse dilema ele estava presente lá dentro e era objeto de grande discussão. Entendeu? Gente que queria militar com o *Coojornal* para derrubar os milicos, para acabar com o fascismo e tal. E gente que queria preservar a estrutura empresarial da cooperativa visando o futuro da Cooperativa, como instrumento de trabalho dos jornalistas. E acho que houve um embate aí em torno dessa questão (VASQUES, 2018).

Todo esse embate entre uma postura de tendência mais capitalista contra um espírito coletivista de um empreendimento cooperativista acabou culminando nas eleições de 1978. Ucha (1988, p.14) definiu como uma grande luta pelo poder e “por inexperiência de todos, infantilidade de alguns e radicalismo de outros, a disputa sucessória foi altamente dolorosa, perturbadora e tumultuada”. Para ele, foi traumático, porque separou em dois grupos, obviamente o que estava no poder e quis continuar e o que tentou chegar ao poder, não conseguiu e, por isso, se afastou. Kucinski traz mais detalhes sobre o encontro.

Comparecem 193 cooperados à assembleia de setembro de 1978, “o maior número de participantes em toda a história da Coojornal, e há uma verdadeira caçada a procurações, pois existem associados em todo o país e os grupos em disputa caçam os votos um a um”. A chapa de oposição, encabeçada por Marcelo Oscar Lopes, propõe um programa de renovação total da direção da Coojornal, de caráter democratista, seguindo a tendência já manifestada na crise de *Em Tempo*, e que incluía a reformulação das relações de trabalho “para evitar que funcionários ou associados sejam demitidos com base em decisões individuais [...]”. Propõe a escolha dos editores por eleição e a adoção de alguns critérios políticos na aceitação de trabalhos para terceiros (KUCINSKI, 1991, p. 150).

O grupo da situação, com José Antônio Vieira da Cunha como candidato à reeleição, conseguiu derrotar a oposição, mas à custa de uma plataforma populista, segundo Kucinski, que prometia “a implantação do projeto do semanário, ampliação do número de associados com trabalho permanente na cooperativa, criação de um fundo social que dê garantias a esses associados, maior participação de todos”. Pereira, que era da oposição, relata com emoção a lembrança daquela votação.

Eu me lembro que foi muito triste, foi muito pesado, muito beligerante. Um lado não conseguia ouvir o argumento dos outros, ou achava que o argumento dos outros era totalmente inacreditável. A gente não acreditava no argumento deles e eles não acreditavam nos nossos. Então foi algo de dois burros batendo com a cabeça. Eles ganharam a eleição e saímos fora. Não deu. Foi uma coisa muito violenta, brigada, discursos fortes, vaias, aplausos. Tinha muita gente, e cada procuração que era lida como voto a gente vaiava, porque na verdade, a procuração não era a pessoa ali votando (PEREIRA, 2018).

A procuração à qual André Pereira se refere é relativa ao fato de que muitos cooperativados votaram à distância a partir desse sistema, visto que muitos deles moravam em outros estados. Essa crítica da oposição vai ao encontro que eles não sabiam exatamente o que estava acontecendo no dia a dia de trabalho do empreendimento.

A gente considerou aquilo ali como uma espécie de deslealdade, porque as pessoas não sabiam o que estava acontecendo. Eles viam o *Coojornal* e pensavam, que legal isso e tal, mas não sabiam o que estava acontecendo. Foi meio desleal usar assinaturas e representações de pessoas que não conheciam a situação para ganhar a eleição (PEREIRA, 2018)

Polydoro, que era da chapa da situação, acha natural esse posicionamento, mas acredita que todos os sócios tinham o direito ao voto. Para ele:

O racha que fez parte do momento que se começou a discutir o que se queria depois (redemocratização), né? Um grupo queria uma coisa, outro queria outra. Nós, a nossa agenda era de redemocratização, eleição direta, anistia, liberdade de imprensa, essa era nossa bandeira. Depois vamos ver. Abre e depois nós vamos discutir. E tinha grupos que já tinha uma proposta transformadora da sociedade. Isso dava conflitos internos, e dentro da cooperativa também tinha. Tinha o Marcelo Lopes, já falecido, e era mais ou menos o líder desse pensamento de que o *Coojornal* tinha que radicalizar mais. Tinha o Nilson Figueiredo, que dizia que o *Coojornal* era um jornal liberal. Em alguns aspectos, é verdade, porque ele negociava com empresas que faziam anúncios e tal, como a gente fazia. Mas na época isso era visto como uma aliança espúria com o capital, por alguns (POLYDORO, 2018).

Essas reflexões evidenciam o caráter de embate que não começou em 1978, mas que já vinha desde o começo do empreendimento. Alguns pontos chamam a atenção e ajudam a perceber as fissuras. Entre eles, a ideia de comprar uma gráfica própria. Pereira lembra que não era exatamente contra, mas “ficou na dúvida” (PEREIRA, 2018). Já Guimaraens também estava na chapa de oposição, mas continuou na Cooperativa mesmo com a derrota.

Se criou uma chapa de oposição e a situação ganhou assim. A oposição fez 44% dos votos. A situação ganhou com votos de procuração, de outros estados que nem sabiam, e isso foi real. E ali, é claro, naquele clima de radicalização todo, muitos se afastaram se desassociaram. Então, ali a cooperativa perdeu uma energia muito grande, de pessoas jovens principalmente (GUIMARAENS, 2018).

Uma das acusações feitas contra a diretoria seria a centralização das decisões. O grupo que formou a oposição queria mais participação dos associados em todos os níveis de decisão, o que não era apoiado pela situação. Para a diretoria, uma maior democratização inviabilizaria a administração da cooperativa (ELLWANGER, 2011). Elmar Bones era da corrente da situação, que acreditava que era preciso preservar o trabalho da cooperativa. “O processo de democratização vai acontecer, a oposição está cobrando, a população está cobrando. Isso vai acontecer. É melhor a gente preservar o veículo, seguir nessa luta, recuar um pouco do que ir para o confronto porque vai quebrar a cooperativa” (BONES, 2018).

Outro grande motivo de discussão e de acirramento foi o projeto de um semanário, *O Rio Grande*, que acabou sendo lançado em maio de 1979 e teve duração de apenas alguns meses, até novembro do mesmo ano.

### 6.3.1 A promessa *O Rio Grande*

Kucinski afirma que o semanário acabou sendo a grande arma da vitória da eleição de 1978, porém o grupo hegemônico se viu forçado a lançar o semanário, sem estar convencido da sua viabilidade. “Contra o julgamento do gerente executivo, Eládio Vieira da Cunha, que se demite. O projeto do semanário elaborado por Elmar Bones é de uma auto-assumida falta de entusiasmo e criatividade” (KUCINSKI, 1991, p.170). Para Pereira (2018), fazer o *Coojournal* já era difícil e então investir em mais uma publicação independente seria muito complicado.

E a gente era contra o semanário *O Rio Grande*, por quê? Porque não tínhamos as condições transparentes, com clareza, do que se pudesse fazer um lançamento de jornal daquele porte, um semanário com aquela equipe, com aquelas funções. O que aconteceu? Eles lançaram e logo depois que a gente saiu e não durou. Foi um fracasso (PEREIRA, 2018).

Ellwanger em seu trabalho sobre a Cooperativa traz a informação que sempre foi uma intenção dos associados transformar o *Coojournal* em semanário. Em um contexto de disputa eleitoral, a solução encontrada foi lançar um jornal semanal regional. Isso porque a simples transformação do *Coojournal* em semanário demandaria muitos investimentos, por ser um jornal nacional. Polydoro (2018) confirma a ideia de que um semanário já existia, e que não foi uma invenção para conseguir mais votos de última hora.

Existia há muito tempo a ideia de que o jornal tinha que ser mais influente, mais ágil, tinha que ser mais “jornal”. E aquele momento a gente achava que era a hora de se fazer, mas foi um cálculo equivocado, sem dúvida. Pode ter ajudado a se eleger, mas era uma coisa que a gente já vinha discutindo. Achava que o ciclo era muito longo, o jornal não era muito influente, que era melhor então focar em algo mais regional e fazer um veículo mais influente aqui no Rio Grande do Sul. O Coojornal circulava no Brasil inteiro. Teve uma edição, acho que foi a 25ª, que vendeu mais exemplares na Zona Sul do Rio de Janeiro do que no Rio Grande do Sul inteiro (POLYDORO, 2018).

O jornal foi lançado, então, no dia 10 de maio de 1979, em solenidade no Auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde também foi apresentada a primeira edição do semanário. O editorial da quadragésima edição do *Coojornal*, de abril do mesmo ano, já avisava do novo empreendimento, mas sem citar a assembleia de 1978.

Há cinco anos, quando fundamos a Cooperativa, já estava em nosso plano oferecer aos gaúchos um jornal que cobrisse os fatos de cada semana, nos padrões do Jornalismo Interpretativo - que vai além dos fatos, buscando explicá-los e situá-los em seu devido contexto. Aos poucos fomos nos organizando e montando uma estrutura mínima para dar suporte ao jornal e resguardar a sua independência, que consideramos fundamental. Foi proveitoso ter trabalhado assim, devagar, mas com firmeza. Agora, achamos que chegou a hora e uma parte de nossa equipe - ampliada e reforçada - já está trabalhando nele com muito entusiasmo (COOJORNAL, ABRIL DE 1979<sup>42</sup>).

Segundo informações em notícia da própria 41ª edição do mensário, o jornal teve uma tiragem inicial de 35 mil exemplares, 24 páginas e um tamanho tabloide, custando cr\$ 15,00 e circulando às quintas-feiras. A ideia, ainda, era complementar o *Coojornal*, no sentido de que agora os limites ficariam mais bem definidos: O *Rio Grande* seguiria a cobertura de atualidades focando nas questões regionais, e o *Coojornal* se aprofundaria nos assuntos de cunho nacional, nas reportagens e análises, sendo ainda mais interpretativo e investigativo. A nota também informa que na redação de *O Rio Grande* trabalhavam 30 pessoas, entre repórteres, fotógrafos, ilustradores, diagramadores e editores. Além disso, o jornal contava com correspondentes nas principais capitais brasileiras e em Nova Iorque, Roma, Lisboa, Paris e Bonn.

Para Elmar Bones, o semanário também veio na ansiedade de atender uma demanda de postos de trabalho, pois havia ainda muitos profissionais desempregados. “Foi uma precipitação, porque o jornal acelerou a pressão contra nós. Os grandes jornais passaram a nos ver como concorrentes também. Foi um flanco a mais que a gente abriu sem ter a retaguarda necessária” (BONES, 2018). Rafael Guimaraens, por sua vez, se envolveu muito na empreitada, chegando a ser secretário de redação, fazendo muitas matérias. “A ideia era que o

<sup>42</sup> Editorial, sem autoria, edição 40ª, p.2

*Coojournal* se transformasse num semanário, mas preferiram preservá-lo, pois já era lido no país todo. Eu me envolvi muito no *Rio Grande*, acabei sendo secretário de redação e fazia muita matéria” (GUIMARAENS, 2018). O semanário circulou até novembro de 1979, tendo como a razão principal para o seu fim a falta de recursos para sustentar o jornal.

Em editorial da 46ª edição do *Coojournal*, é veiculada a notícia que *O Rio Grande* foi suspenso por tempo indeterminado e os esforços da cooperativa foram concentrados nos projetos já consolidados como o próprio *Coojournal* e também a revista *Ano Econômico*, que estava em sua segunda edição.

Hoje ele tem custos elevados e receitas muito pequenas e não vemos a curto prazo perspectivas de inverter a situação. As pressões que se desencadeiam sobre qualquer tentativa de implantação de um órgão independente hoje no Brasil são insuspeitáveis. E o resultado é que o jornal tem um desempenho financeiro muito aquém do que esperávamos. Sua venda avulsa - entre 4 e 5 mil exemplares por semana - pode ser considerada boa, se levarmos em conta que é um veículo novo, com um preço de capa de 15 cruzeiros e que não conta com qualquer apoio promocional e tem contra si, toda a má vontade da imprensa local, que sequer noticiou o seu lançamento (COOJORNAL, OUTUBRO DE 1979<sup>43</sup>).

O problema era também a venda de espaço publicitário, que acabou se revelando muito escassa. A previsão era de pelo menos duas páginas de anúncios por semana e a média não ia além de meia página por edição. A partir desse “racha”, e do fracasso do *Rio Grande*, a *Coojournal* perde boa parte da sua energia vital. O grupo derrotado agita a cidade de Porto Alegre com um ciclo de debates críticos sobre a cooperativa, é acusado pela direção de usar indevidamente o nome da cooperativa, e retalia cobrando o exame da situação de associados que também têm empresas particulares de prestação de serviços (KUCINSKI, 1991). Embora envolva ainda uma disputa acirrada de memória, o racha é um dos principais motivos que levaria ao fim da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

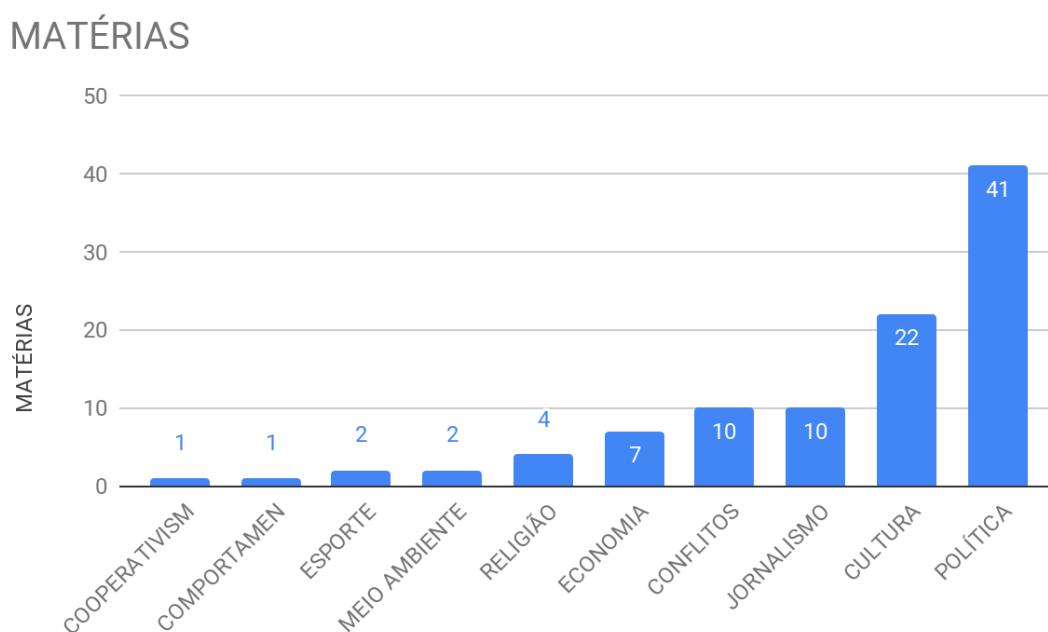
#### **6.4 As dificuldades impostas pelo contexto pré-redemocratização**

A década de 1980 para o *Coojournal* inicia-se com a troca no cargo de editor, quando sai Elmar Bones e entra o jornalista Osmar Trindade. Acreditamos que essa mudança é um ponto importante para a história cultural que estamos realizando sobre a publicação, pois começa a mudar também o perfil editorial do mensário. Com isso, realizamos o último recorte, com o *corpus* do período correspondendo da 50ª edição até a última, a 78ª edição. São 100 textos oriundos das chamadas das capas. Neste momento, pode-se observar um crescimento das temáticas de Cultura e Conflitos Sociais, embora Política ainda permaneça

<sup>43</sup> Editorial, sem autoria, edição n 46ª, p.2

em destaque. Pode-se notar uma tentativa clara de busca de mudança editorial. Política tem 41 aparições; Cultura, 22; Jornalismo, 10; Conflitos Sociais, 10; Economia, sete; Religião, quatro; Meio Ambiente, dois; Esporte, dois; Comportamento, um; e Cooperativismo, um. É possível conferir no gráfico a seguir a relação total.

Gráfico 4 - Número dos principais temas do Coojornal após troca de editor



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Entre os motivos para a saída de Elmar Bones do cargo está um desânimo com a situação da cooperativa pós-eleição de 1978.

O cooperativismo ele é uma forma de organização muito produtiva, gera uma sinergia, mas também tem uma baixa tolerância para a dissensão. Quando se estabelece uma divisão dentro, daí a cooperativa vai para o brejo, sabe? Difícil voltar. E quando houve aquela assembleia que ganhou a situação, o ambiente já foi de desentendimento total, da quase não aceitação. Ali, eu lembro que eu saí com o Gilberto Pauletti, e disse, acabou. Não vai resistir (BONES, 2018).

Além disso, houve também a possibilidade de trabalhar em uma sucursal da *Gazeta Mercantil* que seria aberta na Bahia. Elmar, entretanto, acabou indo para Santana do Livramento, onde com outros dois jornalistas assumiu o controle do jornal *A Plateia*, que na época estava em decadência. Foi o primeiro periódico em que trabalhou e a oportunidade de fazê-lo voltar ao sucesso chamou sua atenção. “Único cara que escolheu ir para Santana do



Livramento ao invés da Bahia nos anos 80” (BONES, 2018). A empreitada é noticiada na 53ª edição do *Coojournal*, em uma pequena nota assinada por Rafael Guimaraens.

Figura 21 - Recorte de página interna da 53ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Apesar da mudança de editor, o tema Política segue como o maior destaque nesse período do *Coojournal*. A matéria mais representativa desse tipo foi a capa da 50ª edição, justamente a da mudança do editor, que mostrava os relatórios do exército sobre a guerrilha. A reportagem teve fortes consequências também no final da Cooperativa, uma vez que levou a aumentar a perseguição sobre os jornalistas responsáveis, levando mais no final da Cooperativa a prisão de quatro deles: Elmar Bones, Rosvita Sausserig, Osmar Trindade e Rafael Guimaraens. O material veiculado era a versão oficial do exército sobre a perseguição e a morte do Capitão Lamarca, um tema que o *Coojournal* já havia explorado como citamos anteriormente, mas agora eram documentos secretos e, até então, inéditos. Conforme a reportagem, foram empregados 2954 oficiais, entre membros do Centro de Informações do Exército, regimentos de infantaria e paraquedistas das forças especiais, policiais da Polícia Militar e Rodoviária de São Paulo e do Dops, além da Marinha para vasculhar a área e capturar nove integrantes da organização VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) comandados pelo Capitão Carlos Lamarca, que instalou dois centros de treinamento de guerrilha na área. Quem assinou a matéria foi Osmar Trindade e Elmar Bones.

É importante ressaltar que o *Coojornal* já havia chamado a atenção do SNI, devido à matéria sobre os cassados e também em relação à matéria dos ex-tupamaros. Agora, com a divulgação dos relatórios oficiais, a pressão aumentou. Em março, após uma troca de notas oficiais entre o Ministério do Exército e a Cooperativa dos Jornalistas a respeito da divulgação dos relatórios, o III Exército intimou inicialmente Rafael Guimaraens e Rosvita Saueressig a prestarem depoimento, pois estavam indiciados no inquérito policial militar como cúmplices pela divulgação dos documentos secretos. Mais tarde foram chamados os autores da reportagem, Elmar Bones e Osmar Trindade. A prisão de fato só iria acontecer cerca de dois anos depois. Rafael Guimaraens lembra que ao receberem o material houve muito tempo de discussão sobre se lançavam ou não a matéria.

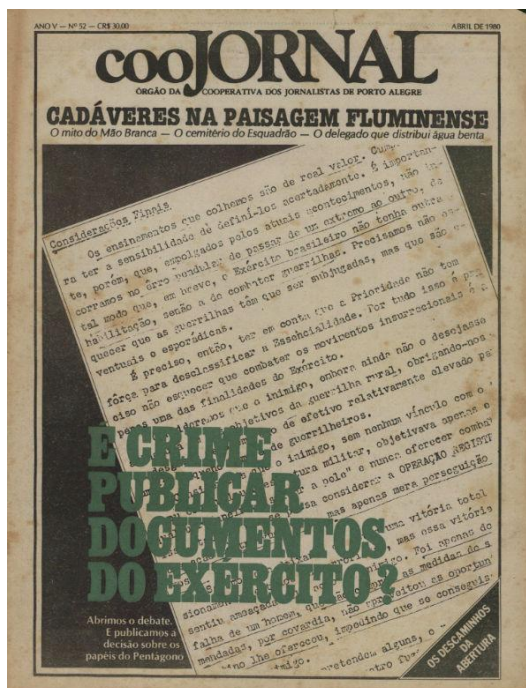
A gente discutiu muito por alguns meses, se devia publicar, ou não. Um grupo menor de pessoas, o Elmar, o Vieira, o Trindade, o advogado, a Rosvita, o Geraldo Hasse, Geraldão, o Luiz Claudio Cunha, acho que também participava. Também não tava aqui, mas era um cara muito ouvido no Coojornal. E foi publicado, daí veio a repressão direto, comandante do terceiro exército, a mando do comandante do Terceiro Exército, general Antônio Bandeira, da linha-dura, na verdade, um fascistão (GUIMARAENS, 2018).

Elmar relembra que conversou com a fonte dos documentos, que mais tarde se revelou um cabo do exército militar que servia no décimo quarto regimento em Dom Pedrito. “Fiquei com a impressão que ele era muito esperto. E que aquilo ali era uma isca, entende? Pressionaram os anunciantes, pressionaram não sei o quê, mas a gente tava sobrevivendo, o jornal continuava. Precisava de um troço mais forte, então, fizeram essa isca” (BONES, 2018). Elmar relata que deixou a matéria editada, mas não diagramada quando saiu do cargo de editor do *Coojornal*. Em seu entendimento, a matéria deveria ser publicada em outro momento, porque poderia “afundar” a Cooperativa.

Eu era o que mais segurava. Então, também essas coisas acabavam desgastando. E o pessoal que ficou lá, a primeira coisa que eles fizeram foi publicar a matéria, só que eles não tiveram o cuidado. Nos documentos que entregaram tinha uma parte que aparecia a identificação, dava a procedência da onde tinha vindo aquilo tudo. Qualquer papel tem que saber da onde ele saiu. E isso tinha que ser rasurado, apagado. E o pessoal não fez questão, publicaram assim mesmo. E era o que os caras queriam, daí identificaram e foram no cara que nos entregou o negócio e o cara contou uma história que tinha sido subornado. E por aí foi. Eu não tava mais lá e eu achei até que eu ia ser consultado se publicasse, porque...Os documentos estavam conosco todos eles, e eram documentos inéditos, entende? Não havia perigo de ninguém publicar, e era uma matéria que era um troço importante, mas era altamente explosivo. Era necessário escolher uma hora muito certa para largar. Aí não deu outra, deu processo na hora, né? (BONES, 2018).

O caso é repercutido ainda na 52ª edição, na matéria *É crime publicar documentos do exército?*, em que o jornal convidou alguns especialistas para darem suas opiniões sobre o acontecimento.

Figura 22 - Capa da 52ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupec), da Pucrs.

Outra dificuldade que começa a aparecer nessa época também são os atentados às bancas de jornais, sendo que no dia 27 de julho de 1980, uma banca de jornal no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro foi incendiada. Na madrugada do dia três de agosto de 1980, duas outras bancas sofreram com a violência. Os atentados foram contra a venda de publicações da imprensa alternativa. O *Coojornal* aborda esses acontecimentos em editorial da edição de agosto de 1980.

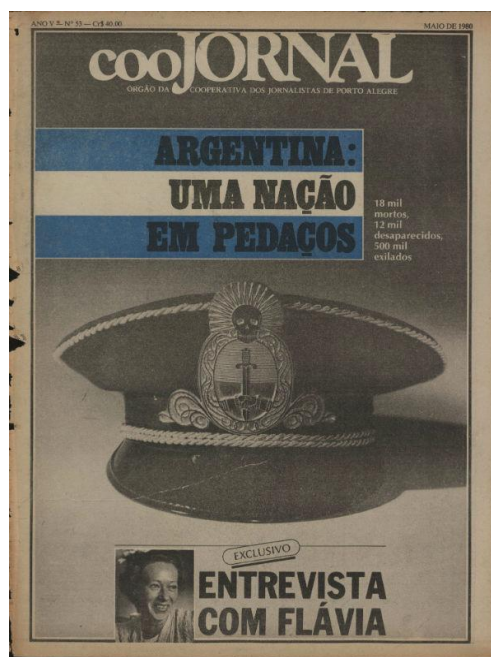
Resta-nos, então, fazer uma exigência e um apelo. A exigência é dirigida às autoridades responsáveis pela segurança dos cidadãos e das instituições deste país no sentido de que, pelo menos uma vez, os autores desses atentados - assumidos com alarde por organizações de extrema direita - sejam identificados e punidos de acordo com a lei. Para nós, jornalistas profissionais desde os tempos negros, é difícil esquecer a eficiência e a competência com que foram identificados, desmantelados e severamente punidos os grupos de oposição que um dia também partiram para a oposição violenta (COOJORNAL, AGOSTO DE 1980<sup>44</sup>).

<sup>44</sup> Editorial, sem autoria, 56ª Edição, p.2

Na edição seguinte, de setembro de 1980, há ainda uma página inteira dedicada à campanha de assinatura do *Coojornal*. Com letras garrafais, a frase “Contra o terror, ideias!”, e um texto informando que estavam lançando uma grande campanha de assinaturas do *Coojornal*, procurando neutralizar os efeitos dos atentados terroristas contra as bancas de jornal. A ideia era que, a cada três assinaturas vendidas, o leitor teria direito a escolher um livro entre os selecionados pela *Cooperativa*.

Também durante esse período surgem várias matérias quase que em sequência sobre países do Conesul, todas relacionadas com a questão ditatorial, que era vigente em vários países da América Latina na época. A primeira é de março de 1980, sobre o Paraguai, mais especificamente a respeito de um livro que estava sendo preparado pelo historiador Júlio José Chiavenato e que faz uma análise da corrupção e do arbítrio que sustentou uma das mais duradouras ditaduras da América Latina. Na 56ª edição, o alvo é a Bolívia, em matéria intitulada *Bolívia: Direita, volver (190 vezes)*. O repórter Licínio Azevedo, uma figura constante no expediente do *Coojornal* como freelancer, passou 25 dias na Bolívia entrevistando diversos políticos antes e depois das eleições. Acabou saindo do país um pouco antes do golpe militar e produzindo uma grande matéria também de cunho histórico.

Figura 23 - Capa da 53ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

A Argentina ganha um espaço privilegiado com dois grandes destaques na capa, o primeiro é de maio de 1980, com a matéria *Argentina: uma nação em pedaços*. A reportagem

é assinada pelo jornalista Geraldo Hasse e aborda os absurdos números da ditadura que aplacou o país: 18 mil mortos, 12 mil desaparecidos e 500 mil pessoas no exílio - neste sentido, muito mais dura que a do Brasil. Há, ainda, um aviso quase irônico entre parênteses, que diz “Estes textos não fazem parte de qualquer campanha para denegrir a imagem da Argentina”. Na edição de julho de 1980, há também destaque para o movimento argentino das “Mães da Praça de Maio”, o grupo de mulheres que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o terrorismo de Estado da ditadura militar, que governou o país entre 1976 e 1983. Elas se organizaram tentando descobrir o que ocorreu com seus filhos e começaram a fazer passeatas em 1977 na Praça de Maio, em Buenos Aires, em frente à Casa Rosada, a sede do governo argentino, em desafio público ao terrorismo de Estado do governo. Vestindo lenços de cabeça brancos para simbolizar as fraldas de seus filhos perdidos, as mães marcharam em solidariedade para protestar e responsabilizar o governo pelas violações de direitos humanas cometidas durante o período ditatorial.

### **6.5 Mudanças na direção da cooperativa e alterações no projeto editorial**

Em janeiro de 1981, a Cooperativa mudava, enfim, de presidente, saindo José Vieira da Cunha, que ficou três mandatos, e assumindo Osmar Trindade. Segundo Kucinski (1991, p. 150), “não há mais oposição, e reelege-se o mesmo grupo, com Osmar Trindade revezando na presidência”. A informação que o autor traz faz sentido já que da 61<sup>a</sup> até a 63<sup>a</sup> edição, José Vieira da Cunha ocupa o posto de editor do *Coojournal*. Depois, ele viria a ocupar o cargo da então nova editoria de Cooperativismo.

Com o empreendimento atravessando dificuldades, há na 63<sup>a</sup> edição, de março e abril (a primeira de dupla circulação, desde a época dos boletins), um editorial simbólico dos novos tempos.

Neste segundo trimestre do ano, as reformulações pelas quais está passando a Cooperativa dos Jornalistas chegam ao seu *Coojournal*, veículo que durante seis anos empenhou-se em se manter alinhado com o pensamento de resistência que propunha um debate mais amplo visando alterar a estrutura política da nação (COOJORNAL, MARÇO/ABRIL de 1981<sup>45</sup>).

A partir disso, decidiu-se interromper a circulação mensal do *Coojournal* para trabalhar em um projeto atento a urgentes exigências do que o grupo entendia como um novo momento do País.

---

<sup>45</sup> Editorial, sem autoria, 63<sup>a</sup> Edição, p.2

A chamada sociedade civil conquistou novos espaços, estamos bem distantes dos dias sombrios de quatro, cinco anos atrás. Não há como negar, igualmente, que ainda há muito por fazer, novas exigências são lançadas à sociedade brasileira para que alcancemos, no mais breve espaço de tempo possível, a tão desejada normalidade política. No início de junho, quando voltarmos às bancas, o leitor vai encontrar um jornal mais atual e dinâmico, mais de acordo com o presente, renovado em seus temas e em sua feição gráfica, com um padrão editorial mais abrangente e diverso - e, naturalmente, com a mesma independência crítica e seriedade profissional que sempre caracteriza o *Coojornal* (COOJORNAL, MARÇO/ABRIL de 1981<sup>46</sup>).

Interessante notar a abordagem “mais atual” que o editorial propõe para essa nova reformulação. Trata-se de um contraste com a proposta anterior, mais voltada ao registro da história recente e que garantiu os momentos mais celebrados do *Coojornal*. Em junho de 1981, na 64ª edição, pode-se observar no destaque principal da capa uma entrevista com Odorico Paraguaçu, um personagem da novela *Bem Amado*, de Dias Gomes<sup>47</sup>. No caso, o autor da novela respondeu às perguntas do *Coojornal* como se fosse o personagem. Trata-se de uma matéria bem elucidativa nessa tentativa de mudança de postura editorial, e que vai se tornar um formato repetido: as entrevistas com personagens ficcionais. O editorial desta edição reflete sobre o andamento do jornal e do Brasil.

Quando anunciamos nossa parada por um mês, estávamos diante da chamada verdade cristalina: o país mudou. E nós, o que faremos? Bem, começamos por fazer aquilo que realmente sabemos fazer: jornalismo. Mas, no caso, era preciso um jornalismo mais abrangente, de olhos atentos ao Brasil que está surgindo. Se algumas estruturas continuam intactas, também é verdade que não respiramos um ar tão rarefeito. Apesar disso, fazíamos um jornal que não espelhava, como tão bem soubera fazê-lo, o tempo que vivíamos (COOJORNAL, JUNHO DE 1981<sup>48</sup>).

A conjuntura já era outra nesse momento, em um período de pré-redemocratização, com a revogação do AI-5 em dezembro de 1978, a promulgação da lei da Anistia em agosto de 1979 e a volta dos exilados, e uma retomada dos partidos políticos. Com o retorno ao pluripartidarismo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram extintos dando lugar a novos partidos políticos. O MDB virou Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a ARENA virou o Partido Democrático Social (PDS). Foram também criados o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>46</sup> Editorial, sem autoria, 63ª Edição, p.2

<sup>47</sup> Dias Gomes foi, romancista, contista, teatrólogo, autor de peças consagradas como o *Pagador de Promessa* e de novelas igualmente consagradas como *Roque Santeiro* e o *Bem-Amado*. Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/dias-gomes/biografia>

<sup>48</sup> Editorial, sem autoria, 64ª Edição, p.4

Para abordar esses novos tempos, a escolha foi criar diferentes editorias, como a de Comportamento, Cultural, Geral e a já citada de Cooperativismo - um tema que o *Coojournal* nunca realmente deixou de abordar e que volta a ter um maior destaque aqui também. Agora ao invés da figura de um editor-chefe há, então, seis diferentes editores para cada editoria: as quatro citadas anteriormente, mais humor e fotografia. Osmar Trindade é creditado como Diretor-Editor. Muda também o tipo de papel do *Coojournal*, agora é um de qualidade superior, chamado de offset. Guimaraens acredita que a transição das questões políticas para uma pauta mais comportamental não funcionou, porque o jornal já estava desgastado.

Independente do jornal ter perdido a qualidade, a pauta já não atraía tanto os leitores. E daí tentamos fazer uma coisa mais puxada para o comportamental. Tem essa matéria que é emblemática sobre o Gabeira, que é esse cara que falava da política do corpo, com o Paulo Schiling, um cara mais ortodoxo da esquerda. Tentamos levar essa discussão, tinha também a matéria da maconha, do Peninha. Uma matéria sobre a noite do Bom Fim. A gente já tinha feito duas ou três entrevistas com a Elis, e essa última entrevista era meio baixo astral, ela já tava mal, meio em crise. A outra entrevista ela tava super vigorosa, sorrindo. E nessa última, na própria capa, ela já tava com uma cara triste, deprimida. Então, acho que esses dois momentos da Elis eles são ilustrativos de um tipo de trajetória que o jornal enfrentou e da dificuldade até da gente mesmo se adaptar a isso, de fazer um outro tipo de pauta, quando a gente queria continuar denunciando, queria continuar colocando o dedo dentro da ferida. De repente a gente não sabia fazer essa outra coisa que a gente se propôs a fazer, não sabia fazer direito (GUIMARAENS, 2018).

Quanta à mudança de cobertura, fica evidente o aumento no destaque para a área cultural, já na edição de janeiro de 1981, pode-se observar três chamadas de capas no segmento: *Quem precisa de um Beatle?*, um ensaio sobre a famosa banda da Inglaterra e a então recente morte de John Lennon; *O movimento dos intelectuais gaúchos*, uma matéria que mostra uma união de várias figuras ligadas à cultura do estado em busca de melhorias para o setor na área política; e também mais um elemento ligado ao já citado espaço de ficção, que ganha bastante destaque nesse momento do *Coojournal*. Trata-se de uma história inventada sobre uma explosão na central nuclear de Angra dos Reis. Ainda nessa mesma ideia seguem as entrevistas com personagens ficcionais: na edição de setembro de 1981 é “entrevistado” o Macanudo, famoso personagem de Santiago, um dos cartunistas frequentes no *Coojournal*; em julho de 1981, é a vez do personagem Analista de Bagé, de Luis Fernando Verissimo, passar por questionamentos. Interessante notar que em ambas as entrevistas há encenação dos personagens com atores os interpretando e cuidado com o cenário. É a 65ª edição, quando o humorista José Guaraci Fraga fez o papel de Analista de Bagé, e o cartunista Francisco Juska, o seu paciente. Nessa época, Edgar Vasques era o editor de arte e também é creditado quando surge a editoria de Humor no Expediente.

O departamento de arte fazia tanto ilustração para o *Ano Económico* como para o *Coojournal*. A ilustração era primorosa lá dentro, tinha o Santiago, o Eugênio Neves, que na época assinava Corvo, era um dos pilares do departamento de arte. Todos artistas de alta qualidade na ilustração. A gente inventava técnicas, tinha grande liberdade. Tinha a gurizada que tava aparecendo... Então era um grande laboratório, um laboratório livre. Ninguém dizia o que não podia fazer. O resto dos jornalistas, os administradores e tal, traziam pro departamento de arte as demandas. E o departamento de arte decidia como resolver. Não tinha essa de indicar o que queria. Eles diziam o quê, e a gente dizia como. Então, foi um momento assim de qualificação dessa área, da aplicação editorial da arte. Eu até não tô querendo citar muitos, porque vou esquecer alguém a essa altura (VASQUES, 2018).

Ainda na área da Cultura, pode-se observar também um crescimento em pautas ligadas à televisão, que ganhava ainda mais inserção no Brasil. Segundo Mattos (2000), o crescimento da televisão brasileira nesta época pode ser medido através do número de residências com receptores de televisão. O censo nacional de 1980 constatou que 55% de um total de 26, 4 milhões de residências já estavam equipadas com aparelhos de TV, um crescimento de 1.272% entre 1960 e 1980. O autor também traz a informação de uma pesquisa realizada pelo IBOPE, em 1980, em que foram ouvidos três mil telespectadores, homens e mulheres, os resultados fortaleceram a visão de que o telejornalismo era a mais importante fonte de informação da população. O primeiro dado era de que 73% do público pesquisado tinham acesso à televisão. Os telejornais foram identificados como os preferidos por 87,4% dos homens e como sendo o segundo programa preferido de 71,3% das mulheres. O programa preferido das mulheres eram as telenovelas e o segundo preferido dos homens, os programas esportivos. “A televisão brasileira começou a ficar menos dependente tanto nos aspectos econômicos e tecnológicos como também dos produtores americanos. Apesar disso, permanece dependente do suporte publicitário de agências e anunciantes estrangeiros” (MATTOS, 2000, p.126). Esta fase caracteriza-se também pelo fim da censura prévia aos noticiários e à programação da televisão, com a revogação do Ato Institucional nº5 pelo presidente Ernesto Geisel em 1978.

Na 71ª edição, de janeiro de 1982, há entrevista com José Ramos Tinhorão, crítico de música do *Jornal do Brasil* na época, e conhecido por ser um dos primeiros pesquisadores a relacionar a música popular com os problemas sociais.



Figura 24 - Página Interna da 71ª edição do mensário

**O povo está fora dos meios de comunicação**

**Brasileiro radical, Tinhorão já foi estigmatizado como um intransigente. Nesta entrevista ele mostra, de fato, que não faz concessões, mas há espaço, não há saída\***, diz

**CONVERSÃO**

**INTEGRAÇÃO**

**DIRETORIA DA UNIDONTO**

**DE SAÚDE PARA**

**UNIDONTO**

**A UNIDONTO PROPÕE A TODAS AS COOPERATIVAS UM BOM NEGÓCIO**

**unidonto**

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

À época da entrevista, Tinhorão estava para lançar um novo livro e acabou falando sobre a programação da televisão, a qual afirmou que não concedia espaço para a arte popular. Em junho de 1981, foram entrevistados o jornalista e diretor de teatro que assinou no *Pasquim* uma coluna chamada *Underground*, Luis Carlos Maciel, e a atriz Regina Casé, que surgiu na década de 1970 com o grupo Asdrubal Trouxe o Trombone. A ideia era refletir sobre as décadas de 1960 e 1970 para entender como poderiam ser os anos 1980 no Brasil. Há, ainda, a criação de um espaço de agenda de eventos chamado *Dicadeira*, na 75ª edição, uma outra tentativa de tornar o *Coojornal* mais próximo do dia a dia do seu leitor através da divulgação de eventos e produtos culturais. O espaço cresce também para a crítica cinematográfica, com destaque para o jornalista Luis Carlos Merten, que começava a surgir profissionalmente na época. Na 68ª edição, há o texto *A vitória operária no cinema*, em que ele faz um apanhado revelando o aumento dos filmes sobre trabalhadores no Brasil.

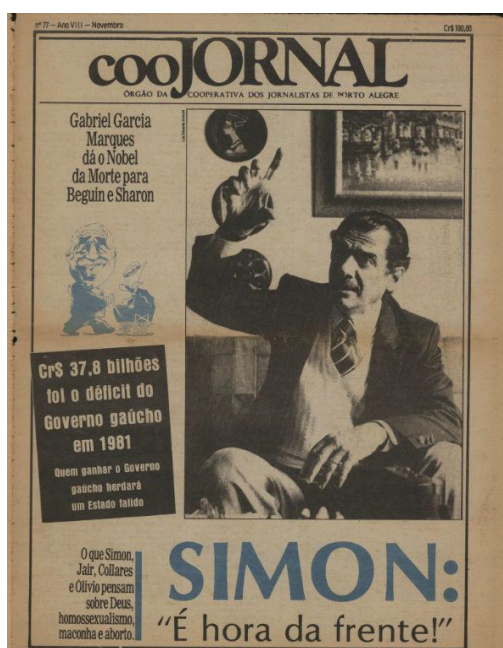
Além desse aspecto cultural, é possível observar um maior foco na cobertura de conflitos sociais, principalmente sobre a questão da violência. Em nível nacional, com a reportagem *O exército de 25 milhões - a situação do menor brasileiro, uma vergonha nacional*, de janeiro de 1981, e *A nova favela brasileira*, uma questão sobre a moradia no País. Interessante notar também que a partir do mesmo ano, particularmente na edição dupla de março/abril, o *Coojornal* começa a focar no local novamente em suas reportagens, com destaque para a matéria *Na terra do cano serrado - um retrato de Alvorada, a cidade mais*

*violenta do sul do Brasil*. Há, inclusive, uma foto que mostra de forma sensacionalista uma cabeça decapitada. Em novembro de 1981, uma reportagem sobre os rios do Rio Grande do Sul que estariam cada vez mais poluídos, é o meio ambiente e o local ganhando destaque novamente.

Apesar do foco em outros temas, a política ainda segue um dos assuntos bem explorados pelo *Coojornal* também neste período como, por exemplo, uma matéria que mostra uma pesquisa do jornalista Bernardo Kucinski, que depois se tornaria pesquisador referência na área da imprensa alternativa durante a ditadura civil-militar no Brasil. A matéria aborda um livro sobre a abertura política que Kucinski lançaria ainda naquele ano (a matéria é de janeiro de 1982). O jornal também dá destaque para novas lideranças que estavam surgindo no momento, como Luiz Inácio “Lula” da Silva e Olívio Dutra.

Aliás, Olívio Dutra é o primeiro entrevistado da série de candidatos ao governo do Estado, na primeira eleição direta desde os anos 1960. Depois ainda foram entrevistados Alceu Collares e Pedro Simon, que também eram candidatos. Uma das últimas matérias no segmento da política é publicada na 77ª edição, quando são entrevistados todos os candidatos ao governo do estado do Rio Grande do Sul sobre assuntos tabus e não costumeiramente debatidos, como religião, sexualidade, drogas, e comunismo - muitos temas ainda em discussão atualmente na nossa sociedade. Nas eleições de 1982, o governo legislou abundantemente, buscando enfraquecer e dividir a oposição: restabeleceu o voto direto para governador, mas não permitiu coligações, obrigou o voto vinculado (só em candidatos da mesma legenda) e o lançamento de chapas completas ao Executivo e ao Legislativo. Mesmo assim, não conseguiu impedir o clima plebiscitário que a eleição assumiu entre PDS e PMDB. Este chegou ao governo em nove estados, inclusive os dois de maior eleitorado, São Paulo, com Franco Montoro, e Minas Gerais, com Tancredo Neves. No Rio de Janeiro, venceu Leonel Brizola, do PDT. A oposição passou a governar a maior parte da população do país. No Rio Grande do Sul, entretanto, ganhou o candidato Jair Soares, do PDS.

Figura 25 - Capa da 77ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

Elmar Bones afirma que houve um apoio por parte da Cooperativa nas eleições de 1982 ao candidato Pedro Simon, porque desse modo poderia se ter uma solução política aos problemas que o empreendimento estava atravessando, sobretudo uma enorme dívida que acabou fazendo dois sócios fiadores perderem dinheiro e imóveis. Desse modo, se Simon ganhasse seria mais fácil o diálogo com o novo governador sobre essa questão da dívida, que vamos explorar no próximo tópico.

Comprometeu o jornal, o jornal nunca tinha tomado assim essa atitude de assumir uma candidatura. Nunca tinha se envolvido. Ao contrário, ele tinha uma posição crítica do ponto de vista ideológico, mas não era partidário. Ele apoiava a oposição como um todo, ele não apoiava, ele dava espaço para a oposição, porque o problema é esse: a oposição não tinha espaço na imprensa (BONES, 2018).

O Cooperativismo também retorna com destaque no mensário na capa da 73ª edição, quase perto do final, mais uma vez de circulação bimensal devido às dificuldades financeiras. A manchete traz novamente o local em foco, com *O Cooperativismo gaúcho dá um grito de independência*, evidenciando o recuo do *Coojournal* em comparação a tempos passados recentes. No editorial desta edição, há a informação de que a circulação voltaria a ser apenas regional e uma promessa de que o *Coojournal* retornaria a periodicidade mensal. Entretanto, resistiria apenas mais cinco números, até a derradeira 78ª edição.

Tranquelize-se: o *Coojournal* não virou bimensal. Apenas a luta diária pela sobrevivência nos força a algumas adaptações editoriais, a fim de evitar que os constantes aumentos de custos nos sufocassem, como já sufocaram outros jornais importantes da imprensa independente. A partir desta edição, o *Coojournal* volta a circular na primeira semana de cada mês, agora com venda em banca restrita ao Rio Grande do Sul. Nosso compromisso com a verdade e a fidelidade da nossa informação, modéstia à parte, continuam os mesmos. Boa leitura (COOJORNAL, ABRIL/MAIO DE 1981<sup>49</sup>).

A publicidade se torna cada vez mais escassa, com páginas específicas destinadas a pequenos anúncios de profissionais liberais, como advogados, arquitetos, livreiros. A pedido dos leitores, segundo informa um dos últimos editoriais, o papel também volta a ser o tradicional “papel-jornal” ao invés do *offset*. Nessa mesma época, muitos jornais da imprensa alternativa estavam fechando, e o *Coojournal* noticiava também esses fechamentos, um contraste à época do boletim, quando surgiam, aos montes, novos jornais alternativos. Há uma pequena matéria na 50ª edição intitulada *Crise na imprensa alternativa* que já mostrava a queda dos “nanicos”, trazendo entrevistas com os jornalistas Raimundo Pereira, do jornal *O Movimento*, Flávio Andrade, do *Em tempo*, e Gildo Brandão, um dos editores do *Voz da Unidade*. “A gente promoveu uns dois encontros da imprensa alternativa. Vinha o pessoal do *Pasquim*, do *Movimento*, do *Opinião*, *De Fato*, o *Em Tempo*” (GUIMARAENS, 2018).

A 65ª edição, de julho de 1981, é reveladora nesse sentido: a capa é toda destinada à pressão que o *Coojournal* atravessava, relativa à publicação dos documentos oficiais do exército militar brasileiro que mostravam a perseguição final a Carlos Lamarca no sertão da Bahia. A reportagem obteve grande repercussão e ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, um dos mais importantes do País, e provocou o já citado processo movido pelo Exército. Os quatro jornalistas, Osmar Trindade, Rafael Guimaraens, Elmar Bones e Rosvita Saueressig agora foram condenados pelo Conselho de Sentença da Auditoria Militar de Porto Alegre a cinco meses de prisão pela publicação dos documentos oficiais.

---

<sup>49</sup> Editorial, sem autoria, 63ª Edição, p.2

Figura 26 - Capa da 65ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupecc), da Pucrs.

O direito de responder em liberdade é negado a Rafael Guimaraens e Osmar Trindade, devido a uma interpelação judicial que caracteriza “maus antecedentes”, então eles ficaram presos durante 17 dias até serem soltos graças a um *habeas corpus*. Já Elmar Bones e Rosvita Saueressig poderiam responder em liberdade.

O conselho de sentença era assim: seis coronéis e um civil, e um juiz. Os militares queriam nos condenar a oito anos de prisão. E o juiz dizia que era um absurdo, e não tinha embasamento para isso. Ficou uma discussão muito grande, mas na cabeça deles alguém tinha que sair preso dali. E eu e o Trindade tínhamos contra nós uma interpelação feita por um coronel do exército de São Leopoldo, o Atila Rohrsetzer, que era da turma do Brilhante Ustra, e que se envolveu no sequestro dos uruguaios, a gente apontou o nome dele como sequestrador, até o codinome dele que era Doutor Ataliba, e daí ele nos interpelou judicialmente, não processou, interpelou para saber a fonte. E o jornalismo não diz a fonte, o nome tá preservado. Mas entrou essa representação e eles consideravam até rever isso. E daí eu e o Trindade ficamos presos um tempo no Madre Pelletier e saímos com *habeas corpus* (GUIMARAENS, 2018).

O editorial desta edição é de Osmar Trindade, redigido diretamente do presídio Madre Pelletier. Nele, apesar das dificuldades, é celebrado o sétimo aniversário da Cooperativa que se aproximava, reafirmando os ideias de independência e da insaciável busca pela informação.

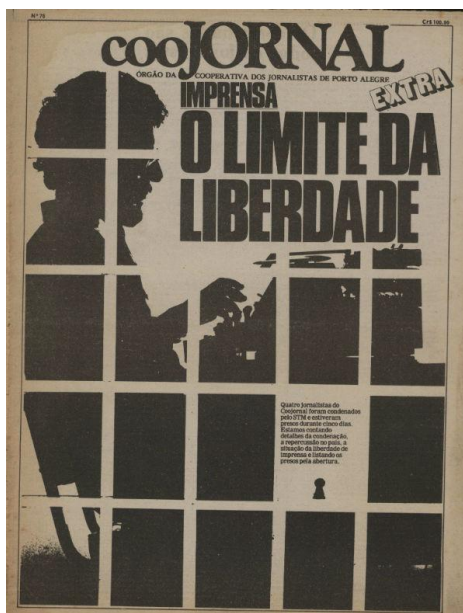
Enquanto o *Coojornal* era lido e apreciado nos amplos setores da opinião pública, outras forças se arregimentaram em torno de um objetivo insano: colocar dificuldades de todas as ordens no caminho trilhado pelo jornal e pela Cooperativa que o edita. Anunciantes do jornal foram amedrontados por ameaças veladas em

alguns casos e ostensivas em outros; clientes de serviços gráficos proporcionados pela Cooperativa foram sugestionados a trocarem de oficinas; o nome do jornal frequenta listas de organismos de segurança que o apontam como “publicação perigosa” ou algo do gênero; exemplares do jornal foram queimados em bancas que sofreram atentados a bomba; e os negócios da Cooperativa numa dezena de vezes foram prejudicados por anônimos e bem situados agentes que prestam serviços a setores do Governo (COOJORNAL, JULHO DE 1981<sup>50</sup>).

Esse episódio seria um dos pontos fundamentais também para o final da Cooperativa e do *Coojornal*. Já na penúltima edição em circulação do mensário, a 77ª, de novembro de 1982, não é lembrado em nenhum momento o aniversário do *Coojornal*, que então completava sete anos, desde seu lançamento com o formato de boletim, em novembro de 1975. Há uma pequena nota chamando para a assembleia da Cooperativa, que acabaria elegendo a então última equipe de direção.

## 6.6 O fim sem despedida do *Coojornal*

Figura 27 - Capa da 78ª edição do mensário



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Ciência da Comunicação (Nupec), da Pucrs.

A última capa do mensário *Coojornal* é uma ode à liberdade de imprensa. A data é de março de 1983, e é tratada como uma edição extra, isto é, de caráter especial devido à nova prisão dos jornalistas Elmar Bones, Rosvita Saueressig, Rafael Guimaraens e Osmar Trindade relacionada novamente ao processo dos relatórios da guerrilha do exército. A edição especial traz a informação que o julgamento ocorreu em sessão secreta no dia 9 dezembro de 1982

<sup>50</sup> Editorial, sem autoria, 65ª Edição, p.2

pelo Supremo Tribunal Militar, que manteve a pena de cinco meses noticiada na citada capa da 65ª edição. O advogado dos jornalistas havia sido convocado através do Diário Oficial, que na época chegava a Porto Alegre com três dias de atraso, e, segundo informações contidas na edição especial, a convocação não tinha o nome das partes. Elmar Bones foi o primeiro preso no dia 23 de fevereiro. “No dia seguinte fizeram uma negociação para a gente se entregar. O Elmar passou a noite no presídio central, ficou na mesma cela de um cara que matou um cara no Parcão com um golpe de karatê. Mas logo depois foram os quatro para o Madre Pelletier” (GUIMARAENS, 2018). Todos foram liberados após cinco dias, graças a um habeas corpus deferido pelo juiz Rafael Mayer. Eles recorreram ao Supremo Tribunal Federal, onde o caso acabou prescrevendo (GUIMARAENS; BONES; CENTENO, 2011).

André Pereira lembra que nesse momento o grupo de oposição que tinha saído no racha retornou para fazer essa edição. “A oposição e a situação se reuniram para fazer esse jornal, acho que foi algo inédito. Mas não adiantou, já não tinha mais condições, aquela ruptura foi tão grave, tão brutal, tão devastadora, que as pessoas ficaram inimigas” (PEREIRA, 2018). Segundo Ucha (1988), a última edição não chegou a ter uma boa circulação devido a desentendimentos políticos entre os integrantes que a fizeram.

Ao mesmo tempo, estava em desenvolvimento a campanha eleitoral pela presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, e uns pertenciam a uma chapa e outros a outra. Alguns achavam que a divulgação daquele exemplar, naquele momento, acabaria beneficiando uma chapa em detrimento de outra. E o motivo da edição especial foi esquecido (UCHA, 1988, p.14).

Apesar de ser a última edição do *Coojournal*, não há um editorial de “despedida”, ou alguma informação de que o mensário pararia de circular. O foco é mesmo na prisão dos jornalistas e na temática da liberdade de imprensa. Vale ressaltar que só há dois anúncios, ambos de Cooperativas que sempre apoiaram o empreendimento dos jornalistas: a Cooperativa de Estudantes de Porto Alegre (Cepal) e a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed). O anúncio da Unimed traz um texto afirmando que se solidariza com a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre no momento complicado que atravessava. Em 1983, também já começava o movimento das Diretas Já, que mobilizou milhões de pessoas em manifestações memoráveis em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Entretanto, o fim do *Coojournal* também passa por um problema “silencioso” que vinha se acumulando há tempos: uma dívida adquirida por meio de um empréstimo junto à Caixa Econômica Estadual que, após várias negociações, alcançava um valor volumoso. Esse final

nunca foi muito bem esclarecido e aparece mais como uma nota de rodapé na maior parte da bibliografia acadêmica sobre o *Coojornal*.

Sabe-se que a Cooperativa ao seu final tinha dívidas em várias áreas: ex-funcionários, aluguel do local do empreendimento, mas a maior dívida se tratava justamente do empréstimo junto à Caixa Econômica Estadual, utilizado para adquirir equipamentos relativos a impressão. Clarice Aquistapace foi uma das sócias da primeira leva. E ela lembra que era a de número 15, mas que nunca chegou a realmente trabalhar na Cooperativa, pois na época já era funcionária no setor de extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

Lá pelas tantas eles foram e compraram a Composer. É uma máquina onde tu digitalizava o texto e aquela matriz servia pra tu imprimir já por offset. E essa composer foi comprada com empréstimo da Caixa Econômica Estadual. Não era uma coisa absurda e eles precisavam de dois fiadores, não me lembro nem quem veio falar comigo, tanto tempo faz. E então eu e o Antoninho (Antônio Firmo Gonzalez) fomos os fiadores (AQUISTAPACE, 2018).

Com o tempo, Clarice acabou esquecendo da questão da fiança até que um dia recebeu uma ligação de um oficial de justiça, relatando que ela teria 24 horas para pagar a dívida ou os bens iriam à penhora. Na época, ela e Antoninho conseguiram uma reunião com o presidente da Caixa para negociar a dívida. “Entramos em contato com os dirigentes da Cooperativa, porque o presidente da Caixa nos ofereceu um empréstimo subsidiado, para com juro baixo para quitarmos essa dívida. Então nós saímos atrás dos colegas que estavam nessa gestão na direção da Coojornal para dividir o valor” (AQUISTAPACE, 2018). O empréstimo já havia sido renovado algumas vezes sem que os fiadores soubessem disso. Na época, compunham a direção Osmar Trindade, como presidente, Antônio Oliveira, como vice-presidente, e Rafael Guimaraens, como secretário.

Paralelamente, Guimaraens lembra que na época eles tiveram a ideia de tentar conversar com o então governador eleito Jair Soares para avaliar a possibilidade de uma negociação da dívida.

Daí o Soares disse que compreendia o nosso problema, e que não poderia fazer uma anistia, o que ele poderia fazer é que se viesse um projeto da assembleia de anistia, ele não vetaria. Ele disse para nós. E, bom, a gente conseguiria, eu acho, com a oposição fazer um projeto só que isso só poderia ser feito a partir de março, quando ele assumiria, nós estávamos em janeiro, se não me engano. E, antes disso, nós fomos falar com a Clarice e o Antoninho, tem essa situação, mas tem que aguentar dois meses, mas eles não quiseram esperar por esse tempo (GUIMARAENS, 2018).

Os dirigentes da cooperativa também não aceitaram participar da negociação da dívida solidária, em que se um não pagasse, os outros deveriam arcar com a dívida. Como os demais



não aceitaram a proposta, nem tinham imóveis para garantir o empréstimo, Clarice e Gonzalez decidiram se desfazer de seus bens para pagar o montante.

Não tinha o porquê, uma vez que a dívida não foi nós que fizemos a dívida, ela foi feita pela cooperativa como um todo. Seria praticamente injusto e não tínhamos grana, com o salário atrasado e sem emprego e tal. Então rejeitamos. Com isso que a Clarice falou que não éramos solidários e tal. Mas não era a questão, a questão é que poderíamos ter feito um chamamento dos sócios, mas do jeito que a cooperativa fechou...Foi bem doloroso (GUIMARAENS, 2018).

Gonzalez então vendeu o apartamento em que morava com a família e Clarice vendeu um apartamento também. Em uma folha de jornal intitulada “O Mestre” para celebrar a trajetória de Antônio Gonzalez organizada por professores da Pucrs, onde ele lecionou, e amigos há um trecho que menciona que ele não guardou rancor dos acontecimentos, apesar de ter sido um grande abatimento.

Jamais ninguém ouviu Antoninho criticar um colega. Pelo contrário, perdoa a todos e não guarda rancor daqueles que tiveram atitudes indignas. Assim enfrentou a traição de alguns colegas, que desapareceram depois do golpe que quase manchou a honra de toda a categoria. Abriu mão de seu patrimônio pessoal, da sua moradia, para cumprir com o compromisso de fiador da Cooperativa dos Jornalistas (*Coojornal*), juntamente com a colega Clarice Aquistapace (O MESTRE, 1994, p.1)

A jornalista não se recorda exatamente o valor da dívida, mas considera que era altíssima para a época.

Era grande, e hiperinflação, eles empurraram a dívida e não nos contaram. De repente tu é fiador, tu não pode pagar esse mês, tu me avisa, tu tem controle. A rolagem da dívida foi inexperiência administrativa, eu não acho que alguém tenha feito por dolo “eu vou ferrar o fulano”, não tem nada disso. Foi horrível? Foi. Mas eu não tenho essa postura assim de jeito nenhum. Acho que foi má administração, falta de visão do que podia acontecer. tanto é que, apesar de nós termos pago a dívida, a iniciativa foi para o brejo (AQUISTAPACE, 2018).

Clarice ainda revela que não ficou mágoa e que acredita que o projeto foi muito importante no momento em que existiu, sendo uma alternativa de trabalho e uma possibilidade de publicar matérias que a imprensa convencional não publicava. Guimaraens afirma que não teve fuga da responsabilidade na gestão: “A gente sentou e tentou negociar, infelizmente não deu” (GUIMARAENS, 2018). Para Elmar, este episódio ajudou a contribuir para a ideia de que jornalista não teria condições de administrar, só de ser empregado. “A Cooperativa tinha quatrocentos associados, acho que se corresse entre os quatrocentos iam dar um jeito de pagar. E dois associados tiveram que perder apartamento? Eu, por exemplo, só fiquei sabendo disso depois que aconteceu. Nunca me falaram isso, e como eu tava fora daqui, nem fiquei sabendo” (BONES, 2018).

A última diretoria só foi eleita em assembleia do dia 9 de junho de 1983, quando se conseguiu reunir 54 associados no Sindicato dos Bancários (KUCINSKI, 1991). O eleito e último presidente da Coojornal foi Gerson Schirmer, e quem ficou como vice foi Edgar Vasques. Muitos profissionais que trabalhavam na Coojornal, ao sair da cooperativa, entravam na Justiça em busca de indenização pelos direitos trabalhistas não recebidos. Para arcar com os últimos salários dos funcionários contratados pela cooperativa com carteira assinada, a diretoria precisou inclusive vender bens, como móveis e equipamentos.

A sensação que eu tenho do final é isso: um vexame. Não meu pessoalmente, mas também, a gente não tinha o que fazer. Me lembro que o Gerson foi falar com o Brizola pra ver se ele dava uma força. Ele já tinha voltado e a gente fez uma cobertura legal. É, tinha muito pouca gente, e como eu disse eu estava lá militando, digamos assim, para, na medida do possível, encerrar com dignidade a Cooperativa. E a última tentativa que foi feita foi essa de tentar ter o apoio do Brizola, de alguma forma, para manter a luz acesa (VASQUES, 2018).

Segundo Kucinski, os dirigentes apostavam na vitória da oposição ao governo do Estado nas eleições de 1982 como forma de conseguir apoios que viabilizassem novamente o projeto. Tudo o que foi conseguido e mais o resultado da venda do núcleo industrial e dos direitos do *Ano Económico* serviram apenas para quitar as dívidas acumuladas. Como se tratava de uma cooperativa, cada associado tinha uma cota, como se fosse “dono” também do empreendimento.

Todo mundo era associado, e o que acontece com isso? Quem não contribuiu de modo autônomo para o INSS perdeu aqueles anos, eu não tenho como comprovar que eu contribuí para a previdência àquela época porque eu não tinha carteira assinada. Então, como eu não fiz - e muitos não fizeram - contribuição pelo carnê autônomo, muita gente perdeu esses anos porque não contribuiu. Então, não tem como tu recuperar esse período do ponto de vista previdenciário, tô até hoje brigando para ter uma aposentadoria com uma grana melhor, mas eu não tenho como comprovar (PEREIRA, 2018).

Segundo Ucha (1988), Gerson Schirmer solicitou ao Incra, em 14 de setembro de 1983, a liquidação da cooperativa. O material histórico da Cooperativa, com fotos, filmes, jornais acabou em um galpão da Justiça, sendo penhorado para pagar uma dívida trabalhista maior. “Foi tudo queimado, um material histórico. Eu acredito que foi queimado, porque eu tenho o papel do juiz em que está escrito: “Incinerar-se”, porque ele mandou vários avisos” (BONES, 2018). Para Guimaraens, o final foi tão impactante que algumas pessoas acabaram não se preocupando como deveriam. “Anos depois, nós ficamos sabendo, aliás, bem depois, anos depois que já tinha sido incinerado. Foi também um retrato da forma melancólica de como ela terminou” (GUIMARAENS, 2018).

Pouco depois, em 25 de abril de 1984, no processo de redemocratização, o Congresso votou a emenda constitucional das diretas apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, que conseguiu o apoio da maioria, com 298 votos, mas ainda faltaram 22 para alcançar dois terços do total, o quórum necessário para aprovar uma emenda à Constituição. Para as eleições indiretas, a oposição lançou a candidatura de Tancredo Neves, apoiado pelos dez governadores oposicionistas. Na convenção do PDS saiu vitorioso Paulo Maluf, o ex-governador indireto de São Paulo. A campanha transcorreu em clima de tensão, com grande irritação dos militares, e ameaças de golpe que não se concretizaram. Até que, em novembro, os chefes militares concordaram que a sucessão se fizesse “de acordo com a lei”.

Na votação do Colégio Eleitoral, constituído pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves derrotou Maluf com folga, por 480 votos a 180. No discurso da vitória, anunciou a Nova República, comprometendo-se a convocar a Assembleia Constituinte. Mas Tancredo não chegou a tomar posse, pois adoeceu antes da cerimônia, vindo a falecer em abril, depois de uma longa agonia que comoveu a população brasileira. O seu vice, José Sarney, assumiu no dia 15 de março de 1985, marcando o início da redemocratização do País.

Entre 2010 e 2011, parte do grupo novamente reuniu-se, primeiro para coletar depoimentos para livro e vídeo, e depois para o lançamento da obra intitulada *Coojournal, um jornal de jornalistas sob o regime militar* organizado por Rafael Guimaraens, Ayrton Centeno e Elmar Bones. O projeto veio também preencher essa lacuna: a do material perdido. As ideias surgiram a partir de conversas principalmente capitaneadas por Osmar Trindade, quando ele retornou de Moçambique. “Então, o Trindade faleceu e o negócio não andava mais, daí o Ayrton Centeno e o Elmar Bones toparam em continuar tocando o projeto” (GUIMARAENS, 2018). Conseguiram utilizar a Lei Rouanet para realizar o livro e um documentário. A digitalização da coleção completa do jornal aconteceu a partir de um projeto proposto pelo professor Antonio Hohlfeldt, responsável pelo Núcleo de Pesquisas em Ciência da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). “Fizemos um chamamento para conseguir todas as edições do *Coojournal* a fim de complementar a coleção para a digitalização. Quem não entregou na hora, entregou depois. Conseguimos quase duas coleções. Completou-se um ciclo. Nosso compromisso está cumprido” (GUIMARAENS, 2018). O projeto de memória responde ao próprio objetivo do mensário no seu auge, na década de 1970: trazer à tona essas reportagens-documentos de um período tão importante para o País.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após tantos anos do fim da sua circulação, o *Coojournal* permanece no imaginário dos jornalistas, principalmente de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, por ser uma proposta quase única: um jornal impresso de cunho alternativo oriundo de uma pioneira cooperativa de jornalistas do Brasil, e que circulou em um momento complicado para a liberdade de imprensa, durante o período da ditadura civil-militar. Continua relevante devido a uma notória história de independência editorial aliada a uma tentativa de autonomia financeira. Consequentemente, segue também sendo objetivo de pesquisa acadêmica e de inspiração para projetos jornalísticos, como esta dissertação demonstrou.

Trata-se de um tema atual também no momento em que escrevo, uma vez que o Brasil nunca lidou muito bem com os seus fantasmas do período da ditadura civil-militar e, consequentemente, com as suas memórias. Muitos arquivos daquele período ainda não foram liberados à sociedade. Uma parte da classe política, e da sociedade, acredita que não é mais necessária a inclusão da matéria de História nos currículos escolares, ou que há uma espécie de doutrinação nesse campo. E tudo isso passa por uma questão também política de criação de uma memória, ou melhor, de abafamento de uma memória nacional, pois a memória seletiva também é um ato político.

Nesse sentido, pesquisar e problematizar um mensário como o *Coojournal* a partir da pesquisa que realizamos tendo as suas páginas como objeto, assim como os depoimentos dos jornalistas fundamentados na História Cultural como teoria, é também iluminar parte desse período obscuro da história do País. Lembrando Marialva Barbosa, a imprensa é uma grande fonte de interpretação, pois deixa traços significativos da sociedade em que está inserida. Ao realizar as entrevistas com seis dos envolvidos nos processos comunicacionais do *Coojournal*, procuramos entender melhor as complexidades das decisões editoriais e de como elas estão associadas de forma recorrente a algum fator externo, oriundo da conjuntura em que estavam inseridos, como as prisões de quatro dos jornalistas da cooperativa apenas por divulgarem um material de interesse relevante para a sociedade. Logo, essa dinâmica interna da Cooperativa estava também frequentemente associada à dinâmica externa, dos acontecimentos políticos.

Nossa proposta de contar uma história do *Coojournal* a partir de suas próprias páginas e dos depoimentos de quem o fez se mostrou possível com a adaptação do Circuito das Comunicações de Robert Darnton. Com isso, conseguimos vislumbrar quem escrevia esses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, as interpretações que realizamos a partir dos indícios do corpus de 302 textos, uma leitura extensa que ajudou a formatar o fio condutor

desta narrativa. Em relação ao que encontramos na análise dos boletins, é mais evidente que enfocamos em uma organização estrutural baseada nas perguntas do Circuito, uma vez que a temática era quase que única, a do jornalismo, e pela quantidade menor de edições, apenas oito.

Nesse momento, em suas páginas surge justamente a discussão sobre as transformações que o jornalismo passava na época, como: a profissionalização das redações; as mudanças em busca de uma organização coletiva que provocasse outro modelo de jornalismo, a cobertura crítica da mídia e a formação de uma rede de colaboradores que começou a se reunir em torno dessa ideia atrativa de liberdade e independência. Trata-se também de uma cobertura de âmbito local principalmente. Seguindo a nossa proposta da adaptação do Circuito de Darnton percebemos que, nesse primeiro momento, as matérias não eram assinadas, então, a atuação jornalística era o tema da maioria dos textos do boletim, mas os jornalistas autores das reportagens e notícias não apareciam. O mesmo acontecia com os jornais da grande imprensa da época e também na maioria dos alternativos. O editor, entretanto, figurava sempre no expediente e Elmar Bones desempenhou essa função muito devido a sua experiência anterior na área. O lado organizacional, no caso da Cooperativa, também é um dos grandes temas do boletim, e vemos a sua influência percorrer o espírito dos textos, e essa tentativa de tentar emoldurar um espírito de coletividade dentro do jornalismo realizado. Além disso, sua circulação e seus leitores ainda eram mais focados: jornalistas, cooperativados, estudantes de jornalismo, profissionais de redação e de agências de publicidade.

A época em que surgiu a Cooperativa, e em seguida o boletim, era considerada o começo da abertura “lenta, segura e gradual”, mas o clima na redação dos jornais era o da completa auto-censura<sup>51</sup> e da falta de liberdade. As páginas do boletim traziam uma discussão sufocada para esses jornalistas da grande imprensa e que não era encontrada em mais nenhum outro local naquela época, pelo menos em Porto Alegre. Por isso, seu sucesso de circulação foi rápido, saindo com cerca de mil exemplares para quatro mil na última edição e incentivando a criação do mensário de reportagens.

Com o projeto do boletim consolidado, a cooperativa investiu no mensário. A análise desta etapa segue calcada no Circuito das Comunicações, de Robert Darnton, porém o fio

---

<sup>51</sup> Documentos revelados pela CIA em maio de 2018 corroboram o entendimento de parte de historiadores e jornalistas que pesquisaram o período segundo os quais Geisel trabalhou para a abertura do regime militar, mas ao mesmo tempo tinha conhecimento de assassinatos extrajudiciais e manteve a repressão, agora sob controle mais estrito do Palácio do Planalto.

condutor da organização reflete muito mais a leitura extensiva das matérias, uma vez que o escopo de temáticas é muito maior do que na época do boletim. A pauta, que começa com assuntos mais locais, problematizando, por exemplo, a questão ambiental da cidade de Porto Alegre, assim como os sucessos dos times de futebol, vai se modificando até chegar a questões de interesse nacional, muito devido a reportagens de cunho histórico e que refletem problemas do País, de modo geral. Com isso, seguindo o Circuito, o público leitor deixa de ser apenas local e passa a ser nacional, sendo a maioria profissionais “liberais” e não apenas profissionais ou interessados na área da Comunicação como foi no boletim.

Há uma maior profissionalização no sentido de distribuição, com empresas contratadas especificamente para o trabalho, muito porque a cooperativa conseguiu se estabelecer financeiramente em certo período, inclusive avançando em questões tecnológicas, investindo em máquinas de fotolitagem. A conjuntura política neste momento, entretanto, influencia muito mais do que na época do boletim, com perseguição a diversos anunciantes do *Coojournal* e até prisões de jornalistas. As reportagens históricas do *Coojournal* fazem parte da época mais conhecida de sucesso do mensário, logo, pelo que ele é mais lembrado. Entretanto, ao mesmo tempo em que o periódico circulava com sucesso, a conjuntura política interna da cooperativa se agravou também, alcançando o seu ápice nas eleições de setembro de 1978. Procuramos coletar depoimentos com diferentes pontos de vistas sobre esse “racha” da organização, que é, ainda, uma disputa de narrativa. Acreditamos que essa dissertação também contribui no sentido de apresentar diferentes olhares sobre essa situação, trazendo vozes que, ou foram pouco ouvidas em trabalhos acadêmicos, ou nunca foram, como os jornalistas André Pereira e Clarice Aquistapace.

A saída de Elmar Bones do cargo de editor marca uma mudança nas diretrizes do *Coojournal* e também passa pelo fator externo, já que era um período de pré-redemocratização, no início a década de 1980, e o mensário tentava adaptar seu conteúdo para esse novo momento. Nesse sentido, exploramos também essas outras facetas que o periódico tentou abarcar, como um aumento de questões relacionadas ao campo cultural, do comportamento, e também a questões sociais. O jornal, entretanto, não conseguiu manter o conteúdo e os problemas de dívidas da cooperativa e o racha interno acabaram levando para um final, no mínimo, melancólico. Trabalhar com a metodologia da História Oral também permitiu aprofundar mais em questões de memória relacionadas à lembrança de quem fez o próprio jornal, contextualizando melhor também o período histórico em que viviam. Percebe-se que, anos depois do fim da cooperativa, o projeto de restauro de sua memória, que resultou no livro *Coojournal - um jornal de jornalistas sob o regime militar* é também uma forma de

resposta ao final traumatizante da Cooperativa, em que muito do seu material histórico foi perdido.

Acreditamos que, com esse trabalho, conseguimos pensar historicamente o *Coojournal* em torno da questão discursiva, da produção de subjetividades e das diferentes relações entre os seus membros. Estabelecendo relações entre mídia e história a partir dos vestígios, as páginas e os depoimentos, apontamos também para questões silenciadas, ou ocultadas, como a visão de contraponto de novas fontes orais. Uma leitura completa das matérias de destaques de todas as capas também nos fez observar outros assuntos trazidos pelo jornal, além do político, e que também merecem destaque, podendo ser abordados em novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

AQUISTAPACE, Clarice. Entrevista concedida a Rafael Gloria. Porto Alegre. Três de outubro. 2018.

BARBOSA, Marialva C.; RIBEIRO, Ana Paula G. Comunicação e história: um entre-lugar. In: BARBOSA, Marialva C.; RIBEIRO, Ana Paula G. **Comunicação e história: partilhas teóricas**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 9-28. 2011.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. **Jornalismo Impresso e a construção de uma memória para a sua história**. In: Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005.

BARBOSA, Marialva. **Múltiplas formas de contar uma história**. In Revista ALCEU, do Departamento de Comunicação Social da PUC-RIO - v. 10 - n.20 - p. 25 a 40 - jan./jun. 2010.

BARBOSA, Marialva. O método e a análise histórica do jornalismo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVI, 2013, Manaus. **Anais Intercom**, 2013. p. 1 - 10.

BARBOSA, Marialva. Por uma história cultural da imprensa brasileira. In: **Revista LUMINA**, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Universidade Federal de Juiz de Fora. - Vol.2. -n.1. Julho.2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENETTI, Maria Domingues. As relações entre Estado e cooperativismo: Análise do período 1933-37. In: BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (coords.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957-4**. Porto Alegre: FEE, 1985.

BONES, Elmar. Entrevista concedida a Rafael Gloria. Porto Alegre. Dez de novembro. 2018.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**. Brasília: Editora UNB, 1991.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: editora UNESP, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.



COTTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. **O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). *O Brasil Republicano - O Tempo de Ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

ELLWANGER, Rozana. **A experiência da cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) como alternativa de organização da categoria profissional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

FERREIRA, M.M.; AMADO, J.(Org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FONSECA, da Joaquim. **Caricatura - A imagem gráfica do humor**. Artes e Ofícios, Porto Alegre, 1999.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLORIA, Rafael. *Coojornal como objeto de pesquisa: mapeamento dos estudos realizados sobre o jornal*. In: ALCAR - Encontro Nacional de História da Mídia, 11. 2017, São Paulo. **Anais ...**. São Paulo: Alcar, 2017. p. 1 - 15.

GOLIN, Cida; CARDOSO, Everton; SIRENA, Mariana. **Pesquisas sobre jornalismo e sistema de cultura: metodologia para construção de panorâmicas, índices e padrões comparativos entre periódicos**. In: JORGE, Thaís de Mendonça (org.). *O desafio de ampliar a análise de conteúdo no jornalismo digital*. Brasília: Insular, 2014.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. **Coojornal: Um jornal de jornalistas sob o regime militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011.

GUIMARAENS, Rafael. *Entrevista concedida a Rafael Gloria*. Porto Alegre. Cinco de outubro. 2018.

HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990

HOHLFELDT, Antônio. **A fermentação cultural da década brasileira de 60**. In: Revista FAMECOS - Mídia, Cultura e Tecnologia. Porto Alegre, v. 6, n. 11, 1999.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe. **História Oral: Como fazer, Como Pensar**. São Paulo, Contexto, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004.

MACHADO, Pinheiro. **Opinião X Censura**. Porto Alegre: LPM, 1978.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global editora, 1980.

MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil - 50 anos de história (1950 - 2000)**. Salvador: Editora Pas, 2000.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964 - 1980**. São Paulo: Ática, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

O MESTRE...Porto Alegre. Edição Única, 1994. Acervo de Beatriz Dornelles.

ORLANDI, E. **Maio de 1968, os silêncios da memória**. In: ACHARD, P et al. Papel da Memória. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 1988. São Paulo, Editora Brasiliense. 1988.

PADRÓS, Enrique; FERNANDES, Ananda. **Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os anos de chumbo no Rio Grande do Sul**. In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda (org.). A Ditadura de Segurança no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória. Porto Alegre, Corag, 2009.

PEREIRA, André. Coojornal, um novo olhar sobre uma história conhecida. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10. 2015, Porto Alegre. **Anais Alcar**, 2015. p. 1 - 10.

PEREIRA, André. Entrevista concedida a Rafael Gloria. Porto Alegre. Três de setembro. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. In Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. In Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - Vol.14. 1997.

POLYDORO, Jorge. Entrevista concedida a Rafael Gloria. Porto Alegre. Quatro de setembro. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da História. In: HERSCHMANN, Carlos & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Mídia, memória e celebridades – estratégias narrativas em contextos de altas visibilidades**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003, p. 87-111.

ROSA, Susel Oliveira da. **Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas**. 2002. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROSA, Susel Oliveira da. **“Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia” - Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre**. In: Revista Eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Dossiê: a literatura em tempos de repressão. PPG- LE- UFRGS - Porto Alegre - Vol.01 N.01 - jul/dez, Porto Alegre, 2005.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

RUSCHEL, Freitas Iara. **Gênero nas páginas do Coojornal: uma análise dos debates sobre o papel da mulher brasileira na década de 1970 a partir da imprensa alternativa**. 90f. TCC (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SACRAMENTO, Igor; CANTARELA, Letícia (orgs). **História da comunicação – experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014

STRELOW, Aline. **Jornalismo Alternativo no Rio Grande do Sul**. In: WOITOWICZ, Karina (Org.). Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed UEPG, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UCHA, Danilo da Silva. **Coojornal: uma experiência inesquecível**. In: Revista de Comunicação, ano 4 - número 13, p. 12-14, Rio de Janeiro, 1988.

WEINSTEIN, Bárbara. **A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.16, n. 35, p. 227-246, 1998.

VASQUES, Edgar. Entrevista concedida a Rafael Gloria. Porto Alegre. 14 de setembro. 2018.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

Link para a íntegra das seis entrevistas do corpus:

<https://drive.google.com/open?id=1TvsyPg6bkzyOfdd1EaSo6QzcF8Bv47cj>

## APÊNDICE B

### Roteiro das entrevistas :

- Começo da relação com a Cooperativa e com o Coojornal
- Trajetória profissional no jornalismo
- Transformações sociais e políticas do período
- Relação entre os profissionais dentro da Cooperativa
- Decisões editoriais e escolhas de pautas para o Coojornal
- Momentos de aproximação e de afastamentos dentro da Cooperativa e Jornal
- Eleições de 1978. Motivos do “racha”.
- Semanário O Rio Grande
- Anunciantes, empresas e apoiadores da Cooperativa
- Colaboração de leitores e influências de intelectuais
- Influências de inovações tecnológicas no jornalismo
- Distribuição dos jornais